



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ISMAELL FILIPE DA SILVA BENTO

**AS RELAÇÕES FAMILIARES NO SERIDÓ POTIGUAR ATRAVÉS DOS
INVENTÁRIOS E PARTILHAS: AS FAMÍLIAS SOUSA CASTRO, CORDEIRO
NUNES E TAVARES (1788 – 1830)**

JOÃO PESSOA - PB

2021

ISMAELL FILIPE DA SILVA BENTO

**AS RELAÇÕES FAMILIARES NO SERIDÓ POTIGUAR ATRAVÉS DOS
INVENTÁRIOS E PARTILHAS: AS FAMÍLIAS SOUSA CASTRO, CORDEIRO
NUNES E TAVARES (1788 – 1830)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH – UFPB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA - PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B478r Bento, Ismaell Filipe da Silva.

As relações familiares no Seridó potiguar através dos inventários e partilhas : as famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares (1788 - 1830) / Ismaell Filipe da Silva Bento. - João Pessoa, 2021.
97 f. : il.

Orientação: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Histórias de famílias. 2. Inventário. 3. Genealogia. 4. Sertão. I. Mariano, Serioja Rodrigues Cordeiro. II. Título.

UFPB/BC

CDU 929.52(043)

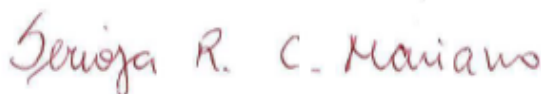
ISMAELL FILIPE DA SILVA BENTO

**AS RELAÇÕES FAMILIARES NO SERIDÓ POTIGUAR ATRAVÉS DOS
INVENTÁRIOS E PARTILHAS: AS FAMÍLIAS SOUSA CASTRO, CORDEIRO
NUNES E TAVARES (1788 – 1830)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Paraíba (PPGH
– UFPB), como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 16/12/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Orientadora



Prof. Dr. Cristiano Christillino
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



Prof. Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

À saudosa memória dos meus queridos avós
Antonio Bento Filho e Carma Francelina Bento,
dedico.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado força e paciência para que pudesse concluir essa jornada.

Agradeço a todos os meus ancestrais, que sem eles eu não estaria aqui hoje. Do lavrador ao capitão, do escravizado ao homem livre, da lavadeira à professora, de todos que carregou o sangue em minhas veias.

Aos meus pais Fernando Bento e Anailza Galdino da Silva Bento, por todo apoio, carinho e amor dedicado a mim nos últimos anos.

Aos meus irmãos Miqueias Fernando da Silva Bento, Ewerton Henrique da Silva Bento, Ana Raquell da Silva Bento e Esther Fernanda da Silva Bento.

À minha amada companheira Milena de Farias Dôso, que foi meu porto seguro ao longo desse mestrado.

À minha orientadora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, por todo zelo, compreensão, paciência e apoio durante todo esse tempo.

À CAPES por todo apoio financeiro expendido para que essa pesquisa fosse possível de se realizar.

Aos meus colegas de mestrado, Abrahão Filho, Alexandre Araújo, Gouveia Neto, Cássio Geovani, Daniel Firino, Diego Amorim, Elisa Ferreira, Elissandra Maria, Elyonara Lyra, Fabiana Dantas, Luiz Neto, Norma Rangel, Paula Veríssimo, Thiago Brandão e Wanessa Horrana.

Aos meus professores, em especial a Ângelo Emílio da Silva Pessoa, com quem compartilhei os prazeres da genealogia.

Ao professor Tiago Bernardon de Oliveira por todo apoio que me deu para que continuasse até o fim.

Aos professores Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano e Cristiano Luis Christillino por aceitarem fazer parte da minha banca de defesa.

À minha amiga Ivila Larricia Nunes Amorim Nascimento, por sempre estar presente e topar todos os rolês.

E a todos que de certa forma ajudaram nessa jornada que foi o mestrado em História, com todos seus altos e baixos.

RESUMO

As relações familiares, durante os séculos XVIII e XIX, figuravam com um dos maiores fatores de manutenção dos bens privados. O principal objetivo da dissertação é analisar as relações de algumas famílias do Seridó norte rio-grandense, como os Dantas Correia, Lopes Galvão, Araújo Pereira, entre outras, com os núcleos familiares dos Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, mostrando as suas estratégias de manutenção da propriedade e de suas descendências, através dos Inventários e partilhas. Desse modo, o nosso texto se insere nas discussões apontadas pela linha de pesquisa História e Regionalidades do Programa de Pós-Graduação em História e apoia-se na discussão fomentada pela historiadora Diniz (2013), acerca do conceito de regionalidade através do Sertão, assim como nas questões levantadas por Lewin (1993), nas relações de parentesco através do conceito de parentela. Na mesma linha, apoiamo-nos em Teruya (1995), com as relações de consanguinidade e Macêdo (2007), onde encontra-se a discussão sobre as famílias seridoenses, focando na elite local e suas questões. Metodologicamente, problematiza-se as relações sociais, os casamentos e os apadrinhamentos, observados através dos bens de partilha, por meio dos Inventários, dos Registros Paroquiais e Cíveis.

Palavras-chave: Inventário. Família. Genealogia. Sertão.

ABSTRACT

The family relationships, during the 18th and 19th centuries, were one of the main factors in the maintenance of private property. The main objective of this dissertation is to analyze the relationships of some families in the northern Rio Grande do Sul *seridó*, families such as the Dantas Correia, Lopes Galvão, Araújo Pereira, among others, with the family nuclei of Sousa Castro, Cordeiro Nunes and Tavares, showing their strategies maintenance of the property and its descendants, through inventories and divisions. Thus, our text is part of the discussions pointed out by the history and regionalities research line of the graduate program in history and it is supported by the discussion fostered by historian Diniz (2013), who discusses the concept of regionality through the *sertão*, as well as in the issues raised by Lewin (1993), in kinship relationships through the concept of kinship. In the same line, we also work with Teruya (1995), where she addresses consanguinity relationships and with Macêdo (2007), where there is a discussion about families in *serido*, focusing on the local elite and their issues. Methodologically, social relations, marriages and sponsorships are discussed through the observation of shared goods and through inventories of parish and civil records.

Keywords: Inventory. Family. Genealogy. *Sertão*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos casamentos através das gerações	32
Tabela 2 – Relações de bens inventariados (1793)	67
Tabela 3 – Comparativo de posses de Manoel Ferreira Borges, Adriana de Holanda e Vasconcelos e Domingos Alves dos Santos, respectivamente.	73
Tabela 4 - Relações de bens inventariados (1772)	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do sertão nas Capitanias do Norte	37
Figura 2 - Sertão de Piranhas e Piancó	41
Figura 3 - Carta Corográfica da Província de Pernambuco (1889)	42
Figura 4 - Capitania da Paraíba no século XVIII	43
Figura 5 - Mapa da região do Seridó, abrangendo os atuais estados da Paraíba (cinza claro) e do Rio Grande do Norte (cinza escuro)	46
Figura 6 - Árvore Genealógica das famílias Dantas, Medeiros, Azevedo e Araújo Pereira.	55
Figura 7 - Árvore Genealógica das Famílias Lopes Galvão, Medeiros e Araújo Pereira	56
Figura 8 - Árvore genealógica das famílias Tavares, Rego, Sousa Castro e Cordeiro Nunes	58

SUMÁRIO

1 FAMÍLIA E PROPRIEDADE NO SERIDÓ POTIGUAR.....	11
1.1 FAMÍLIA: CONCEITOS E ABORDAGENS	18
1.2 GENEALOGIA E SEUS PROBLEMAS NA PRÁTICA.....	23
1.3 AS RELAÇÕES DE CASAMENTOS E APADRINHAMENTOS	28
2 UM NORDESTE, MUITOS SERTÕES.....	34
2.1 OS SERTÕES NA CAPITANIA DA PARAÍBA	40
2.2 RIO GRANDE DO NORTE: O SERIDÓ POTIGUAR.....	43
2.3 FAMÍLIAS NO SERIDÓ	48
3 OS VELHOS INVENTÁRIOS DO SERIDÓ: RELAÇÕES FAMILIARES, PARTILHA E PROPRIEDADE.....	56
3.1 O INVENTÁRIO E SUAS REPRESENTAÇÕES DE PRESTÍGIO E PODER	58
3.2 OS HERDEIROS E OS BENS DE PARTILHA: UM CONTO DE RÉIS OU NEM ISSO.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	77

1 FAMÍLIA E PROPRIEDADE NO SERIDÓ POTIGUAR

As relações entre família e propriedade não é um tema inédito na historiografia brasileira¹No entanto, trabalhar com as propriedades no século XVIII e XIX, é entender a importância financeira que as terras desempenhavam no status social de uma família: quanto maior o território, maior a criação de gado e, por consequência, maior poder aquisitivo. Assim, manter as terras na família era primordial para assegurar o patrimônio e as necessidades básicas territoriais da época.

Aqui, vale um parêntese para abordarmos a noção de patrimônio durante os séculos XVIII e XIX. Ao analisarmos os Inventários, tópico que é trabalhado mais à frente, podemos perceber que o sentido de posses de itens do cotidiano – pratos, talheres, móveis, pratarias, utensílios em geral – figuravam como extensão direta do patrimônio de terras e sua propriedade. Macedo (2007) trabalha com as grandes propriedades do Seridó potiguar e, por consequência, essa ampla visão de patrimônio.

Muitos trabalhos são desenvolvidos ao redor dos grandes nomes de proprietários de terra. Essa pesquisa, com foco no Seridó Potiguar², tenta seguir a contramão, abordando nas famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, entre as décadas de 1788 e 1830. Essas, que descendem de um mesmo ramo genealógico, o de Manoel Ferreira Borges, um dos primeiros povoadores do sertão seridoense, não se configuram como grandes latifundiários da época.

Aqui é importante abrir um parêntese quando tratamos com propriedades no sertão potiguar, em relação à mesma discussão sobre propriedade em outras regiões do Brasil, sobretudo nos territórios do centro-sul do país. Historicamente, esses locais concentram um número muito maior de “grandes latifundiários”, por isso, comparar uma grande propriedade ao norte do país, encontra imensa discrepância com a mesma noção de ‘grande extensão de terras’ para o Sul. Comparativamente, por exemplo, podemos citar um grande possuidor de terras do centro-sul do Brasil: a propriedade de Francisco Xavier Ribeiro, latifundiário do Mato

¹ Numa perspectiva geral, podemos citar dentre os estudos clássicos na historiografia de família e propriedade: Sheila Faria (1998), Mônica Oliveira (1999), Maria Beatriz Silva (1998), Valcir Gassen (1995), Paulo Antunes (1985), Raymundo Faoro (1979), Friedrich Engels (1985), Jean-Philippe Levy (1973), Ruy Lima (1954), entre outros.

² O Seridó Potiguar se encontra no atual estado do Rio Grande do Norte e compreende vários municípios do interior do estado. É uma região antiga, no que diz respeito à povoação e criação.

Grosso do Sul³, durante a metade do século XIX, possuía sete léguas – o equivalente a quarenta e dois mil metros – e uma fazenda de cinquenta léguas – equivalente a trinta e três mil hectares – sendo, portanto, uma *grande propriedade*.

Se compararmos com um dos maiores donos de terra do Seridó, como Cipriano Lopes Galvão, em contrapartida, que apesar de possuir um número relevante de propriedades, a maior delas não passava de três léguas. Assim, é importante deixar claro, as diferenças que o próprio conceito de *grandes propriedades* impõe no período estudado.

Assim, nosso estudo está imerso no contexto de transição entre Colônia e o Primeiro Reinado do Império brasileiro, sobretudo entre os anos de 1788 e os de 1830, período em que são feitos os inventários das famílias mais antigas do Seridó, personagens de nossa pesquisa. A pesquisa e leitura de documentos como os Livros de Registro de Terras, Livros Paroquiais, Livros de Notas, que trabalham com a história das famílias seridoenses nos permitiu desenvolver essa dissertação unindo o prazer na leitura de arquivos e da contribuição historiográfica sobre o Seridó.

O nosso recorte espacial, focado no Seridó potiguar, visa ater, sobretudo, a zona rural seridoense, onde visamos preencher algumas lacunas historiográficas sobre os locais, em especial, diversos sítios que passaram pela administração de algumas freguesias potiguares, como é o caso de Caicó, primeira freguesia da região, elevada sob o nome de Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó, desmembrada no ano de 1748 da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Piancó, atual Pombal na Paraíba.

A escrita desse trabalho é fruto de extensivas pesquisas e grande interesse pela História Familiar. Ao escolher esse tema, unimos a vontade de conhecer mais sobre a nossa ascendência familiar com o interesse em contribuir para a história local dos municípios nordestinos, sobretudo no Seridó norte-rio-grandense. Muito do que conquistamos nesse âmbito de pesquisa, se deve às extensas horas gastas em arquivos eclesiais, jurídicos e civis, nos atuais municípios de Caicó, Jardim do Seridó, Acari e Currais Novos. A genealogia, ramo auxiliar da História, nos foi infinitamente útil no entendimento das trocas familiares e nas suas ramificações ao redor das Freguesias⁴

É importante destacar, então, o porquê, dentre tantos lugares, termos escolhido o Seridó norte-rio-grandense como solo da nossa pesquisa. Sabendo que queríamos trabalhar unidos com

³ BRAZIL, Maria do Carmo; CANCIAN, Elaine. Formação do ambiente rural sul-mato-grossense. In: CLIO Revista de Pesquisa Histórica. 2016, p. 130-155.

⁴ Uma Freguesia é uma divisão administrativa em Portugal, implantada no antigo Império do Brasil. Trata-se de subdivisões territoriais obrigatórias no antigo regime, semelhantes hoje ao que conhecemos como municípios.

a História Familiar, temos profunda ligação com a região do Seridó, tendo gerações da família paterna, nascida e criada no município de Parelhas e arredores. Por esse motivo, este foi o primeiro retalho costurado na colcha desta pesquisa: escrever sobre a região seridoense. E o segundo foi decidir trabalhar com fontes primárias na feitura desta dissertação.

Com isso em mente, ficamos mais próximos do nosso objeto durante muitas conversas com familiares que possuíam rica memória sobre o passado e foram responsáveis por despertar o fôlego inicial para esse trabalho. Embora o nosso recorte seja anterior ao valor memorial da família, foi imprescindível para determinarmos os primeiros passos. Além disso, preencher algumas lacunas na historiografia seridoense e, portanto, brasileira, no que diz respeito ao entendimento de família e propriedade.

Durante esse movimento nos arquivos, percebemos as inúmeras dispensas de consanguinidade e afinidade entre membros da mesma família. Esse fato chamou-nos atenção, primeiramente, porque não tínhamos dimensão do quão comum essa prática era, e em segundo lugar, porque explicava a fixação das terras nas mãos de uma mesma família por tantos anos. Embora Manoel Ferreira Borges fosse grande possuidor de bens e terras⁵, ao morrer, seu patrimônio foi dividido entre seus 12 filhos e viúva, o que acabou por concentrar pequena riqueza nas mãos de cada uma dessas novas famílias.

Dessa forma os descendentes de Manoel, não mais figuravam como grandes proprietários de terra, ou mesmo nomes importantes dentro da política local, no entanto, sua presença nas terras seridoenses era constante, pelo menos a partir do século XVIII. Assim como muitas outras famílias que foram pioneiras na colonização do interior do Rio Grande do Norte e Paraíba.

Durante o século XIX, havia alguns meios para observar as posses de uma família, entre elas a análise dos livros de Notas, sobretudo na parte de registros de propriedades, ao lermos tais documentos constatamos que a extensão das terras dessas famílias não eram grandes, em comparação a outras famílias da mesma região; outro quesito a ser analisado é o livro de Ferros, que servia para registrar a marca do proprietário que seria usado nas suas criações, do mesmo modo, percebemos que essas famílias descendentes de Borges, não possuíam suas marcas registradas, o que nos leva a entender que não possuíam vasta criação.

Dessa forma, pretendemos mostrar a relevância dos pequenos e médios – importante compreender que a ideia de pequenos e médios proprietários costuma variar de acordo com a

⁵ Isso pode ser constatado na leitura do seu inventário, disponível para consulta no Fórum da cidade de Acari-RN, que mostra todas as suas posses, como: escravos, animais e terras.

região estudada. No espaço que estudamos, a noção diz respeito a extensões de terras menores que no Centro-Sul brasileiro, por exemplo – proprietários na construção da sociedade, quando muitas vezes são esquecidos dentro da historiografia, em detrimento das grandes personalidades. A escrita da História moderna tem buscado entender como o fazer historiográfico foi um dos responsáveis pela fabricação de mitos e grandes personalidades nacionais, criando uma imagem de integridade, honestidade e outros atributos que visam justificar a permanência do sujeito na memória coletiva.

Esse tipo de abordagem acaba cristalizando um modelo de história considerado oficial. Essa história dita oficial pode ser vista reproduzida em escritos de memorialistas e, até mesmo, historiadores de ofício. A própria historiografia potiguar e paraibana está repleta de exemplos dessa construção em torno das grandes personalidades e vultos históricos, principalmente na escrita da história local, onde muitos escritores das cidades visam preservar a memória de pessoas influentes na região, como políticos, líderes religiosos e, nesse caso, grandes proprietários de terra que figuravam como desbravadores dos sertões e importantes colonizadores das terras.

Esse tipo de abordagem histórica é consequência da forte presença que o Positivismo teve na historiografia brasileira, e até hoje observamos seus resquícios desse modelo historiográfico que visa o enaltecimento das grandes figuras. Se levarmos em conta as produções acerca da história dos municípios durante o século XX, percebemos, por exemplo, a exaltação das grandes e importantes famílias fundadoras, como principais responsáveis pelo desenvolvimento das Vilas e Freguesias.

No que diz respeito às propriedades abordadas aqui, elas estão espalhadas nos territórios que hoje são conhecidos como Caicó, Acari, Parelhas, Jardim do Seridó etc. Hoje, os territórios mais antigos que foram povoados pelas famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, se encontram limitados nos municípios de Parelhas e Equador. Vale salientar que alguns dos descendentes de Manoel Ferreira Borges se espalharam por várias outras freguesias, ainda no século XVIII e início do XIX, tais como Cuité, São João do Cariri, Campina Grande, Pombal, Catolé do Rocha e Areia. É possível notar a presença deles nos arquivos paroquiais de todas as freguesias citadas. Porém, nas freguesias citadas no parágrafo acima, é onde encontramos mais descendentes da mesma família, de acordo com os Registros Paroquiais.

Considerando esse espaço geográfico, as fontes documentais sobre as propriedades encontram-se espalhadas nas comarcas dessas freguesias, sendo que algumas, também foram localizadas em Currais Novos- RN, Pombal – PB e Acari – RN; o primeiro, desmembrado de Acari em 1890. Além de Pombal, alguns registros podem ser encontrados em outras comarcas

paraibanas: de Cuité, Catolé do Rocha, São João do Cariri, Campina Grande e Areia, que foram locais de circulação dessas famílias. Ao longo desses anos de pesquisa, percebemos as relações que as famílias estabeleceram desde o período colonial, até os dias atuais, sendo os casamentos consanguíneos e os apadrinhamentos um dos elos que os uniam, e que acabava por manter as propriedades rurais nas mãos dos mesmos familiares por décadas.

Essas práticas eram bastante registradas no Brasil oitocentista, o que nos levou a aprofundar a pesquisa, graças ao amplo número de documentos remanescentes do período colonial e imperial, como discorreremos abaixo. Dessa forma, partindo da ideia dos núcleos familiares, passamos a entender como as propriedades figuravam no cerne das questões econômicas e das próprias relações de afetividade.

A princípio, a documentação pesquisada se limitava apenas aos registros paroquiais, aos Livros de Batismo, Casamento, e Óbitos, às vezes, nos registros de Crisma. Porém, um novo leque de fontes se abriu com o passar do tempo, e essas famílias foram surgindo em documentações diversas, como os Livros de Registro de Terras, Inventários de Partilha, Processos Crimes, Processos Cíveis, Listas de Eleitores, Livros de Registro da Guarda Nacional, entre outras fontes pesquisáveis.

Os Livros Paroquiais, isto é, Óbitos, Casamento e Batismo, nos serviram para a análise quantitativa a fim de identificarmos os membros das famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, assim como as relações de compadrios estabelecidas entre eles e outras famílias. A partir desses livros, pudemos observar as relações de casamentos endogâmicos – que serão melhor trabalhados mais a frente.

Os Livros de Registro de Terras nos ajudaram a observar as compras e vendas das propriedades rurais, assim como seus respectivos tamanhos e localidades, essa fonte é muito relevante para entendermos a permanência dos núcleos familiares nas terras, sobretudo os Livros de Caicó e Pombal, que cobre temporalmente e territorialmente, o tema proposto. Os Inventários de Partilha são imprescindíveis para entendermos, entre outros fatores, as mudanças patrimoniais com o passar das gerações nas famílias, assim como dissemos acima, no caso de Manoel Ferreira Borges e seus descendentes.

Nisso, podemos analisar a quantidade de bens possuídos pelo inventariado, como número de terras, seus nomes e tamanhos, animais registrados e escravos. Já os Processos Crimes e Processos Cíveis nos auxiliam na descoberta de nomes e relações familiares, assim como locais de moradia e as disputas territoriais que por vezes aconteciam. As Listas de Eleitores – ou de Votantes – são fontes riquíssimas, pois trazem informações como: idade, renda, nível de alfabetização e profissão, importantes balizadores do status social dos cidadãos.

Nessa mesma linha, utilizamos os Livros de Registro da Guarda Nacional para dimensionarmos o alcance social e prestígio dos que viam a servir, já que podiam ganhar terras e alcançar altos cargos.

Vale ressaltar que muitos trabalhos já foram realizados sobre a temática da propriedade privada e relações familiares, e principalmente sobre o Seridó, como é o caso do trabalho do professor Helder Macêdo (2013)⁶, que em sua tese buscou compreender as relações familiares mestiças, e como estas contribuíram para a formação da sociedade caicoense. Também podemos citar o livro de Muirakytan Macêdo (2015)⁷, que traz os modos de viver dos primeiros colonos do Seridó, no século XVIII; assim como a produção de Furtado (2015)⁸ que aborda a condição dos trabalhadores livres e escravizados no sertão do Seridó. Ainda podemos mencionar Araújo (2009)⁹ que trabalha com as propriedades rurais do Seridó, remontando do Império a meados do século XX.

Apesar dessa rica contribuição, não identificamos trabalhos acadêmicos que focassem nas famílias que nos propomos a estudar aqui: Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares. A grande parte dos estudos existentes a respeito de outras famílias, no entanto, não são, como dito anteriormente, pesquisas acadêmicas, mas, trabalhos de memorialistas e genealogistas locais, o que não deixa de ser de grande importância e relevância para a nossa pesquisa.

Existem muitas pesquisas e livros de genealogia sobre a região do Seridó, vários escritores como Cascudo (1955), Medeiros (1980), Medeiros Filho (1981), entre outros, que produziram muito sobre as famílias da região, principalmente as ditas tradicionais e mais abastadas. Ao contrário das pesquisas desses estudiosos, focamos nas famílias de pequenos e médios proprietários, que de outra forma, não figuraram nos escritos gerais, mas que, são de grande contribuição para entender a sociedade rural do Seridó potiguar.

Sendo assim, o nosso trabalho se constitui como relevante para entendermos as estratégias usadas por essas famílias para manterem suas posses no seio dos mesmos grupos por várias gerações, através dos casamentos, apadrinhamentos e participação em cargos públicos, como é o caso da guarda nacional, entre outras formas utilizadas para o sustento do

⁶ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras Famílias do Seridó: genealogias mestiças do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII – XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

⁷ MACÊDO, Muirakytan K. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII)*. Natal: Flor de Sal, 2015.

⁸ FURTADO, Maria Regina. *Vila do Príncipe, 1850-1890: sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza*. Natal: Jovens Escribas, 2015.

⁹ ARAÚJO, Douglas. *A morte do sertão antigo do Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2009.

bem mais valioso, a terra. Abaixo abordamos o que discutimos em cada um dos capítulos, com seus respectivos tópicos.

Nesse primeiro capítulo, portanto, discutimos a família e a relação com a propriedade. Para isso, nos apoiamos em bibliografias que discorrem sobre o mesmo tema. A importância deste capítulo reside na compreensão das redes de parentelas¹⁰ durante o período colono-imperial brasileiro, principalmente no que diz respeito à relevância das relações familiares como recurso de manutenção de terra.

Dividimos, assim, em duas partes, sendo a primeira dedicada à discussão do conceito de família na historiografia, fazendo um apanhado das “velhas e novas” abordagens do que se entendia e se entende por família. Nos apoiaremos nas discussões sobre família no âmbito do local, como no trabalho de Lewin (1993), em que a historiadora abordou o funcionamento dos núcleos familiares paraibanos, sua organização, relações com a propriedade, entre outros, fazendo todo um apanhado desde o desbravamento e colonização dos sertões, com os Oliveira Ledo, até o período republicano. Na segunda parte deste capítulo, discutimos sobre as propriedades que figuravam como o bem mais importante para a época e suas configurações. Assim, analisamos a relação dessas propriedades com os casamentos consanguíneos, apoiados na discussão proposta por Teruya (1995) e nas diferenças de configuração familiar entre colônia e império.

Já o segundo capítulo, será dividido em três partes. No primeiro momento, fizemos uma discussão voltada para o conceito de sertão e as configurações que permeiam sua pluralidade para além do Nordeste. Em seguida, trabalhamos os sertões na Capitania da Paraíba e o desmembramento da Freguesia do Seridó. Dando continuidade, a discussão foi a respeito do próprio Rio Grande do Norte e o Seridó potiguar, nos apoiando em discussões fomentadas pelo professor Macedo (2013) e por Medeiros Filho (1981).

Por fim, apontamos um panorama entre as famílias pioneiras na ocupação do Seridó e os pequenos e médios proprietários que estamos pesquisando, ou seja, os Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, abordando diversos aspectos delas, como os casamentos consanguíneos, que foi a marca dessas famílias, e suas relações com as propriedades rurais nos sertões do Seridó.

Em boa parte da dissertação traçamos uma discussão a respeito do uso da genealogia como ciência auxiliar da história, uma ferramenta importante que nos possibilitou chegar ao

¹⁰ Discutido aqui a partir de Lewin (1993), em que a autora trabalha a ideia de laços sanguíneos entre parentes, a partir de membros que não necessariamente pertencem ao núcleo familiar central, abarcando demais membros do grupo que compartilham consanguinidade.

nosso objeto de estudo. Pois toda a ideia do trabalho partiu de uma pesquisa genealógica, onde pudemos perceber os laços de consanguinidade que uniam essas famílias nas mesmas propriedades desde a colônia até os dias atuais.

Ainda no segundo capítulo, elaboramos tabelas com os dados adquiridos em mais de 6 anos de pesquisa a respeito dessas famílias, contendo os assentos de casamento, batismo e óbito, além da demarcação de onde cada família estava assentada, de acordo com as respectivas propriedades. Apesar do nosso recorte ser o de 1788 a 1840, traremos as árvores genealógicas parciais de cada um dos troncos, mostrando seus patriarcas e matriarcas, há quanto tempo estão em suas respectivas propriedades, se possível saber como as conseguiram, se por meio de herança ou compra, e suas ligações com outras famílias seridoenses.

No terceiro e último capítulo, abordamos mais a fundo o contexto ao qual essas famílias estavam inseridas, fazendo uma discussão sobre o mundo rural seridoense, como era a relação das famílias com a propriedade rural, quais os tamanhos de fato dessas fazendas, onde se localizavam, quais as principais atividades agrícolas e pecuárias da região. Por fim, este último capítulo mostrou os inventários do Seridó, analisando e demonstrando como um inventário era feito na época, mostrando seus herdeiros e os bens de partilha, entre eles as próprias propriedades tão abordadas nos capítulos anteriores, assim como os escravos que as famílias possuíam e os demais itens considerados de valor.

1.1 FAMÍLIA: CONCEITOS E ABORDAGENS

[...] a família é como um organismo vivo, como uma árvore... O galho que se desliga do tronco começa a morrer, nenhum galho basta a si mesmo para sobreviver... a menor e mais insignificante parcela deste conjunto é tão importante e necessária como o mais vital dos órgãos. Se uma pequena célula é afetada, todo corpo é atingido, se se rompe uma pequena artéria, todo o organismo se ressent e assim acontece com a família. (SILVA, 1983, p. 21 apud TERUYA, 1995, p. 24)

O estudo sobre família engloba muitas áreas de pesquisa das humanidades, sendo objeto de estudo tanto na história, como na antropologia, sociologia etc. Assim, muito se foi escrito e

pensado sobre o tema. Para fins de compreensão geral, nos apoiaremos aqui em duas principais historiadoras: Linda Lewin (1993), em *Política e Parentela na Paraíba*; e Marisa Teruya (1995), em *Família e Poder na Paraíba (Os Maias de Catolé do Rocha/PB – Um estudo de caso sobre casos endogâmicos)*.

Todos esses estudos são imprescindíveis no entendimento acerca dos conceitos de família, que para nossa dissertação, está intimamente ligada ao entendimento de propriedade e seus mecanismos de manutenção. No Brasil, muitas das transformações sociais que ocorrem entre o final do século XIX e início do século XX, norteiam trabalhos dentro das concepções familiares e seus papéis inseridos em uma sociedade patriarcal e latifundiária.

O texto de Teruya (1995), portanto, nos oferece uma base bastante sólida para o estudo dos conceitos familiares. De forma muito relevante, a autora faz uma análise historiográfica sobre o conceito de família na historiografia, desde os clássicos como Engels (1987), até os trabalhos de brasileiros como Gilberto Freyre (2003), que trataram do modelo familiar da Casa Grande, ou seja, o modelo da família patriarcal.

A obra de Freyre (2003), é um importante balizador, a partir da década de 1930, para muitos escritos que a seguirão – mesmo no âmbito da crítica às suas visões. As suas concepções de mestiçagem, através de uma busca de “brasilidade”, engendram os laços familiares em meio às contribuições portuguesas, africanas e indígenas. “Os estudos posteriores ao de Gilberto Freyre, portanto, tomaram como referência, concordando ou discordando, suas ideias acerca da mestiçagem e de um “mito da democracia racial” no Brasil.” (MACEDO, 2013, p. 22).

O primeiro capítulo da dissertação de Teruya (1995) é dedicado ao conceito de família e como ele foi pensado e utilizado nos diversos campos das ciências humanas, sobretudo entre os antropólogos e sociólogos. Ela faz um levantamento de como os autores entendem e definem as estruturas familiares. Nesse ponto, ela aborda a visão de Lévi-Strauss, de que para ele, a vida familiar está presente em praticamente todas as sociedades humanas e se define como um grupo social que tem, pelo menos, algumas características em comum. (p. 18-19)

Ao analisar a “Escola de Chicago”, de sociologia urbana, nas décadas 1920 e 1930, ela aponta como, para eles, a vida familiar tradicional não se adaptava ao ritmo da urbanização, assim analisavam, sobretudo, essa teoria da urbanização e de que o núcleo familiar já não existia isolado do resto da sociedade e relações familiares adquiriam uma racionalidade econômica.

Além de mostrar as abordagens clássicas, Teruya (1995) também tece críticas ao modelo de família patriarcal na formação da sociedade brasileira, a qual concordamos e reiteramos, pois, outros arranjos familiares estiveram e estão presentes no seio da sociedade,

como as famílias dos escravizados e alforriados, que também estão presentes no Seridó, onde podem ser observados nos diversos assentos de matrimônios.

Apesar das críticas, a família estudada por Teruya (1995) é de modelo patriarcal e paternalista, onde ao longo do texto a autora traz vários exemplos do funcionalismo desses grupos da família Maia, onde percebemos também o papel predominante do homem nas negociações das propriedades e no envolvimento político-partidário no Estado da Paraíba durante o Império e início da República.

Todavia, a historiadora dá uma nova visão ao estudo desse modelo patriarcal de família, utilizando o que ela chama de “reestudo das grandes famílias patriarcais”, onde ela traz as contribuições de Pierre Bourdieu para o estudo desses grupos, através do conceito de capital empregado por ele. Nesse sentido, a autora utiliza-se do conceito de capital social de Bourdieu para entender o vasto patrimônio da família Maia de Catolé do Rocha, assim como sua influência na política local.

Dessa maneira, todo esse apanhado historiográfico do conceito que a autora nos traz, é de grande importância para compreendermos o modelo familiar que estamos estudando no Seridó, onde podemos perceber as semelhanças entre os arranjos familiares nas duas regiões. A predominância de um modelo patriarcal, onde o homem é a figura principal na partilha de bens, como é notório da divisão dos espólios inventariados, e na compra e venda das propriedades privadas.

“A base de sustentação destas famílias eram os *clãs parentais*, uma rede de relação entre todos os indivíduos, comandada pelo fazendeiro, substituindo instituições de ordens administrativa e política” (TERUYA, 1995, p. 23). Assim, a família, sobretudo a detentora de terras e grandes posses, passa a ditar os costumes e o reger em uma sociedade majoritariamente rural, como as do Brasil entre o período colono-imperial. A linha entre o público e privado mostra-se bastante tênue. Essa herança era garantida desde a coroa portuguesa, e posteriormente pelo Estado Imperial brasileiro, através da concessão das sesmarias. É nesse sentido que Lewin (1993) explica a importância da linhagem familiar desses conquistadores no controle dessas terras:

Era a posse da terra, combinada com uma linhagem de prestígio, o que conferia o direito ao domínio local. Os direitos legais à terra assentavam numa tradição oral informal que ligava os proprietários, legítimos ou putativos, às grandes concessões de terra, as sesmarias, que as primeiras famílias do sertão tinham obtido da Coroa. A política da Coroa concedera terras apenas aos chefes de família, frequentemente a conjuntos de irmãos, - seja a irmãos

homens ou a irmãos e suas irmãs casadas e os maridos de suas irmãs -, ou então a chefes de família e seus filhos homens casados (p. 53).

Dessa forma, os processos de estudo das famílias do Seridó não podem ser analisados de forma deslocada em relação ao estudo geral de famílias e propriedades ao redor do Brasil e também do mundo. A família, como construção social, permeia e perpetua as relações de poder que erguem – ou não – uma localidade. De acordo com Macedo (2013, p. 17):

No prefácio à obra de Giovanni Levi – A herança imaterial –, Jacques Revel nos lembra, a propósito, um dos cuidados que o micro historiador deve ter: o de não estudar o micro pelo micro, mas, de perceber diferentes realidades a cada nível de leitura que empreende nos documentos compulsados, de modo a “conectar essas realidades em um sistema de interações múltiplo”. Isto porque, segundo esse historiador francês, “Os acontecimentos são, naturalmente, únicos, mas só podem ser compreendidos, até mesmo em sua particularidade, se forem restituídos aos diferentes níveis de uma dinâmica histórica”

As mais antigas formas de organização ao redor de um núcleo perpetuam esses estudos e o exibem, se não como objeto principal, como pano de fundo para muitas explicações e contextos sobre o manter de uma sociedade, suas organizações de trabalho, de moradia, de alimentação e de costumes sociais. Não à toa, o estudo da família se consagra na historiografia brasileira como um dos diversos objetos no estudo da História Social e Cultural.

É importante destacar que o nosso estudo sobre as famílias no Seridó considera a organização desses núcleos a partir das relações de consanguinidade, afinidade, parentela e apadrinhamentos. Portanto, são termos que aparecerão com frequência no corpo do texto e cabe, portanto, uma explicação geral de suas importâncias nesse estudo sobre a formação seridoense.

As relações de consanguinidade são, talvez, um dos pontos centrais para entender como a fixação das famílias acontecia nas mesmas terras por décadas. Nesse estudo, utilizamos Linda Lewin e seu o conceito de *parentela* ou *família extensa*, que abarca toda a ideia de consanguinidade e identidade de um grupo, formado por parentes externos ao núcleo familiar, englobando além de pai, mãe e filhos, os tios, sobrinhos, primos, genros, cunhados, e demais membros do grupo que compartilham os laços de sangue. Lewin (1993) define família extensa da seguinte maneira:

A família extensa brasileira compreendia o grupo de descendência bilateral de um indivíduo, incluindo os ascendentes maternos e paternos e os descendentes lineares de várias gerações. Dela faziam parte também os colaterais

consanguíneos – tias e tios ou sobrinhos e sobrinhas. Pertencia ainda à família extensa, entretanto, uma numerosa população de parentes não consanguíneos: eram rotineiramente incorporados nos seus limites os parentes afins, ou ingressos na família através dos casamentos, e os pretensos parentes, nela incluídos através de uma relação ritual (compadrio cerimonial) ou de uma relação de adoção (o criado na família, assim reconhecido civil ou costumeiramente) (p. 117).

Assim, Lewin (1993) dedica a parte dois de sua obra para as questões de família e sua ligação com a política. Essa segunda parte se intitula “Política e Parentela” e se subdivide em dois tópicos “A Parentela no Império e na República” e “A Política de Parentela na Era das Oligarquias”. Dentro do texto, ela o organiza em quatro pilares: a descendência ambilinear e superficial, a organização segmentar, as preferências matrimoniais endogâmicas e o caráter quase corporativo da parentela (p. 114).

Além da parentela, ela trabalha outro conceito importante para o nosso trabalho, que é a consanguinidade. Em seu texto, Lewin (1993) o usa, sobretudo para diferenciar a forma de parentesco consanguíneo e a parentela; esse primeiro abarca apenas os cognatos, ou seja, consanguíneos patrilineares ou matrilineares. Assim, é um grupo mais restrito do que a família extensa, pois não inclui o parentesco por afinidade e os vínculos do parentesco ritual (p. 118).

Em certos contextos, como no caso do direito de herança, o parentesco consanguíneo encerrava um significado e uma aplicação muito precisos. A parentela era mais fluída. Além disso, o parentesco consanguíneo arrola consanguíneos que devem ser excluídos da parentela ou família extensa – porque os limites da família dependiam do reconhecimento individual [...] certos indivíduos ligados por sangue ou casamento algumas vezes não se reconheciam mutuamente como familiares, a despeito do seu parentesco evidente na categoria abstrata do parentesco consanguíneo. (LEWIN, 1993, p. 118)

Esse modelo de parentela é bem abrangente, pois não é só uma característica das famílias paraibanas. Podemos notar que no Seridó esse modelo está presente no seio dos grupos sociais, como podemos observar no estudo de Medeiros Filho (1981), onde o genealogista apresenta as várias ramificações familiares que ocuparam o Seridó, e suas relações entre si, assim acabamos vislumbrando esse modelo de parentela entre os seridoenses.

Praticamente todas as famílias estudadas por Medeiros Filho (1981), estão relacionadas entre si, através dos casamentos e de laços de apadrinhamento. Entre os patriarcas e suas famílias, detalhadas pelo autor, a figura de Thomaz de Araújo Pereira¹¹ é uma das principais do

¹¹ Thomaz de Araújo Pereira foi um dos homens mais influentes do Seridó, possuía diversas fazendas, animais, escravos entre outros bens (MEDEIROS, 1981).

Seridó. Esse português foi um homem bastante rico, e deixou larga descendência, que herdaram seus espólios, sendo que boa parte dos seus herdeiros contraíram matrimônio com primos e parentes próximos.

Além dos trabalhos de genealogistas locais, também percebemos essas relações parentais na documentação por nós estudada:

Aos quinze dias do mez de Junho de mil oitocentos e sessenta e cinco, pelas oito horas da noite no sitio Laranjeira desta Freguesia, tendo precedido Dispensa de sanguinidade, as Canonicas Denunciações, sem impedimento, Confissão, Comunhão, Exame de Doutra Christã, em presença do Reverendo Coadjutor **Gil Braz de Maria Santíssima**, de minha licença, e das Testemunhas, **Miguel Maria de Araujo**, morador nesta Freguesia, e **Joaquim de Sousa Castro**, morador na de Cariry, casados, se receberão em Matrimonio, por palavras de presente, e tiverão as Benções Nupciais os meus Paroquianos **Francisco de Sousa Castro**, e **Gertrudes Maria de Sousa**, naturais, e moradores nesta Freguesia: elle Viúvo de **Izabel Januaria da Conceição**; ella filha legitima de **Manoel Cordeiro Nunes**, e de **Victoria Ferreira do Carmo**. De que para constar fez o dito Padre o Assento, que assignou com as Testemunhas, o qual me foi entregue, e por elle lavrei este Termo que assigno. O Vigr^o Francisco Justino Pereira de Brito¹²

Os livros de assentos de casamento e batismo nos ajudam a observar essas relações, pois nesses registros constam os laços matrimoniais entre as famílias, e os apadrinhamentos que acabaram se tornando parte da parentela, nutrindo relações espirituais e sociais. Como no assento acima, onde podemos ver a dispensa de parentesco, e a relação entre os Sousa Castro e Cordeiro Nunes, entre os noivos, que são primos, e um dos padrinhos, Joaquim de Sousa Castro, irmão do noivo, Francisco de Sousa Castro.

Assim, as questões que envolvem família e seus desdobramentos figuram como objeto principal dentro da genealogia. No entanto, o caminho genealógico não é isento de problemas. Muitas vezes, por serem áreas afins dentro do estudo das Humanidades, encontram-se obstáculos próximos aos encontrados dentro do fazer historiográfico, como a ausência de documento, ou má conservação dos mesmos.

1.2 GENEALOGIA E SEUS PROBLEMAS NA PRÁTICA

A genealogia é uma ciência auxiliar da história, ferramenta importantíssima para o estudo das famílias e da formação dos núcleos de povoamento. Desde tempos remotos a

¹² Livro de Casamentos da Matriz de Jardim do Seridó, 1857 – 1885, pág. 51v (Grifos nossos).

humanidade grava os nomes dos seus antepassados, seja para demonstrar a importância da sua família, ou apenas perpetuar a memória de seus entes. As genealogias foram perpetuadas em nobiliários e até em livros tidos como sagrados por religiões monoteístas, como é o caso das escrituras que formam a bíblia cristã, que está repleta de extensas listas genealógicas, como nos 5 primeiros livros do Antigo Testamento.

Na bíblia cristã a genealogia está presente principalmente em 4 livros, sendo 2 no Antigo Testamento e 2 no Novo Testamento. Os 2 primeiros são Gênesis e 1 Crônicas, onde é descrito em várias páginas inúmeras gerações de pessoas, como no capítulo 5 de Gênesis, que descreve a genealogia de Adão até Noé. Não queremos aqui por juízo de valor sobre a veracidade dos fatos narrados nestes livros, mas apenas demonstrar o quão antiga é a tradição genealógica.

Várias religiões também possuem suas obras de genealogias, ou escritos que contém a linhagem de algumas pessoas influentes, reis, profetas, guerreiros, entre outros, que ficam gravados e foram repassados por várias gerações. Como por exemplo a genealogia do profeta Maomé, que foi descrita por François Augier de Marigny (1662 – 1762), em seu “Histoire des Arabes sous le gouvernement des califes”. Sendo o profeta, segundo Marigny, descendente de Ismael, um dos personagens bíblicos relatados no livro de Gênesis.

Durante a Idade Média na Europa, vários nobiliários foram escritos para descrever a genealogia dos Reis europeus. Muitos desses documentos faziam ligações entre os monarcas e personagens mitológicos dos contos gregos e romanos, como os reis mitológicos da Ilíada e Odisseia. Um dos mais importantes manuscritos que versam sobre esse tema e período é o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro¹³, escrito por volta de 1344 por Pedro Afonso, conde de Barcelos (1287 – 1350).

A literatura portuguesa está repleta de nobiliários manuscritos, contendo páginas e mais páginas com extensas árvores genealógicas ligando as famílias nobres entre si. Podemos citar duas dessas obras que até hoje são amplamente utilizadas por genealogistas para desvendar as origens lusitanas de suas famílias, como é o caso da Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal, escrita por Cristóvão Alão de Moraes (1632 – 1693), e o Nobiliário de famílias de Portugal, escrita por Manuel José da Costa Felgueiras Gaio (1750 – 1831). Ambos são divididos em vários tomos, contendo milhares de páginas com a genealogia de boa parte das famílias portuguesas.

¹³ Livro de Linhagens do Conde D. Pedro; Quintilhas aos brasões de armas das famílias de Portugal, [1601-1700] - Biblioteca Nacional Digital. *purl.pt*. Consultado em 15/08/2021.

As primeiras genealogias brasileiras foram escritas por padres e pessoas da elite colonial. Os escritos mais antigos datam do século XVIII, como a Nobiliarquia Pernambucana, de Antonio Victoriano Borges da Fonseca (1718 – 1786), Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714 – 1777) e o Catálogo Genealógico das Principais Famílias, de Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1695 – 1779). Segundo Valadares (2007, p. 48):

Elas são as ‘genealogias clássicas do Brasil colonial’, conforme a expressão do historiador Pedro Calmon, pois cobrem as principais áreas de povoamento brasileiro: terras baianas, paulistas e pernambucanas. Registrando assim os principais troncos povoadores e suas descendências até o sec. XVIII

Tais nobiliários tratam, em sua maioria, de famílias abastadas, da elite colonial brasileira. Todavia, não estão livres de fraudes ou equívocos, cometidos de forma intencional ou não. Um caso clássico de fraude genealógica está na já citada Nobiliarquia Pernambucana, onde o autor, que era Familiar do Santo Ofício¹⁴, ocultava a presença de cristãos novos e judeus nas ramificações das famigeradas famílias pernambucanas. Autores como Mello (2009)¹⁵ e Lima (2016)¹⁶ foram essenciais para trazer à tona tais falsificações.

A pesquisa genealógica está sujeita a equívocos, que podem ser cometidos por diferentes motivos, como a presença de muitos homônimos, ou seja, antepassados com nomes iguais, ou a interpretação equivocada de algum documento, como um assento de casamento, por exemplo. Esse tipo de erro pode mudar totalmente o rumo da pesquisa. Nesse sentido, Segal (2017, p. 72) nos diz que:

[...] nomes iguais nem sempre diziam respeito a mesma pessoa, já que um filho ou neto poderia “herdá-lo” do pai sem o acréscimo do “Júnio” ou “Filho”. Isto aconteceu, por exemplo, com os dois Franciscos de Almeida e Albuquerque: tanto o pai quanto o filho de mesmo nome foram deputados provinciais no recorte estudado e assumiram juntos duas legislaturas (1852 – 1853 e 1854 – 1855) [...]

¹⁴ Agentes inquisitoriais que denunciavam os hereges e desviantes da fé católica, geralmente ocupado por pessoas da elite, que tinham que prova a “pureza de sangue”, ou seja, não ter em sua genealogia a presença de judeus, muçulmanos, negros, ou qualquer pessoa que não se enquadrasse no padrão cristão europeu.

¹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco Colonial. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

¹⁶ LIMA, Candido Pinheiro Koren de. Branca Dias: tomo 1. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2016

Dessa maneira, os homônimos devem ser vistos com bastante atenção para que não haja nenhuma mistura entre eles, e que erros não venham acontecer. Além do caso acima relatado, podemos citar o que acontece na nossa própria pesquisa, como é o caso de Antonio Cordeiro Nunes (o 1º do nome), que também tem um filho chamado Antonio Cordeiro Nunes e um neto, filho deste último, com o mesmo nome, sendo que apenas o terceiro assume o “Júnior” para diferenciar-se do seu pai. Contudo, nem sempre na documentação isso fica claro, já que em alguns documentos, o 3º Antonio aparece sem o “Júnior”.

Para lidar com esse tipo de confusão, alguns recursos podem ser utilizados, como por exemplo o nome das esposas de cada um dos Antonio Cordeiro Nunes, pois todas possuem prenomes diferentes, respectivamente Brígida, Joaquina e Maria. Outra forma de diferenciar os 3 Antonio é pelas idades, quando mencionadas na documentação, pois são todos de gerações diferentes. Além dos 3, também existem vários outros Antonio Cordeiro Nunes na mesma região, sendo praticamente todos parentes, alguns netos do primeiro, bisnetos, primos etc.

Outro grande problema na pesquisa genealógica é a falta de documentos, não só para a genealogia, mas também para a história. A ausência de determinadas fontes pode comprometer o avanço em determinado ramo genealógico, ou a falta de informações suficientes podem bloquear o seguimento da pesquisa. Na genealogia esse tipo de situação gera muitos problemas, transformando ramos inteiros nos famigerados “fins de linha”, que é quando determinado seguimento da árvore genealógica de uma pessoa não tem mais para onde avançar devido à falta de novas informações, ou pela ausência total delas.

Esse problema de documentação também pode ser visto em arquivos de vários lugares do Brasil, onde boa parte se encontra em mau estado ou com pouca preservação. Vejamos como exemplo os casos dos arquivos paroquiais na Paraíba, os documentos mais antigos que temos conhecimento são um livro de batismos da Paróquia de Mamanguape, que datam de 1731, porém em péssimo estado de preservação, depois disso temos um salto para 1780 nos livros de batismos, e 1762 para os livros de casamento, também em péssimo estado. Esse levantamento só foi possível graças ao acervo digitalizado pelo Family Search, site pertencente à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que desenvolve um trabalho de digitalização de arquivos Paroquiais, civis, militares, entre outros, ao redor do mundo. Essa ferramenta possibilita a pesquisa de diversos profissionais, em especial da área das Humanidades, já que nos conecta com arquivos muitas vezes de difícil acesso ou de deslocamento.

Foi através dessa ferramenta que conseguimos ter acesso aos arquivos mais antigos das Paróquias dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Assim, nos possibilitou a leitura dos documentos iniciais desses locais, ou pelo menos os que resistiram à ação humana e/ou do

tempo. De outra forma, nosso trabalho poderia ter esbarrado com lacunas e empecilhos mais do que diversos, desde a inacessibilidade de certos locais ao não acesso presencial de documentos.

As péssimas condições dos documentos são mais alarmantes pela antiguidade da Paróquia de Mamanguape, que advém do seiscentos, mas não resta nenhum livro desse século, e praticamente nenhum do século seguinte, como vimos acima. Podemos citar como exemplo um casamento ocorrido em 1635 entre Antonio Barbalho e Ana da Silveira, narrado por Medeiros (2021, p. 11), esse matrimônio teria sido mencionado numa Habilitação de um dos descendentes de Antonio Barbalho, e então podemos questionar, onde se encontra esse livro de matrimônios? Provavelmente jaz no esquecimento, destruído pela ação do tempo.

Além de Mamanguape, podemos citar também o caso de São João do Cariri, que apresenta um excelente acervo de livros paroquiais que datam de 1752, com algumas lacunas, porém os livros estão em bom estado de conservação, o que possibilita a pesquisa sobre as famílias que povoaram o Cariri paraibano. Boa parte dos livros coincide com o período de fundação da Paróquia, tendo um dos acervos mais preservados do interior da Paraíba.

Já outras localidades, com Paróquias antigas, como é o caso de Pombal, o acervo paroquial deixa um pouco a desejar, pois muitos arquivos foram se deteriorando, sobrando poucos volumes do século XVIII. O Seridó fez parte da Paróquia de Pombal, e muitas informações sobre as famílias daquela localidade se perderam pela falta de preservação dos documentos eclesiásticos, assim como praticamente todo o Sertão e Cariri paraibano também ficaram sobre a jurisdição de Pombal por muitos anos.

Todavia, Pombal também conta com um rico acervo no cartório de notas da cidade, datando de 1712, boa parte em bom estado de conservação, contendo informações valiosas para o estudo sobre as famílias que habitaram o sertão paraibano, através da compra e venda de terras, negociações de pessoas em situação de escravidão, entre outros termos que eram lavrados nos livros notariais.

Outro exemplo de problemas encontrados na genealogia são os assentos paroquiais onde o padre não escreve o nome dos pais dos noivos no assento, ou apenas colocam que são naturais de determinado local, sendo esse um país, como Portugal, sem mencionar a Freguesia, Bispado ou Conselho de onde eram naturais, praticamente impossibilitando o desenvolvimento das árvores genealógicas.

Todos esses problemas foram identificados por nós em nossa pesquisa, a falta de documentos e as poucas informações que determinadas fontes nos trouxeram, se mostraram como obstáculos que tiveram que ser contornados com o auxílio de outros registros.

Recorremos a cartórios, paróquias, fóruns, prefeituras e acervos particulares, para que as lacunas fossem as menores possíveis.

A genealogia também nos permite pensar questões que envolvem as relações de casamentos e os apadrinhamentos, a partir do cruzamento de dados e informações contidas nas fontes, podemos observar a ligação que essas famílias estabeleciam entre si através desses matrimônios e de outras formas, como nos já mencionados compadrios, que asseguravam direitos e deveres entre as famílias.

1.3 AS RELAÇÕES DE CASAMENTOS E APADRINHAMENTOS

Manter a propriedade na família é primordial para nortear as relações de casamento a apadrinhamento durante o fim do século XVIII e início do XIX. Aqui, é importante destacar a importância da terra para essas famílias do interior da Paraíba e Rio Grande do Norte. Manter as fazendas, sítios e afins na família eram primordiais para assegurá-las ao patrimônio e as necessidades básicas territoriais da época. Assim, como já diferenciamos no início deste capítulo, o conceito de ‘grandes proprietários’ é bastante arbitrário a depender da região estudada.

Mesmo assim, independentemente do tamanho da terra, ainda era a forma central de sustento, em meio a uma população majoritariamente rural. Nesse tópico, pretendemos analisar as questões que permeiam os casamentos da época, como forma de seguridade da terra e do destaque para os casamentos consanguíneos ou endogâmicos.

As práticas desses casamentos se configuravam como algo bastante comum no interior do Brasil. Isso acontecia, sobretudo, devido às longas distâncias em que essas famílias residiam em relação umas às outras, tendo como vizinhos praticamente só familiares, de 2º a 4º graus de consanguinidade. Desse modo, o casamento acabava sendo uma forma de unir ainda mais esses grupos, ou evitar dificuldades na hora da partilha dos bens.

Acima de tudo, o possuir terras bem próximas das propriedades dos pais e irmãos assegurava que a geração seguinte manteria a natureza corporativa do grupo familiar [...] os casamentos endogâmicos tornaram-se elementos quase indispensáveis, pois as alianças matrimoniais entre primos alimentavam a solidariedade familiar no longo prazo. (LEWIN, 1993, p. 125)

Entre outras questões, a preocupação central de uma família era a de manter os bens e a propriedade dentro dos laços sanguíneos e de parentela. Assim sendo, condicionar os

casamentos entre os seus, evitava que a propriedade passasse para outra família que não nutrisse laços tão profundos com esse grupo familiar inicial o que, de uma forma ou de outra, os afastariam dos bens e dos ganhos advindos das propriedades.

Tendo esse cenário como plano de fundo, podemos perceber que as escolhas, no que diz respeito ao matrimônio, eram bastante limitadas, pois como aponta Teruya:

o poder do casamento para criar laços entre grupos implica em **restrições na escolha do cônjuge**. A maneira como se dá a escolha, varia de sociedade para sociedade, mas, ao nível das normas sociais, **o casamento nunca é livre**, no sentido de que qualquer homem não desposar qualquer mulher. (TERUYA, 1993, p. 69, grifos nossos)

Os casamentos entre primos era o mais comum dos casamentos consanguíneos, como mostramos no registro de casamento no tópico anterior. Teruya (1993, p. 129-130) dedica um subtópico de seu livro para falar dessas questões. Ela analisa os termos que se conhecia como “primo legítimo” – para primos cujos pais fossem irmãos; também o “primo carnal” – os filhos de dois conjuntos de irmãos entre casados; e, por último, o “primo de segundo grau” – ou distante.

Embora fossem os mais comuns, não eram os únicos. Os casamentos entre tios e sobrinhas ou tias e sobrinhos também aconteciam de forma recorrente, desde o período colonial brasileiro. Do mesmo modo, Teruya traz o registro de um jurista brasileiro a respeito do Código Civil de 1916, que proibia pela primeira vez o casamento entre tais parentes: “louvável intuito de acabar com os casamentos, de reconhecida inconveniência, entre tios e sobrinhos, quasi sempre realizados por interesses patrimoniais de família, e, physiologicamente, condenáveis” (1993, p. 131).

Além da manutenção das terras em um mesmo núcleo familiar, o fazer desses casamentos era imprescindível para o mantimento das elites no comando das localidades. Pois através desses contratos matrimoniais, se estabeleciam alianças e acordos mútuos que acabavam por dominar o sistema político, no contexto colono-imperial, das Freguesias.

Teruya (1993) analisa as relações familiares dos Maia, que eram bastante numerosos em Catolé do Rocha e redondezas, tendo bastante destaque na política local, algo que se estende até os dias de hoje, onde boa parte dos prefeitos e vereadores dos municípios próximos a Catolé do Rocha sejam da família Maia, mesmo não carregando o sobrenome, porém pertencem a família, por estarem ligados pelos laços sanguíneos. Entre a família Maia, as ligações através

dos casamentos consanguíneos são inúmeras, o que contribuiu no fortalecimento do grupo, além da manutenção do próprio sobrenome, por serem os esposos e esposas da mesma família.

Assim como os Maías, muitas famílias do Seridó estão ligadas através dos laços consanguíneos, que em alguns grupos chegavam a corresponder a mais de 50% dos casamentos. Para demonstrar o número de casamentos consanguíneos entre as famílias que nos propomos a estudar, apresentaremos abaixo uma tabela com o número de casamentos entre primos nos variados graus de parentesco, durante o século XIX, dividindo por gerações, a partir dos netos de Manoel Ferreira Borges e Juliana Vieira de Melo, que são o tronco em comum entre as famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares.

Tabela 1 - Distribuição dos casamentos através das gerações

	1º	2º	3º	4º	Total
Casamentos	20	37	79	149	285
Exogâmicos	8	20	38	69	135
Endogâmicos	12	17	41	80	150
(%)	(60%)	(45,95%)	(51,9%)	(53,69%)	(52,63%)

Fonte: Tabela feita por nós com base nos Livros de Casamento das seguintes Paróquias: Caicó, Acari, Jardim do Seridó, Pedra Lavrada, Pombal, Catolé do Rocha, São João do Cariri e Areia.

Fizemos a divisão entre os casamentos exogâmicos, ou seja, sem parentesco em comum, e os casamentos endogâmicos, onde existem parentes entre os noivos. Não utilizamos na contabilidade os casais que não foram possíveis achar o assento de casamento, ou que não existe outro documento que comprove a ligação parental entre eles.

A tabela ficou dividida em gerações para melhor descrever os números e porcentagens de casamentos que ocorreram entre os descendentes de Manoel Ferreira Borges. Sendo cada geração representada pelos netos, bisnetos, trinotos e tetranetos de Manoel e Juliana, pois a documentação só nos permitiu observar os matrimônios a partir dos netos, já que no período que seus filhos casaram, entre 1760 e 1788, existe uma lacuna nos livros paroquiais de Caicó, levando em conta a grande maioria provavelmente casou por lá.

Na primeira geração é possível observar o número de casamentos endogâmicos documentados, 12 casamentos, totalizando 60% de matrimônios entre parentes. Já na segunda geração, composta pelos bisnetos de Manoel Ferreira Borges, os casamentos consanguíneos

totalizaram 45,95% dos casos, já os exogâmicos acabaram sendo superiores, mas numa porcentagem não tão alta.

Na terceira geração os números de casamentos endogâmicos voltam a superar os de casamentos exogâmicos, sendo 51,9% do montante. Na quarta geração, o número de casamentos entre primos se mostra mais uma vez acima dos casamentos com pessoas de fora do grupo parentesco, somando 53,69% dos casos. No total de casamentos analisados, 52,63% dos casamentos realizados entre os descendentes das famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, foram realizados entre primos, ou parentes em graus próximos, como tios por exemplo

Os dados apresentados acima, demonstram de forma objetiva a quantidade relevante de casamentos entre parentes próximos. Boa parte desses casamentos foi utilizada por essas famílias, como estratégia para manter os interesses desses grupos, assim, evitado que as heranças fossem compartilhadas com outras pessoas que não compartilhassem tais laços parentais (TERUYA, 1995).

Todos os casamentos acima citados foram colhidos em exaustiva pesquisa nas Paróquias de Caicó, Acari, Jardim do Seridó, Pedra Lavrada, Pombal, Catolé do Rocha, São João do Cariri e Areia. Sendo a maioria nas paróquias potiguaras, onde se concentrava a maior parte dos familiares. Uma parte da pesquisa pode ser realizada de casa, graças às digitalizações feitas pelos mórmons, e disponibilizadas em seu site, Family Search.

Outro fato importante é o número de casamentos que ocorriam nos sítios e fazendas, dado a proporção de pessoas que moravam na zona rural. O Brasil do século XIX ainda era bastante agrário, com a maioria da população morando afastado das cidades e grandes centros. Grande parte dos matrimônios feitos entre as famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, foram realizados nas suas fazendas de morada, assim como os batismos de seus filhos.

Além dos matrimônios também é importante observar os apadrinhamentos e compadrios entre essas famílias. É nesse sentido que Peter Burke define apadrinhamento da seguinte maneira:

O apadrinhamento pode ser definido como um sistema político fundamentados em relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais, entre líderes (ou padrinhos), e seus seguidores (ou afilhados). Cada parte tem algo a oferecer a outra. (BURKE: 2002, p.104, apud SOARES: 2010)

Vale salientar que a definição de Burke é voltada mais para o aspecto político do apadrinhamento, a ideia de grupos dominantes se utilizarem dessa prática para ganhos pessoais ou com interesses eleitoreiros, mas também das famílias menos abastardas de garantirem

prestígio, entre outras coisas. Essa relação garantia benefícios para ambas as partes, como explica Soares:

Em ambos os casos, tanto no apadrinhamento quanto no compadrio, a relação envolvia benefícios, ou no mínimo, perspectivas de benefícios para ambos os sujeitos, o que comumente conhecemos como troca de favores. Considerando tais circunstâncias, podemos então concluir que multiplicar o número de afilhados era vantajoso para os padrinhos, enquanto que, para o afilhado, a vantagem estava restrita a possibilidade de que seu padrinho garantisse a proteção que lhe era atribuída como obrigação. Portanto, quanto maior a quantidade de afilhados e de compadres, maiores as possibilidades de benefícios sociais, políticos e/ou econômicos. (SOARES, 2010, p. 114 e 115)

Já o compadrio é “[...] uma relação constituída no ritual católico com os pais biológicos e os pais espirituais, estes ficam sendo denominados de compadre e comadre” (QUIRINO, 2010, p. 3). Tais relações eram estabelecidas tanto entre famílias sem nenhuma ligação de parentesco, por motivos diversos, como foi explicado acima, ou também por pessoas da mesma família.

Observando a documentação, é bastante comum encontrar os avós sendo padrinhos dos primeiros filhos de seus filhos. Assim como os tios, primos e até os irmãos mais velhos também se tornavam padrinhos das crianças recém-nascidas e compadres dos pais do párvulo, que era a denominação que aparecia nos documentos de batismo, que pode ser interpretado como criança, pequeno ou inocente.

Em alguns casos, o primeiro filho de um casal teria como seus padrinhos os avós paternos e o segundo filho os avós maternos, ou vice e versa. Para exemplificar, traremos a transcrição de dois batismos dos dois primeiros filhos de Salvador de Sousa Castro (o 3º do nome) e Isabel Maria da Conceição.

Antonia, filha legítima de **Salvador de Sousa Castro**, e de **Isabel Maria**, naturais e moradores nesta Freguesia, nasceu a três de Outubro e foi baptizada a dois de Novembro de mil oitocentos e desesette na Capella de Pedra Lavrada pelo Reverendissimo Vigario de Arez **José Fernandes de Lima**, de minha licença: forão Padrinhos **Joaquim Lourenço Rosa**, e sua mulher **Maria Magdalena**: de que fis este Assento que assigno. Francisco de Brito Guerra.¹⁷

Josefa, filha legítima de **Salvador de Sousa**, e de **Isabel Maria da Conceição**, naturais e moradores nesta Freguesia, nasceu a vinte e dois de Novembro de mil oitocentos e desoito, e foi baptizada a vinte e nove de Dezembro do mesmo anno na Capella de Conceição, filial desta Matriz pelo Padre **Manoel Teixeira da Fonseca**, de minha licença, que lhe pos os santos óleos: forão Padrinhos **Antonio Cordeiro**

¹⁷ Livro de batismos da Matriz de Caicó, 1813 – 1818, pág. 182, grifos nossos.

Nunes, e sua mulher **Brigida Maria de Sousa**, de que fis este Assento que assigno. Francisco de Brito Guerra.¹⁸

No primeiro batismo os avós maternos de Antonia são seus padrinhos, já no segundo assento os avós paternos de Josefa que são os padrinhos da criança. Os batismos ocorrem em capelas diferentes, uma onde hoje é Jardim do Seridó – RN e o outro em Pedra Lavrada – PB, que são relativamente próximas uma da outra, provavelmente por se tratar das respectivas regiões em que os avós das meninas eram moradores.

Apesar das capelas estarem anexadas a paróquias diferentes, sendo a primeira a Caicó e a segunda a Cuité, os assentos foram registrados nos livros de batismos da Matriz de Santana. Contudo, as freguesias eram limítrofes, pertencentes ao que consideramos sertão do Seridó, que é abordado no capítulo seguinte.

¹⁸ Livro de batismos da Matriz de Caicó, 1813 – 1818, pág. 8, grifos nossos.

2 UM NORDESTE, MUITOS SERTÕES

A descrição e delimitação mais rápida para o que é sertão, é a de ‘localidade que é afastada do litoral’, distante da costa. Peguemos como exemplo disso a definição a partir de dois dicionários, a do Aurélio e, em seguida, a do Houaiss:

1.Região agreste, distante das povoações ou terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. Bras. Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior semi-árido da parte norte-ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos. (...). (FERREIRA: 1975, p.1293 apud ANTONIO FILHO, 2011, p.84)

1.região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, afastado do litoral. 3. A terra e a povoação do interior; o interior do país. 4. Toda região pouco povoada do interior, em especial, a zona mais seca que a caatinga, ligada ao ciclo do gado e onde permanecem tradições e costumes antigos. (...). (HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.: 2001, p. 2558 apud ANTONIO FILHO, 2011, p.85)

Percebemos aqui que ambas as explicações são quase iguais, convergindo no que diz respeito à ideia de o sertão ser o *contrário* do litoral, isto é, ser a antítese do grande ideal de habitação, cultivo, população. Passa, portanto, a ser relegado ao espaço onde perduram os costumes antigos, fazendo-se resistente mesmo diante da realidade “coberta de mato [...] mais seca do que a caatinga”.

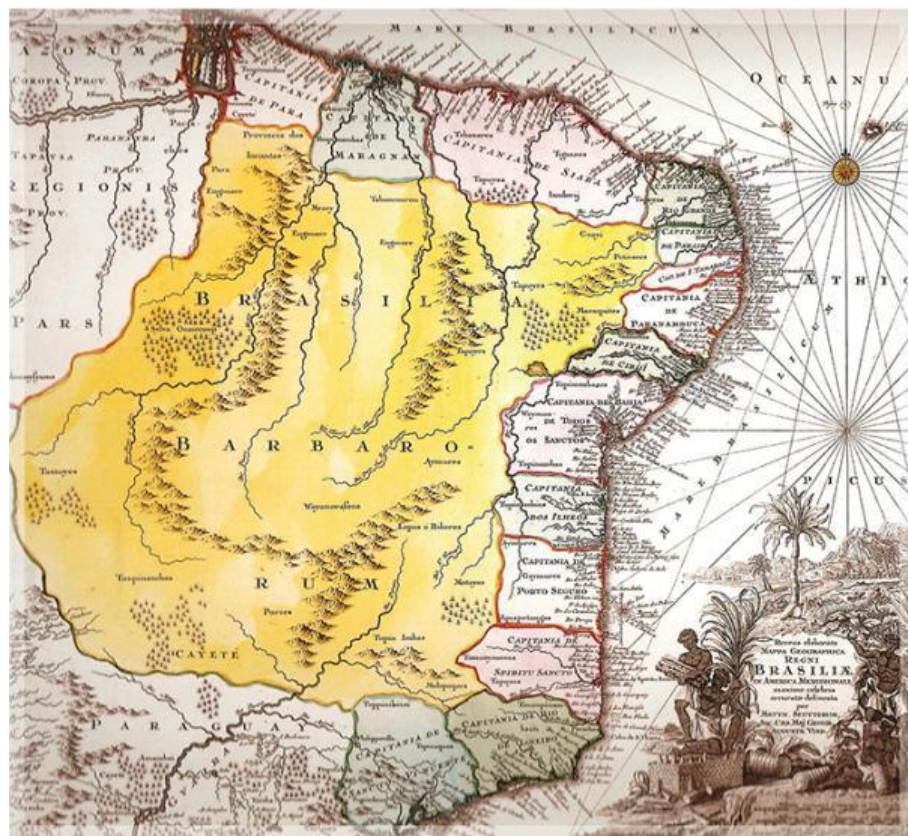
Historicamente, o primeiro processo de interiorização por parte dos colonizadores ocorre nessa região, entre os séculos XVI e XVII. Com a necessidade de expandir o comércio, para além do cultivo da cana de açúcar, acontece esse deslocamento de população para o interior, – local afastado da faixa litorânea – onde a criação de gado vira a principal forma de subsistência local. Contudo, não foi apenas a expansão comercial que levou essa população a ocupar as partes mais afastadas da costa, outros fatores também devem ser levados em conta, como a busca por poder, através da conquista e ganho de terras, entre outras coisas.

A própria palavra sertão traz a sua etimologia arraigada neste conceito, de acordo com Silva (2003, p. 189):

A palavra sertão parece ser um termo oriundo de desertão, de deserto: Não o deserto físico, mas o espaço onde há um vazio de súditos da Coroa portuguesa. 335 Palavra talvez originada no século XV, sua etimologia é obscura, sendo seu primeiro significado talvez interior, ou seja, o espaço longe da costa. Um conceito que já aparece na carta de doação de Duarte Coelho.

A partir disso, apesar de sertão definir, inicialmente, apenas o espaço continental afastado da costa, existem aí novos nuances que vão sendo incorporados a ideia de sertão: "a idéia de grandes vazios incultos e desabitados aparece como um dos elementos definidores da noção de sertão" (SILVA, 2003, p. 189).

Figura 1 - Mapa do sertão nas Capitanias do Norte



O mapa "Brasilia Barbarorum" (Brasil Bárbaro), elaborado pelo cartógrafo alemão Georg Seutter, em 1740: sertão representado pelo vazio

Fonte: Disponível em: encurtador.com.br/dAIOU. Acesso dia 25 de Junho de 2021.

Assim, essa imagem antagônica de civilização começa a ser cristalizada nas formas de representação que incluem o sertão e, como veremos mais na frente, por conseguinte, o

Nordeste. O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior¹⁹, discorre sobre essas questões que permeiam a invenção do Nordeste²⁰ atrelado ao conceito de sertão e de atraso:

Até o início do século XX, o sertão era todas as terras que ficavam afastadas da costa, que ficavam distantes das aglomerações urbanas que se distribuíam por todo o litoral brasileiro. O sertão estava em todas as províncias, em todos os estados, terras que eram de todos, terras que eram de ninguém. O sertão era visto e dito na literatura, nos discursos parlamentares e no discurso jornalístico como o outro da civilização, do progresso, do adiantamento, da ilustração. (2011, p. 19)

Dessa forma, pensar em sertão no Brasil, é, automaticamente, pensar em Nordeste, ou na imagem antecipada e estereotipada que se tem do Nordeste – aridez, seca, fome, escassez – um espaço único e homogêneo, que abriga esse ideal do “outro”, contrário aos conceitos de progresso e civilização.

No entanto, o termo “sertão” aparece e se cria muito antes de se imaginar o espaço geográfico e cultural compreendido atualmente como Nordeste. O sertão, como explica Albuquerque Júnior (2011) acima, compreende todo o espaço de “interior”, ou seja, longe do litoral, dos grandes centros, do espaço colonizado. Esse atrelamento existe também com os binômios sertão e atraso, sertão e aridez, sertão e fome.

Albuquerque Júnior (2011) trabalha, portanto, a própria ideia do Nordeste e do nordestino, em primeiro lugar, a invenção desse espaço e sua vinculação ao imaginário do sertão, conceito totalmente atrelado ao atraso e à aridez da região, como visto acima, e perpetuado por várias obras e aportes artísticos. Assim, explica que com o passar dos anos essa imagem se cristalizou ao ponto de “sertão” ser exclusivamente um espaço nordestino, deixando às demais regiões brasileiras a ideia de “interior” para seus estados. Quando sertão, na verdade, equivale a qualquer parte não habitada ou não colonizada, na visão de quem escreve essa história, na visão do branco que chega para tomar esses espaços.

Além de pensar nessa ideia de sertão trazida por Albuquerque Júnior (2011), podemos ainda ressaltar suas diferenças de espaços e características, marcados por multiplicidades que, desse modo, pensar em *sertão* no singular seria homogeneizar uma região tão complexa, que possui suas particularidades e aspectos próprios.

¹⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.. A Invenção do Nordeste e outras artes (5a edição). 5a. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2.000. 376p.

²⁰ Para fins de compreensão, usaremos o termo “Nordeste” no decorrer da dissertação para entender o espaço que hoje é assim conhecido geograficamente, embora o próprio termo seja anacrônico ao recorte temporal trabalhado.

É nesse sentido que Diniz (2015) busca compreender as várias distinções dos sertões nordestinos, por exemplo, problematizando a ideia de um sertão único e homogêneo, apresentando as diferenças entre a arquitetura, costumes e formas de viver em algumas capitanias onde hoje se encontra o Nordeste brasileiro.

Se pensarmos na geografia atual, o Nordeste conta com nove estados em seu território geográfico. Possui ainda quatro sub-regiões: agreste, zona da mata, sertão e meio-norte. Todos esses locais coexistem com particularidades geográficas, pluviométricas, de faunas e floras com algumas características distintas, muito embora se localizem numa mesma região geográfica.

Existem as zonas de transição de uma para outra sub-região nordestina. O sertão, por exemplo, extensa área que compreende o centro de quase toda a região Nordeste – perpassa os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – e se encontra no bioma caatinga e faz transição junto com a zona da mata, para o agreste.

Entendendo essas questões que dividem e separam o Nordeste desse conceito único de sertão é importante frisar que aqui trabalhamos com *sertões* para identificar o interior, é necessário fazer distinções, assim como fizemos acima, dos espaços geográficos, dos modos de viver, dos aspectos culturais, condições climáticas, entre outras questões.

Diniz (2015) nos mostra como essa heterogeneidade é, muitas vezes, deixada de lado para dar lugar a visão massificante de um *sertão* único:

A literatura, seguindo as designações do IBGE e da SUDENE, eternizou um conceito uno de *Sertão Nordestino*, cristalizando no imaginário coletivo um retrato desse *sertão* entre tantos outros [...] o termo sertão ficou abrangendo um imenso território que apesar de suas características naturais e humanas distintas, aparece representado a partir do que lhe é comum, quase arquetípico, como o lugar da seca, da resistência, das lutas etc, terminando por delimitar um território social fortemente reconhecido por seu cotidiano parecido para além das fronteiras políticas dos atuais estados da região e das paisagens naturais e humanas heterogêneas que o constituem (p. 25)

Por isso, é preciso reforçar a existência múltipla de sertões. O sertão do Seridó potiguar, por exemplo, onde se concentra essa pesquisa, faz parte da conquista do Oeste nordestino. Ela aconteceu, principalmente, a partir de dois principais caminhos: pelos sertões de dentro e pelos sertões de fora.

O interior do Rio Grande do Norte – o sertão do Seridó – foi ocupado, em sua maior extensão, a partir da rota dos sertões de fora, originária de Pernambuco e Paraíba. Da Bahia, seguindo o rio São Francisco abaixo, partiam as levas de vaqueiros e gado que povoariam as

Em outros estados, como é o caso do Ceará e do Rio Grande do Norte, temos outros sertões, como o sertão de Inhamuns, sertão de Crateús, sertão de Quixeramobim, todos localizados no Ceará, e o sertão do Apodi, sertão de Assú, sertão do Seridó, entre outros, localizados no Rio Grande do Norte.

Ainda no rol de sertões, o de Pernambuco figura como parte importante da história do estado, sendo um dos primeiros a serem explorados, graças a sua importância como segunda Capitania mais relevante dentro do Nordeste, na época. No mapa a seguir, podemos ver as delimitações territoriais dessa Província:

Figura 3 - Carta Corográfica da Província de Pernambuco (1889)



Fonte: Arquivo Nacional. Acesso dia 20 de junho de 2021.

Fugindo um pouco dos sertões nordestinos, amplamente citados até aqui, mais ao centro do país, no atual Centro-Oeste, os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul já foram considerados grandes sertões. Gilmar Arruda nos fala que “o antigo estado de Mato Grosso, localizado ao lado oeste do Rio Paraná imaginado como: inacessível, distante, separado do país” (2000, p.189).

Os estados do Centro-Oeste foram os últimos a serem adentrados pelo invasor português, as terras da região eram consideradas inacessíveis, como visto acima, por sua distância das faixas litorâneas, e foram pouco a pouco adentrada por colonos vindos da Capitania de São Paulo e Minas Gerais, estabelecendo estradas que ligavam as cidades do litoral com o inóspito sertão.

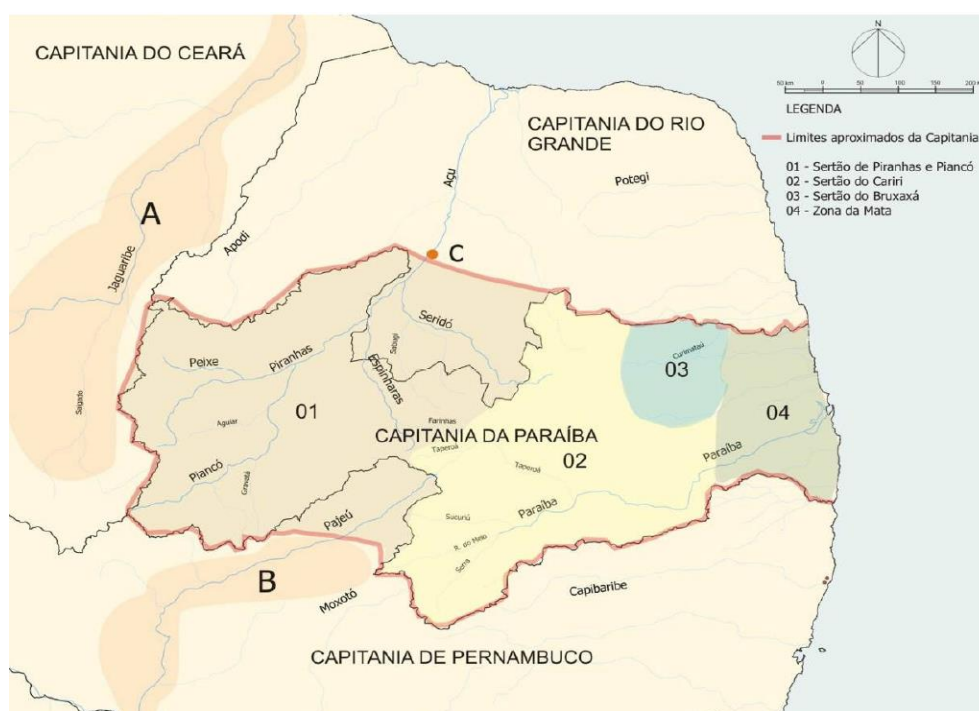
Com a expansão pecuária para mais longe do litoral, a criação de gado era de certa forma uma atividade atrativa. Pois "ao contrário do que ocorria com a açucareira, a economia criatória

não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva" (FURTADO, 1986, p.60 apud MACEDO, 2000, p. 3)

Apesar disso, o desbravamento dos sertões brasileiros foi um processo lento e gradual, realizado por expedições de invasores que receberam nomes diferentes em cada localidade, como por exemplo: bandeirantes, sertanistas, tropeiros, que adentravam sertão adentro, dizimando nativos, colonizando as terras e as usando para a criação de gado (MEDEIROS, 2009).

2.1 OS SERTÕES NA CAPITANIA DA PARAÍBA

Figura 4 - Capitania da Paraíba no século XVIII



Fonte: Sobreposições de base em CAD da divisão administrativa dos estados e da Hidrografia do Brasil disponíveis em IBGE (2012) apud (SOARES e MOURA FILHA, 2013, p. 89)

Como já foi dito, o sertão foi idealizado como um lugar distante, que não foi constituído como espaço de colonização nos primeiros séculos pelos portugueses. Tal espaço ocupava quase toda área da Capitania da Paraíba, só sendo explorado a partir do final seiscentos, quando Portugal se apossou em definitivo das terras. Pois anteriormente o domínio político da Paraíba era do governo espanhol, passando pelos holandeses e sendo retomado pelos lusitanos posteriormente.

Os holandeses tentaram fazer uma tentativa de interiorização da capitania, fazendo acordo com os indígenas locais, os povos tapuias, chegando até o que hoje é o Cariri paraibano. Todavia, ficou a cargo dos portugueses ampliarem o domínio sobre os lugares mais distantes da Paraíba, chamados de sertão, ocupando cada parte de terra que constituía os territórios paraibanos.

A ideia de sertão sofreu alterações entre os séculos XVI e XVII, sendo que no século XVIII as representações imagéticas e discursivas não apresentaram grandes mudanças, sendo a base às ideias dos colonos de outrora. (SOARES E MOURA FILHA, 2013). Sendo somente aos poucos que tiveram mudanças significativas sobre o conceito. No quinhentos, por exemplo, o sertão era considerado um lugar distante do litoral, habitado por bárbaros e local de enriquecimento de pessoas sem poder financeiro e político para viverem na faixa litorânea.

Para Soares e Moura, o sertão seria definível e não delimitável, é nesse sentido que elas trabalham a definição do conceito, partindo do quinhentos, onde o sertão seria o oposto do litoral, o lugar onde o olho chegava, mas o corpo não entrava, um horizonte distante que pouco se sabia. Tal exemplo foi usado por Pero Vaz de Caminha em sua carta direcionada ao Rei de Portugal sobre as terras que haviam encontrado.

Caminha escreveu a carta estando na posição de tripulante de um navio, observando a extensão territorial que não tinha fim, logo a chamou de sertão, mesmo sendo terras próximas ao mar, onde hoje damos o nome de litoral, Caminha não hesitou em chama-las de sertão. Nesse sentido, ele aplica esse termo porque em seu entendimento ela não pode ou não quis conhecer. Sertão seria então para ele e para outros homens do seu tempo, um lugar desconhecido.

O padre Rafael Bluteau, filólogo lusitano, no seu dicionário, definiu sertão como um espaço calmo, algo solitário e pouco habitado (BLUTEAU, 1789). Além disso, Bluteau também dá o sentido de coração da terra, ou seja, o que estava no interior, longe da costa, que era o de fácil acesso quando se vinha do oceano, e o que estava além desse litoral seria o coração da terra. Ainda segundo o padre, o sertão seria um lugar ardente, pois a costa marítima era mais fresca, por estar próximo ao mar, e o interior seria mais quente, por estar distante das águas.

Já no século XVIII, os olhares sobre o sertão se encurtam, pois é iniciado o processo de interiorização dos colonos portugueses, que adentram territórios até então desconhecidos para eles. Se o espaço que outrora era definido como distante, com o conhecimento adquirido da expansão territorial começam a mudar essas representações. O que era definível antes, agora passa a ter limites, ou seja, tende a ser delimitado, então a representação anterior acaba caindo no setecentos, graças também a capacidade de se definir as fronteiras.

Como o território era desconhecido, pelo menos pelos portugueses, com a imersão deles no interior da Capitania, as fronteiras passaram a ser estabelecidas, deixando o sertão de ser um termo vago e passa a ser um espaço delimitado por elas. Então, o sertão deixa de ser singular, passando a ser um lugar plural, os sertões. Tal delimitação despertou interesses político e econômico, então se fez necessário controlar os lugares através da cartografia, que teve como base os principais rios da região (SOARES E MOURA FILHA, 2013).

Então assim nasce o sertão de Piancó, sertão de Piranhas, sertão do Sabugi, sertão do Rio do Peixe e o sertão do Seridó, todos com nome dos rios da Paraíba. Além dos sertões com nome de rios, também havia o sertão de Bruxaxá, que atualmente é em Areia e o sertão do Paó, que é onde hoje fica Alagoa Grande e redondezas. Até o século XVIII, a Capitania da Paraíba contava com 2 sertões a mais, que seriam o sertão do Pajeú, ao lado do Pernambuco, e o sertão do Seridó, ao lado do Rio Grande do Norte, que foram desmembradas no século XIX e anexadas aos vizinhos Pernambuco e Rio Grande do Norte.

As fronteiras artificiais que foram criadas para as Capitanias, eram em linha reta com a linha vertical de Tordesilhas cortando ao meio o território brasileiro, sendo assim, elas não observaram os acidentes geográficos, sendo eles próprios limites geográficos, como as serras e rios que serviriam de caminhos naturais para os colonizadores. A estadia dos colonos em determinados lugares do território, influenciava nas questões de identidade, de economia e de política, que acabaram reverberando em sérias questões políticas que culminaram com desmembramento e retalhamento do território da Paraíba.

Esses limites que foram criados, e as delimitações aferidas no oitocentos, permitiram que os próprios colonos, pelas suas práticas culturais, identitárias, interesses econômicos e políticos, seria mais natural que quem morasse no sertão do Seridó, oficialmente pertencente à Paraíba, se relacionasse melhor com o território da Capitania do Rio Grande do Norte. Da mesma forma aconteceu com os moradores do chamado sertão do Pajeú, pois para eles era mais fácil atingir com sua produção os portos de Pernambuco, do que os da Paraíba. Não existia como hoje uma rodovia que ligasse o sertão ao litoral, ou vice e versa, os caminhos eram outros, por isso o conhecimento dessas fronteiras permitiu que o mapa da Paraíba mudasse de forma no século XIX.

A Capitania do Rio Grande do Norte, juntamente com o Seridó, já foram parte da Comarca da Paraíba até 1818, quando foi criada a Comarca de Natal, desmembrando judicialmente as duas regiões. Ficando parte do Seridó subordinada ao Rio Grande do Norte, como foi o caso de Caicó, até então a maior das freguesias, e Cuité e Patos, que já foram

anexadas a Caicó, portanto parte do Seridó permaneceu no poder do Governo da Paraíba. (MEDEIROS, 1954).

Porém, os problemas começaram um pouco antes, pois ao ser fundada a Vila Nova do Príncipe, atual Caicó, que fora desmembrada de Pombal aos 31/07/1788, a mesma ficou pertencendo ao território da Capitania do Rio Grande do Norte, mas sob a jurisdição da Comarca da Paraíba. Então, com a criação da Comarca do Rio Grande do Norte, em 1818, os problemas se agravaram entre as duas regiões.

Um dos principais responsáveis pelo desligamento do Seridó enquanto território da Paraíba, e a sua ligação ao Rio Grande do Norte, como parte daquela província, foi o padre Francisco de Brito Guerra. Nascido em 1777, na fazenda Jatobá, na Freguesia de São João Batista da Ribeira do Açu, atual Campo Grande, era filho de um cearense com uma pernambucana. O Pe. Brito Guerra, foi Deputado Geral de (1831 – 1837) e Deputado Provincial (1835), e Senador Vitalício do Império (1837 -1845) (MELQUÍADES, 1987).

Foi do deputado Guerra que partiu a ideia de solucionar tal imbróglio, sugerindo em 1831 a demarcação do território da Vila Nova do Príncipe. Então, no dia 25/10/1831 foi promulgada a lei que estabelecia os limites do distrito, sendo estes os mesmos que estavam de posse desde a criação da freguesia em 1788, ficando de fora a Freguesia de Patos e a de Cuité, que já haviam se desmembrado anteriormente, e pertenciam a Paraíba.

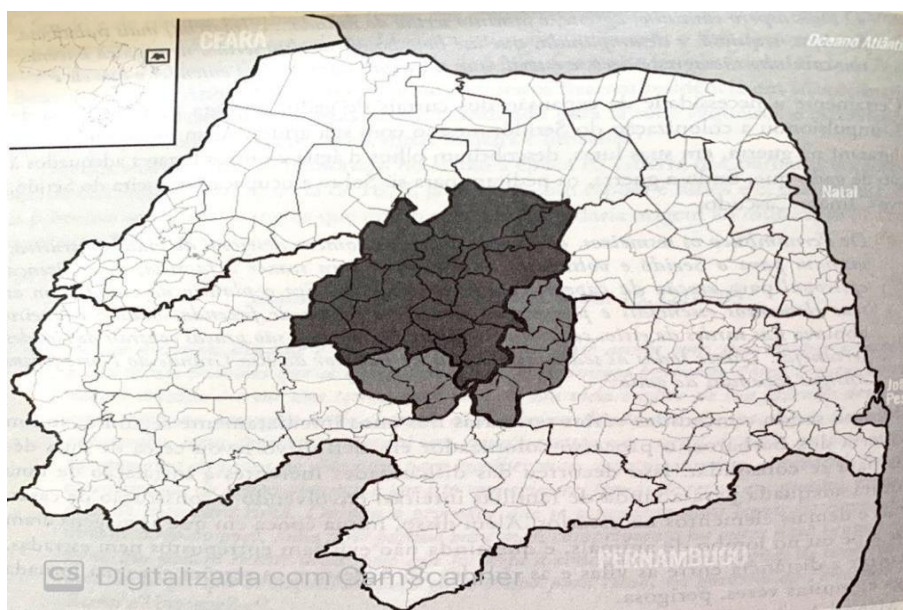
O governo paraibano não ficou satisfeito com a lei, e logo entraram com um pedido de revogação do novo decreto, tendo representações na Assembleia Provincial, na capital, e na Câmara da Vila de Patos. Segundo Medeiros (1954) “Contra essa obra legislativa tem se arguido que fora fruto do prestígio do Padre Guerra e prejudicial aos interesses paraibanos” (MEDEIROS, 1954, p. 64).

Os representantes do Rio Grande do Norte, sob a égide do Padre Guerra, entraram com representações em defesa dos interesses potiguares, sendo eles a Assembleia do Rio Grande do Norte, em Natal, e a população da Vila do Príncipe e da Vila de Acari, ambas no Seridó, que enviaram abaixo assinados por lideranças civis e militares. Nas representações enviadas à Comissão de Estatística da Câmara, ficam claros os interesses das Vilas do Acari e do Príncipe em permanecerem sob o governo da Província do Rio Grande do Norte. O parecer final foi favorável aos interesses norte-rio-grandenses, ficando então mantida a lei de 25/10/1831, que garantia a posse da Vila do Príncipe dos seus territórios e do pertencimento à Província do Rio Grande do Norte.

2.2 RIO GRANDE DO NORTE: O SERIDÓ POTIGUAR

O sertão do Seridó é basicamente dividido de forma interestadual, entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, sendo o primeiro conhecido como o Seridó paraibano e o segundo como o Seridó potiguar. Para fins dessa dissertação, o nosso foco reside sobretudo nessa segunda denominação de Seridó.

Figura 5 - Mapa da região do Seridó, abrangendo os atuais estados da Paraíba (cinza claro) e do Rio Grande do Norte (cinza escuro)



Fonte: MEDEIROS, 2021, p. 30

Assim, o Seridó potiguar encontra-se no interior do Rio Grande do Norte, e abriga diversas cidades no seu bojo, como: Ipueira, Equador, Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Jardim do Seridó, Caicó, Jardim de Piranhas, Ouro Branco, Parelhas etc. Caicó, por exemplo, é uma das principais cidades dessa região e fica localizada a 282km da capital Natal.

Historicamente, Caicó – antes conhecida como Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, criada em 1748, e, posteriormente, em 1788, elevada à categoria de Vila Nova do Príncipe²¹ – é também considerada o primeiro núcleo de povoamento do Seridó potiguar. Sua expansão acontece após a Guerra dos Bárbaros (1683-1725).

O Seridó²² é amplamente conhecido por suas características de potencialidade durante a expansão territorial voltada para criação. A necessidade de amplificação da criação de gado

²¹ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Histórias De Famílias Mestiças No Seridó (Séculos XVIII-XIX). In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Anais, p. 1.

²² A partir daqui nos referiremos apenas como Seridó ao que compreende o Seridó potiguar (Rio Grande do Norte);

para longe da produção açucareira – objeto de grande preocupação na época – acelerou a ocupação desses espaços de sertão. Embora esse crescimento já viesse durante os séculos XVII e XVIII, foi durante a segunda metade do século XIX que o Seridó se destacou pela sua extensa atividade pecuarista e pela sua produção algodoeira. E apesar dessa ampla comercialização e grande margem territorial – atualmente percorre 9.374,063km² do território norte rio-grandense – permanecia, primordialmente, habitado por índios até o final do século XVII, quando foram expulsos e massacrados pelas expedições que, posteriormente, ficou conhecida como Guerra dos Bárbaros²³. Já entre os séculos XVIII e XIX, a população de brancos, pardos e negros aumentou substancialmente.

Ainda assim, dada a sua grande extensão territorial, não preenchia todos os espaços, sendo, majoritariamente, desabitado em suas extremidades, com sua população concentrada principalmente nas ribeiras do Rio Seridó. Sobre esses espaços vazios, Diniz (2013, p. 25) aponta:

Esses *sertões* foram timidamente adensados, e assim perduraram no século XIX e subsequentes. As freguesias e vilas ali instaladas mantiveram-se discretas. Ainda hoje, é um universo inóspito, marcado por longas distâncias e imensos vazios [...] a geografia física é inóspita, fato que dificultou sua ocupação.

Apesar das distâncias e dos vazios, a terra foi ocupada aos poucos pelos colonos que vinham de diversos lugares. No livro de matrimônios da Matriz de Caicó²⁴, que corresponde aos anos de 1788 e 1809, é possível observar a presença de famílias pernambucas e paraibanas, sem contar os lusitanos que se faziam presentes na ocupação dos espaços seridoenses, sendo em sua maioria provenientes dos Açores, Minho, Douro, Estremadura e Trás-os-Montes (MEDEIROS FILHO, 1981).

Mas esse povoamento começou bem antes, no século XVII, durante a já citada Guerra dos Bárbaros, que segundo Medeiros foi uma “luta que durou muitos anos e durante a qual, após crueldades inomináveis, o homem civilizado exterminou os selvagens que habitavam as margens do rio Açu e seus afluentes, um dos quais, como se sabe, é o rio Seridó” (1954, p. 15). Após o massacre das populações indígenas que habitavam a região do Seridó, vários dos colonizadores se estabeleceram na região, vindos principalmente de Goiana e Igarassu, no Pernambuco, e da Paraíba. Sendo a primeira data de sesmaria na região do Acauã, hoje Acari,

²³ Uma série de conflitos entre colonos e indígenas aliados, liderados pelo paulista Domingos Jorge Velho e Antonio de Albuquerque da Câmara, contra várias etnias de índios Tapuias que ocupavam os sertões das capitanias do Norte (MEDEIROS FILHO, 2002).

²⁴ Disponível de forma digital no site familysearch.org.

concedida em 1676 a várias pessoas, dentre elas Antônio de Albuquerque Câmara, que foi um dos comandantes que liderou as tropas contra os nativos.

O Seridó foi emancipado de fato em 1788, com a criação da Vila Nova do Príncipe, atual Caicó, que ficou de posse de praticamente todo território do Seridó potiguar moderno, incluindo Patos e Cuité, que vieram a ser desmembrados depois. Antes já tinha paróquia independente, desde 1748, emancipada de Pombal. Sua população cresceu consideravelmente ao longo do século XVIII e XIX, segundo os dados levantados por Medeiros (1954), em 1782 o Seridó contava com 3.630 pessoas, e em 1824 já eram 6.276, quase o dobro, atingindo números maiores em 1855 com 15.921 e em 1872 com 31.281 pessoas. Os números podem oferecer falhas no cálculo, porém nos trazem uma margem do que se tinha de população vivendo no sertão seridoense.

A região é de clima bastante severo quando se trata de secas e estiagens, Medeiros diz que “em cem por cento, o seu território é sujeito a esse flagelo, e mesmo nos períodos chamados normais há, pelo menos, seis a oito meses do ano em que ali não cai uma gota d’água” (1954, p. 19). E desde cedo os habitantes do Seridó sofreram com tais secas, como bem narrou Manuel Antônio Dantas Correia, escritor de crônicas sobre as secas e invernos do sertão seridoenses.

No século XVIII houve grandes períodos de seca, sendo a de 1723 e 1724, destacada por Manuel Dantas, como uma das piores da época. Além dela, também dá destaque a seca de 1825, que também foi severa, fazendo com que vários seridoenses migrassem do sertão para a região do Brejo paraibano, ou para os litorais da Paraíba e Pernambuco, até que as condições climáticas melhorassem e eles pudessem retornar para suas casas.

As migrações para o brejo, principalmente para Mamanguape, Bananeiras e Areia, eram frequentes entre os seridoenses. A presença de pessoas oriundas do Seridó nas freguesias paraibanas é facilmente perceptível quando se ler os livros de casamentos, óbitos e batismos, principalmente os últimos. Em determinadas épocas, como a grande seca de 1825, o número de seridoenses no Brejo é bem elevado.

Após o período de seca da década de 1820 que acometeu o Seridó, Manuel Dantas destaca a forte abundância que veio após esse período:

Ora, tendo falado da calamidade é justo que se diga alguma coisa da prodigiosa abundância que logo se seguiu. Vieram os anos de 26 e 27; naquele houve tanta abundância de jerimús, melões, melancias que sendo a semente que o Nilo havia produzido que servia de sustento não só aos seus moradores, como para os que se regressaram dos Brejos, os quais vinham tão costeados de fome que morriam pelas estradas antes que alcançassem o nosso Nilo (...) (CORRÊA, 18:19 apud MEDEIROS FILHO, 2002, pág. 237)

O Nilo que Manuel Dantas cita é o rio Seridó, que quando enche, traz consigo abundância para as terras ao seu redor. As cheias do rio molham a terra que fica propícia ao plantio de frutas, legumes e hortaliças, que serviam para alimentar as famílias que haviam resistido ao severo verão, e também aos famélicos que vinham do Brejo, que algumas vezes não chegavam com vida a sua terra natal.

Além dessa abundância de leguminosas que eram cultivadas no Seridó, a região também se destacou na criação de gados, sendo esta um dos fatores fundamentais para o povoamento da região. No fim do século XVII, o Governador-Geral da Bahia já destacava a importância do gado norte-rio-grandense, que era criado principalmente nos sertões, longe do litoral e das plantações de cana de açúcar, sendo estes responsáveis pelo sustento de boa parte das capitanias do Norte, como Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. A carne rendia o imposto que pagava as infantarias, e o uso do gado como frota, servia para transportar as mercadorias dos engenhos. (MEDEIROS, 1954).

A criação de gado está presente no Seridó desde os primórdios da ocupação da região pelos colonizadores brancos, como pode ser observado nas próprias sesmarias solicitadas por eles, onde uma das principais justificativas para a solicitação era a procura de pastos para criar seus animais. Foi assim que:

Tomás de Araújo Pereira, Caetano Dantas Correia, Rodrigo de Medeiros, Cipriano Lopes Galvão, todos os povoadores iniciais do Seridó, troncos das tradicionais famílias que ainda hoje vivem na região, em que trabalham e a que servem, foram criadores de gado, opulentos fazendeiros, proprietários de grandes rebanhos. O gado foi, desse modo, ao começar o povoamento da terra seridoense, o elemento econômico fundamental, a fonte de riqueza natural asseguradora das condições de vida, a oferecer perspectivas de exploração comercial, o princípio de todo processo da história do Seridó. (MEDEIROS, 1954, p. 24)

Essas grandes famílias se destacaram na criação desses animais no Seridó, assim como os “pequenos e médios” proprietários que também cultivavam a pecuária, mesmo em escala menor, mas garantia o sustento de boa parte deles e de suas famílias. A influência da bovinocultura no Seridó é tão marcante, que várias fazendas e sítios foram “batizadas” com nomes relacionados a essa prática, permanecendo até hoje em nomes de cidades, como é o caso de Currais Novos, e de localidades como Riacho dos Bois, Curralinho, Curral de Cima, entre outros.

2.3 FAMÍLIAS NO SERIDÓ

A genealogia do Seridó é amplamente estudada e discutida. Embora boa parte das obras sobre as famílias dessa região tenham sido escritas por pesquisadores de várias áreas do conhecimento, e, portanto, muitas não têm o rigor historiográfico, – e também não é o foco dessas obras – elas são de grande importância para o estudo dos núcleos familiares e das relações entre eles.

As primeiras famílias a ocuparem a região do Seridó, por exemplo, são objetos de pesquisa de vários genealogistas seridoenses. Muitas obras foram escritas, dentre elas, damos destaque a “Velhas Famílias do Seridó”, de Olavo de Medeiros Filho e “Seridó” de José Augusto Bezerra de Medeiros. Ambos os autores são descendentes das famílias mais numerosas da região: os Dantas, Medeiros, Araújo e Azevedo.

Na obra supracitada, Seridó, o autor traz no 3º capítulo, intitulado “Famílias Seridoenses”, um vasto estudo genealógico a respeito do que, para ele, são as principais famílias do Seridó. Medeiros (1954) dá destaque aos Araújo Pereira, Dantas Correia, Azevedo Maia, Batista, Medeiros, Lopes Galvão e Bezerra de Menezes. Sendo que boa parte dessas famílias acabam sendo uma só, por conta dos casamentos consanguíneos. Apesar dessas famílias estarem ligadas ao desbravamento do Seridó, elas não são as únicas presentes desde a época da Colônia. Ao observar os inventários e os primeiros livros de casamento da Paróquia de Caicó, podemos observar a presença de muitas famílias sem qualquer ligação com essas consideradas as principais.

Hoje já existem trabalhos que abordam outras famílias seridoenses – o livro pioneiro de Macedo (2021), por exemplo, traz uma rica pesquisa sobre a família Macedo – tão importante e antiga quanto às trabalhadas por Medeiros (1954), mas muito menos citadas e abordadas dentro da literatura genealógica. Essa renovação historiográfica começa a ganhar espaço dentro das universidades e se torna objeto de escrita acadêmica a partir da década de 1960, com a influência da escola dos Annales²⁵ e historiadores como Christopher Hill e E. P. Thompson²⁶ tornam-se expoentes dessa nova corrente. Assim, a história dos grandes nomes deixa de ser o único enredo contado.

O genealogista Macedo (2021, p. 31), inclusive, aponta o seguinte sobre as outras famílias que ocuparam a região do Seridó:

²⁵ REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A inovação em História*. 1ª edição. São Paulo: Paz & Terra, 2006.

²⁶ E. P. Thompson, "Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional", Companhia das Letras, 1998

Nos Inventários post-mortem da Comarca de Caicó, entre 1737 a 1765, constam nomes de famílias como Andrade de Bulhões, Dias Antunes, Andrade Bezerra, Garcia de Sá, Mendonça, Gualberto Rosa, Gomes, Fontes Rangel, Bezerra da Costa e Pereira de Abreu. Embora essas famílias não tenham sido as mais numerosas, decerto estão entre as primeiras a povoarem o Seridó.

Precisamos também nos questionar se existem mais motivos pela ausência de escritos sobre outras famílias no Seridó, talvez seja a falta de documentos que dificulte o conhecimento desses antigos grupos familiares que fizeram a região de morada. Como algumas famílias deixaram mais “rastros” sobre seu desenvolvimento, acabaram sendo fruto de mais pesquisas que as outras que não deixaram tantos vestígios.

Um dos responsáveis dessa falta de documentação foi a própria ação do tempo, que deteriorou muitos dos primeiros livros das Freguesias do Seridó. Um exemplo dessa perda de documento histórico aconteceu com o primeiro livro de matrimônios de Caicó, que teria sido iniciado em meados de 1740, quando surge a primeira Paróquia da região, no entanto, o primeiro livro que consta no acervo paroquial começa em 1788, mais de 40 anos após a sua fundação.

Com a documentação que restou aos dias de hoje, é possível observar as origens dos primeiros ocupantes do Seridó, sendo sua maioria das regiões litorâneas da Paraíba e Pernambuco, onde alguns proprietários possuíam terras tanto no litoral quanto no sertão, e acabavam transitando com frequência entre as regiões. Macedo (2021, p.31) aponta as principais localidades de origem dos ocupantes:

Mamanguape, Sertão do Bruxaxá ou Brejo de Areia (Areia), Sertão do Paó (Alagoa Grande), cidade da Paraíba e Taipu, na Paraíba, e em Recife, Olinda, Goiana e Igarassu, em Pernambuco, são locais frequentemente citados na documentação cartorial e paroquial como sendo lugares de origem de muitos dos colonizadores do Seridó. Além disso, muita gente também veio do Reino e seus domínios: do Norte de Portugal (Braga, Porto, Ponte de Lima, Barcelos e Viana do Castelo); Lisboa; Ilhas do Pico e Terceira, nos Açores; e Porto Santo, na Ilha da Madeira, só para mencionar algumas localidades.

Além dos colonizadores nascidos no Brasil, muitos portugueses também fizeram parte da ocupação do sertão seridoense, muitos vindo da região Norte e central de Portugal, assim como da Ilha da Madeira e do Arquipélago dos Açores, territórios portugueses (Medeiros Filho, 1981). Também é possível observar a presença de pessoas oriundas do Ceará, de Freguesias como Russas e Icó, que fazem fronteira com o Rio Grande do Norte e a Paraíba.

Embora boa parte dessas famílias fossem compostas por pessoas consideradas brancas, o Seridó também foi ocupado por pessoas negras, muitas em situação de escravidão, em sua maioria oriundas do Continente africano, de regiões como Angola e Guiné, que constituíram família na região. Elas também são fruto de estudos, como por exemplo no livro do professor Helder Macedo (2021), derivado de sua tese de doutorado, onde ele aborda as relações familiares dos mestiços que ocuparam o sertão seridoense.

Famílias indígenas, que seriam os ocupantes originais das terras de onde hoje é o Seridó, também foram estudadas por Medeiros Filho (1984), mesmo tendo deixado poucos vestígios nos livros paroquiais, sendo que boa parte dos que constam nos registros de casamento, batismo e óbito da Paróquia de Caicó até o início do século XIX, são de indígenas em condição de escravidão.

Como já foi dito, os primeiros colonizadores do Seridó partiram de diferentes lugares da Paraíba, Pernambuco, e alguns poucos do Ceará e outras localidades do Rio Grande do Norte. Após o estabelecimento na região, os que possuíam mais prestígio social foram solicitando à Coroa Portuguesa a concessão de sesmarias para oficializar a propriedade como sua. Medeiros Filho (2002), fez um levantamento das sesmarias concedidas a pessoas que se estabeleceram no Seridó, sendo que as primeiras a serem concedidas são do início do século XVIII, e boa parte delas aos que participaram ativamente na Guerra dos Bárbaros, evento que durou alguns anos e exterminou ou moveu populações inteiras de indígenas, para que a ocupação pelo homem branco fosse efetivada.

Nas primeiras levas de sesmarias do Seridó, até a primeira metade do século XVIII, é possível ver a posse das terras pelas famílias Fernandes de Souza, Holanda Cavalcanti, Dias Antunes, Batista de Freitas, Figueiredo Falcão, Marques de Souza, Soares Taveira, Diniz da Penha, Soares de Vasconcelos entre outras. Já as que chegaram após a segunda metade do setecentos, mesmo alguns tendo pedido sesmarias na primeira metade, temos os Dantas Correia, Araújo Pereira, Lopes Galvão, Pereira Monteiro, Rocha Pita, Moura e Albuquerque, e muitas outras (MEDEIROS FILHO, 2002).

A maioria das famílias que se constituíram como grandes proprietários de terras no Seridó chegaram à região na segunda metade do século XVIII, damos destaque aos Araújo Pereira, representados pelo patriarca Thomaz de Araújo Pereira, os Lopes Galvão, tendo como patriarca Cipriano Lopes Galvão e os Dantas Correia, sendo seu principal membro, Caetano Dantas Correia.

O Coronel Caetano Dantas Correia, nasceu na Capitania da Paraíba, por volta de 1710, filho do português José Dantas Correia e da paraibana Isabel da Rocha Meireles, viveu grande

parte de sua vida no sítio Picos de Cima, na ribeira do Seridó. Caetano foi casado com Josefa de Araújo Pereira, filha do outro sesmeiro Thomaz de Araújo Pereira e de Maria da Conceição de Mendonça. Deixaram desse matrimônio 19 filhos, que se espalharam entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

Caetano teve 7 solicitações de sesmarias concedidas pelo governador da Capitania da Paraíba, entre 1742 e 1788, expandindo assim suas terras na região onde hoje fica Acari no Rio Grande do Norte e Cuité na Paraíba. Sua influência e de seus descendentes foi tão forte, ao ponto da cidade que hoje se chama Carnaúba dos Dantas, no Rio Grande do Norte, levar o sobrenome da família como símbolo.

Já Thomaz de Araújo Pereira, outro dos patriarcas que se estabeleceram no Seridó, seria português, de acordo com Medeiros Filho (1981), teria nascido por volta de 1700, filho de pais desconhecidos, tendo casado na Capitania da Paraíba com Maria da Conceição de Mendonça, esta filha de Cosme Viegas de Mendonça e Madalena da Conceição de Castro. O velho Thomaz teve de seu casamento com Maria da Conceição, aproximadamente 9 filhos.

Foram concedidas 5 sesmarias a Thomaz, que ocupou as terras que hoje ficam nos municípios de Acari e Jardim do Seridó no Rio Grande do Norte, e Pedra Lavrada e Nova Palmeira na Paraíba. Tendo sido solicitadas aos governos da Paraíba e do Rio Grande do Norte. A primeira foi solicitada ainda em 1734 ao governador da Capitania da Paraíba, sendo a última pedida em 1763.

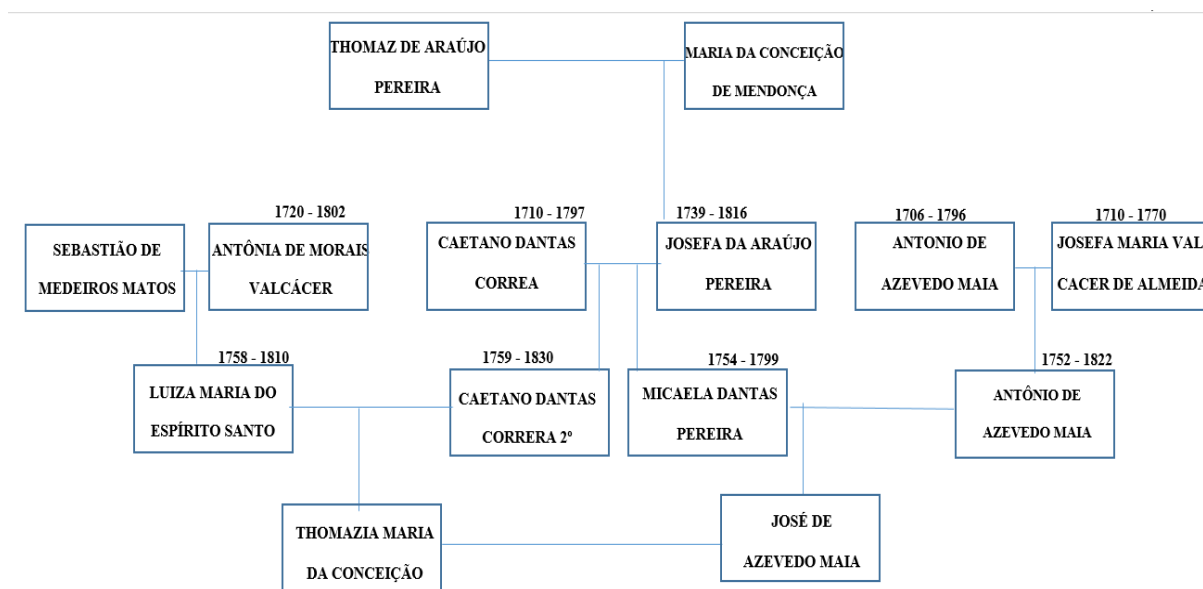
Por último, os Lopes Galvão, representados pelo Capitão Mor Cipriano Lopes Galvão, o 2º do nome, filho do Coronel Cipriano Lopes Galvão e dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, naturais de Igarassu em Pernambuco. O 2º Cipriano foi casado com a seridoense Vicência Lins de Vasconcelos, filha de Francisco Cardoso dos Santos e Teresa Lins de Vasconcelos. Ao Capitão Mor, foram concedidas 4 sesmarias, onde hoje fica a cidade de Currais Novos e arredores, no Rio Grande do Norte, além dele, sua mãe, Adriana de Holanda também solicitou e recebeu 2 sesmarias concedidas em 1764, para aumentar as suas propriedades no sítio Totoró. Com o número elevado de propriedades, os Lopes Galvão se constituíram como os maiores proprietários da região de Currais Novos.

Essas famílias só se multiplicaram ao longo dos anos no Seridó, gozando de prestígio e influência política, sustentados pelas vastas terras e escravizados que garantiam a manutenção do status quo desses grupos familiares. Boa parte delas foram tão numerosas que Medeiros (1954) afirma que é raro o seridoense que não possua sangue ou sobrenome dessas famílias.

Boa parte dessas famílias já citadas se misturaram entre si, através dos casamentos que selaram a aliança do casal, mas o mais importante, criava laços de ligação entre os grupos. Os

criadores de gado e possuidores das terras mais extensas do Seridó, utilizaram dos matrimônios entre seus filhos para entender ainda mais o seu poderio e influência na região.

Figura 6 - Árvore Genealógica das famílias Dantas, Medeiros, Azevedo e Araújo Pereira.

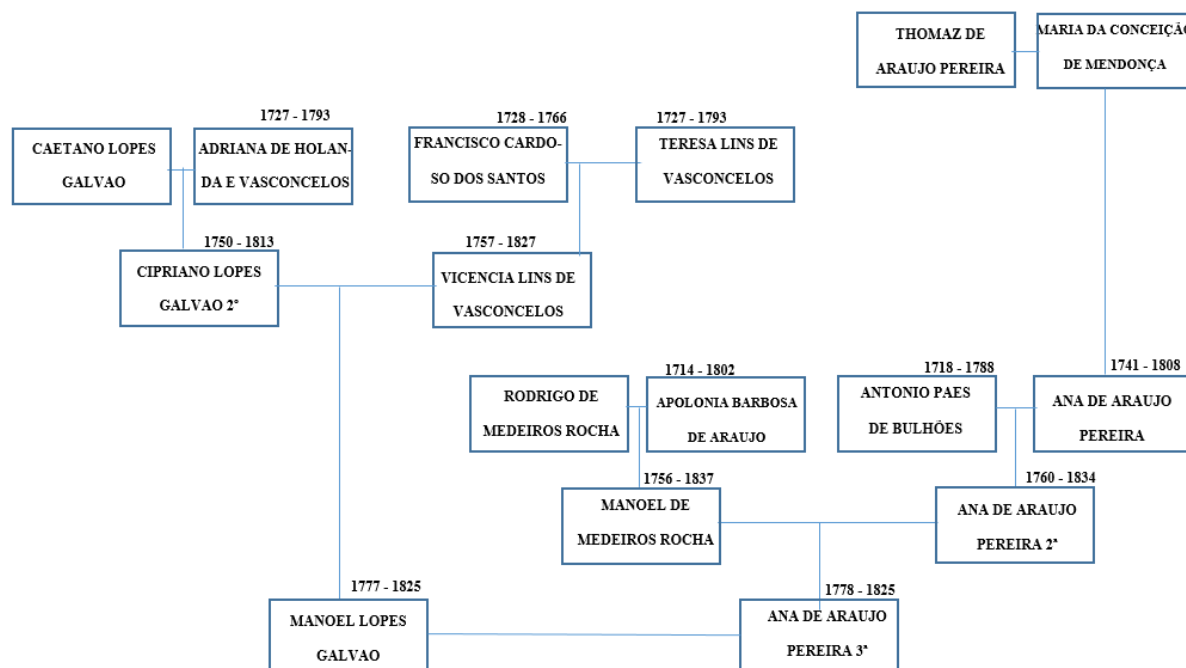


Fonte: Árvore produzida pelo autor com base nos Livros Paroquiais de Caicó - RN

Na árvore acima, é possível ver a relação entre as famílias dos sesmeiros Caetano Dantas Correia e seu sogro Thomaz de Araújo Pereira, com outras famílias que se estabeleceram no Seridó, como foi o caso do Azevedo Maia e dos Medeiros. Em poucas gerações essas famílias foram se entrelaçando cada vez mais, através dos casamentos consanguíneos, como é possível observar no matrimônio entre José de Azevedo Maia e Thomazia Maria da Conceição, primos legítimos, carregando o sangue de 4 famílias tradicionais do Seridó, e ambos bisnetos de Thomaz, considerado o Adão do Seridó (MEDEIROS, 1954).

Os Azevedo Maia e os Medeiros, são famílias bastante numerosas no Seridó, os primeiros tendo sua origem no Minho, em Portugal, e os segundos das ilhas dos Açores. A família Azevedo gozava de muito prestígio e poder político no Seridó, sendo considerados os fundadores do povoado que carregava seu sobrenome, Conceição dos Azevedo, atual Jardim do Seridó. Enquanto que os Medeiros se estabeleceram na ribeira do Sabugi, sendo bastante influentes na região onde hoje é a cidade de Santa Luzia na Paraíba.

Figura 7 - Árvore Genealógica das Famílias Lopes Galvão, Medeiros e Araújo Pereira



Fonte: Árvore produzida pelo autor com base nos Livros Paroquiais de Caicó - RN

A terceira família de sesmeiros citada por nós foi os Lopes Galvão, a quem foram concedidas 7 sesmarias apenas para Cipriano Lopes Galvão (o 2º do nome), e 2 a sua mãe, dona Adriana de Holanda e Vasconcelos. Esse grupo também se relaciona com os Medeiros e com os descendentes do patriarca Thomaz de Araújo Pereira.

Além das famílias tradicionais do Seridó, as de maior influência política e econômica, também havia outras famílias menores de status que mantinham estratégias semelhantes, para não dizer as mesmas, no que consiste em manter a propriedade na mesma família através dos casamentos entre parentes. Alguns desses grupos com menos cabedais, estavam sob a tutela de alguma família mais influente, no sentido de trabalharem em suas terras, pagando em dinheiro ou trabalho pelo arrendamento da propriedade.

Nesse sentido, apresentamos as famílias que se originaram de Manoel Ferreira Borges, falecido aos 11 de dezembro de 1769 na Freguesia de Caicó. Foi inventariado²⁷ na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, no ano de 1770, sendo inventariante a viúva Juliana Vieira de Melo, com quem foi casado e deixou 12 filhos vivos, como consta no arrolamento dos herdeiros. A família vivia no sítio Acari, como arrendatários na propriedade que pertencia

²⁷ Comarca de Acari, Inventários post-mortem, Maço 01, Processo nº 01, Inventário de Manoel Ferreira Borges — 1772.

a Antonio Garcia de Sá Barroso²⁸, a quem deviam o montante de 5\$760 pela renda do sítio, como consta em seu inventário.

A família do finado Manoel Ferreira Borges não permaneceu apenas no sítio Acari, mas foram se espalhando para os arredores do Seridó, assim como para a Paraíba. Seus filhos migraram para a Freguesia de Pombal na Paraíba, outros para a Freguesia de Cuité, desmembrada de Caicó no ano de 1800, e os demais permaneceram da grande freguesia de Caicó (MEDEIROS FILHO, 2002, p.98).

Há um Manoel Ferreira Borges solicitando uma sesmaria em 1739²⁹ ao governador da Capitania do Rio Grande do Norte, sendo concedida ao mesmo e a Maria da Cunha Correa, sem ser mencionado o parentesco entre eles. Suspeitamos que seja o mesmo Manoel, casado com Juliana, e a tal Maria da Cunha ser sua mãe ou parente próxima, sendo que uma das filhas de Manoel e Juliana se chama Antônia Maria da Cunha, podendo ser em homenagem a possível parente.

O fato é que não há menção a essa sesmaria em seu inventário, muito menos a outras propriedades da família, tendo apenas a menção ao pagamento de rendas pelas terras em que moravam, pertencentes a Antônio Garcia de Sá Barroso, açoriano e Capitão na Ribeira do Seridó. Os Garcia de Sá Barroso é outro ramo familiar bastante influente em certas partes do Seridó, sendo grandes proprietários de terras.

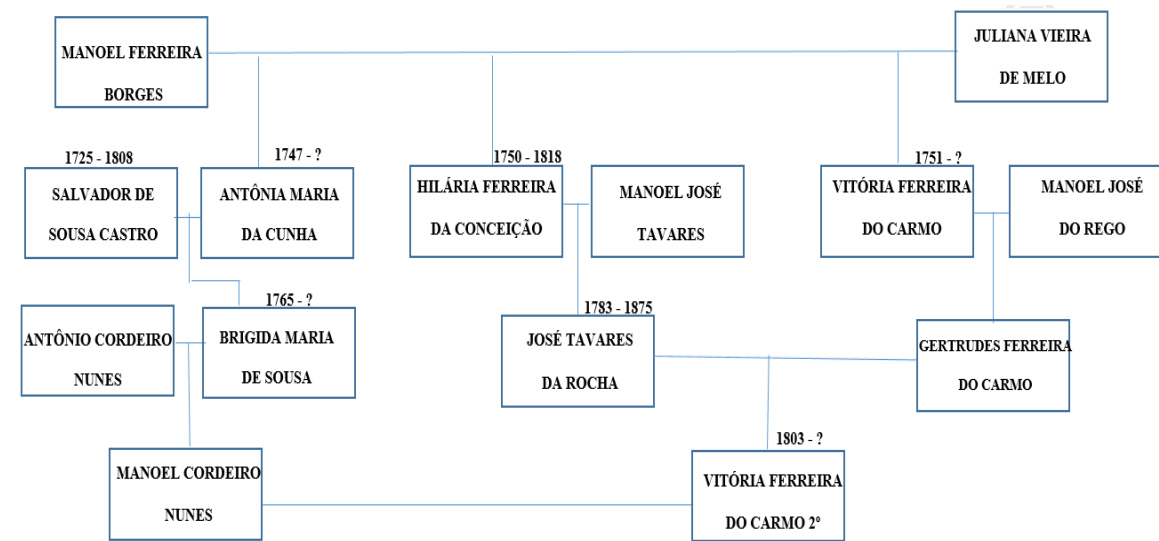
Algumas das filhas de Manoel e Juliana se casaram com médios proprietários no Seridó. A 2ª filha, Antônia Maria da Cunha se casou com o Alferes Salvador de Sousa Castro, natural da Freguesia de São Salvador, Arcebispado de Braga, tendo recebido a patente de Alferes que foi de Cipriano Lopes Galvão, o 2º do nome, a qual carregou a até o fim da vida. Outra filha, Hilária Ferreira da Conceição foi casada com Manoel José Tavares, de quem não temos tantas informações, e outra, de nome Vitória Ferreira do Carmo, foi casada com Miguel José do Rego, militar, filho de Domingos Alvares de Figueiredo e Gertrudes Maria de Santa Rita, naturais de Igarassu.

Domingos de Figueiredo Falcão era filho do Capitão Manuel de Figueiredo Falcão, natural de Igarassu e morador na Ribeira do Seridó, onde recebeu 3 sesmarias do governador da Capitania do Rio Grande do Norte, no sítio Riacho Fundo, hoje território de Caicó e São Fernando. Sendo filho único, Domingos herdou as propriedades de herança de seu pai, que o legitimou já perto de falecer, pois era filho natural de Cosma Damiana de Oliveira.

²⁸ Notória figura seridoense, casado com a senhora Ana Lins de Vasconcelos, sendo filho do açoriano Antonio Garcia de Sá e Maria Dornelles de Bittencourt. Para mais informações, ver Medeiros Filho (1981).

²⁹ Sesmaria de nº 0478.

Figura 8 - Árvore genealógica das famílias Tavares, Rego, Sousa Castro e Cordeiro Nunes



Fonte: Árvore produzida pelo autor com base nos Livros Paroquiais de Caicó - RN

Na figura 4 mostramos os matrimônios consanguíneos entre os descendentes de Manoel Ferreira Borges. A maioria dos filhos e netos de Manoel viveu no Seridó, morando próximo uns dos outros, o que acabou sendo uma das razões para que ocorressem os casamentos entre primos, tornando-se assim um grande núcleo familiar. Os sobrenomes foram se misturando ao longo das gerações, mas os laços sanguíneos são os mesmos, como veremos mais a seguir.

3 OS VELHOS INVENTÁRIOS DO SERIDÓ: RELAÇÕES FAMILIARES, PARTILHA E PROPRIEDADE

Nas prateleiras dos cartórios seridoenses jazem, olvidados, centenas de autos de inventários, contendo preciosas informações de natureza genealógica, religiosa, sociológica e econômica. Grande parcela do passado seridoense acha-se ali retratada (MEDEIROS FILHO, 2016, p. 3).

É assim que Olavo de Medeiros Filho começa a introdução de seu livro *Velhos Inventários do Seridó*, um compilado de vários inventários dos primeiros colonizadores, ou pelo menos dos que deixaram maior descendência e gozaram de grande prestígio ao longo da vida, ou ainda, os que resistiram às ações humanas e do tempo.

Hoje a realidade de alguns desses inventários não é a mesma de quando Medeiros Filho escreveu seu livro, como é o caso dos arquivos que compõe o acervo da Comarca de Caicó se encontram salvaguardados no Laboratório de Documentação Histórica - Labordoc, pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Os documentos foram tratados, guardados em novas caixas, onde foram digitalizados e utilizados por pesquisadores da universidade e do Brasil inteiro, já que alguns destes autos já se encontram hospedados no site da instituição. Mas nem sempre foi assim, muitos dos inventários antigos do Seridó já foram varridos pelo tempo, comido por traças, atingidos por infiltrações, deteriorados pela umidade, ou simplesmente jogados fora. Das comarcas do Seridó que ainda contém inventários do século XVIII, como Caicó, Acari, Serra Negra do Norte e Jardim do Seridó, os arquivados em Caicó são os de maior número, provavelmente por ser a comarca mais antiga, e todos os restantes já foram digitalizados.

Medeiros Filho compilou cerca de 15 inventários de grandes proprietários do Seridó, sendo a maioria do século XVIII e alguns do século XIX, e mesmo os feitos nesse último século, foram de pessoas que viveram o setecentos praticamente sua vida inteira, dentre eles os de Cipriano Lopes Galvão (o 2º do nome), Adriana de Holanda e Vasconcelos e de Caetano Dantas Correia, senhoras e senhores de terras, escravos e gado.

Na historiografia norte-rio-grandense existem outros livros que tratam sobre os velhos inventários potiguaros, como é o caso de GALVÃO (2012), fac-símile publicado pela editora

Sebo Vermelho, um compilado com os inventários de Goianinha, terra onde vários seridoenses fizeram moradia, como é o caso dos Lopes Galvão, FILGUEIRAS (2011) que trata dos inventários do oeste potiguar, e SANTOS e OLIVEIRA (1980), publicado em 3 volumes a respeito dos inventários do sertão de Mossoró, todos do Rio Grande do Norte.

Essas obras são essenciais para se estudar as famílias do sertão do Rio Grande do Norte, pois podemos colher diversas informações a respeito dos grupos familiares sem precisar checar os inventários, que muitas vezes se encontram em estado crítico e desgastado, evitando assim que danifiquem ainda mais os documentos. Vale salientar que na maioria das obras supracitadas, consta apenas um resumo dos inventários, com o rol de herdeiros, as propriedades e bens inventariados.

Boa parte dos inventários produzidos no Seridó foram iniciados na metade do século XVIII, como foi o de Antônio Garcia de Sá Barros em 1756, o de Rodrigo de Medeiros Rocha em 1757, Domingos Dias Antunes em 1759, Gregório José Dantas Correia em 1760, Adriana de Holanda e Vasconcelos em 1793, entre outros, quase todos arquivados atualmente no Labordoc. Praticamente todos os citados foram sesmeiros e criadores de gado, deixando vasta fortuna para seus familiares.

Como já foi dito, a principal atividade do sertanejo era a criação de gado, e é nos inventários que podemos atestar o tamanho dos rebanhos que cada proprietário possuía, ou pelo menos ter uma média da quantidade de animais. Segundo MEDEIROS FILHO “o gado era criado à lei da natureza, nos campos abertos, sob os cuidados dos vaqueiros” (2016, p. 15). E para isso era necessário grande espaço de terra, ainda de acordo com MEDEIROS FILHO “Eram necessários dez hectares de terra, para a criação de uma única rês. Assim, uma légua de terra, em ano de inverno normal, permitiria a criação de umas 280 reses” (2016, p. 16), para os criadores de maiores posses, que tinham a seu dispor posseiros que serviam como vaqueiros para cuidar dos animais das fazendas.

Nos inventários eram feitas diferentes classificações do gado, que não englobava apenas os bovinos, ou seja, vacas, bois e bezerros, mas também outros animais, como cavalos, cabras e ovelhas, que eram divididas no rol de partilha como gado vacum, gado cavalar, gado cabrum e gado ovelhum, com variações de preços entre cada um, a depender de vários aspectos, como os animais de procriação, leiteiros, de corte, transporte. Entre o gado cavalar, podemos destacar os cavalos, que era um dos mais importantes meios de transportes do sertão seridoense, e não só dele. A tração animal é um dos mais antigos meios de transporte utilizados pela humanidade, sendo implementado no Brasil desde a chegada dos primeiros colonizadores. Do Sul do país ao Norte, os equinos eram o meio mais comum para se locomover entre as Vilas.

Além dos cavalos, também é notório a presença dos burros e mulas nos inventários seridoenses, pois os mesmos serviam tanto como transporte de pessoas quanto para o transporte de cargas. Geralmente os animais eram acoplados com balaio, que serviam para transportar frutas, legumes, queijos e outros objetos de consumo para que chegassem as outras Vilas e povoados, ou as feiras para serem comercializados. Em alguns inventários é notório o número de burros entre os bens do falecido, que nos leva a crer que o mesmo possivelmente comercializava utilizando os animais como meio de transporte. Geralmente os possuidores de um grande contingente de muares era chamado de tropeiro, que segundo FLORES era o “[...] dono ou quem dirigia a tropa de gado vacum ou de muares.” (1996, p. 519).

Por último também damos destaque a criação do gado cabrum e gado ovelhum, ou seja, ovelhas e cabras, que se adaptavam muito bem ao clima da região, servindo como alimento através da carne e do leite, assim como o uso do couro e da lã para o artesanato local e os usos diários, juntamente com o couro bovino, que servia para fazer bolsas, roupas entre outros utensílios. Além do couro, outros utensílios eram usados no dia a dia do criatório e da lavoura, como por exemplo as cordas de laçar, geralmente de couro cru, os chocalhos, que serviam para localizar mais facilmente os animais soltos no pasto e um dos instrumentos essenciais para o criador de gados: o ferro de marcar. Tal instrumento continha informações sobre a ribeira ao qual o gado pertencia, além das iniciais ou símbolos que identificassem seu proprietário.³⁰

Ainda hoje existe o índice do antigo livro de ferros da Ribeira do Seridó, guardado no Arquivo Municipal de Caicó. O livro não existe mais, porém o índice nos permite ver os desenhos das marcas de ferros pertencentes às famílias proprietárias de gados na região. É uma ótima fonte para identificar os maiores e menores criadores, a depender do número de marcas de ferros registradas.

3.1 O INVENTÁRIO E SUAS REPRESENTAÇÕES DE PRESTÍGIO E PODER

O trabalho de pesquisa do/a historiador/a só é possível quando ele/a possui fontes que embasem sua investigação, assim, para melhor entender as famílias e as propriedades do sertão do Seridó, não poderíamos deixar de recorrer aos inventários. Esses documentos, portanto, são

³⁰ Capistrano de Abreu, historiador cearense, escreveu sobre a "Civilização do Couro", ou seja, o meio rural brasileiro tinha como principal foco o uso do boi, seja no corte da carne, na utilização dos chifres ou o próprio couro do animal, que servia, entre outras funções, na produção de indumentárias dos vaqueiros, movendo toda uma economia regional. Ver mais em ABREU. José H. Capistrano. Capítulos de história colonial-1907. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional.

fontes riquíssimas para o estudo da história social e econômica de um lugar, percorrendo as vivências familiares que marcam suas páginas.

Para isso, vale inicialmente ressaltarmos que além dos inventários, também existem os testamentos³¹, e muito embora ambos sejam, primordialmente, instrumentos que auxiliam na hora da partilha de bens e suas existências remontam há séculos, sendo praticados até os dias atuais, eles não são equivalentes. É bastante comum associá-los como sendo a mesma coisa, no entanto, eles possuem suas diferenças.

A principal delas, é que os testamentos são feitos em vida, com os desejos finais do moribundo e a participação do mesmo nas decisões do que seria feito com os seus bens após a morte. Os inventários, ao contrário, são post-mortem, ou seja, como o próprio nome sugere, eram feitos após o falecimento do indivíduo ou mesmo de um casal, tendo ou não deixado feito um testamento. Assim, eram confeccionados para que seus bens fossem partilhados entre sua prole e/ou demais herdeiros que receberiam os espólios do(s) falecido(s).

Também existem diferenças entre dentro dos próprios inventários, isto é, no que diz respeito a sua feitura, que variou ao longo dos séculos, e de acordo com cada Comarca. Como principal exemplo disso, podemos citar os inventários do século XIX, que contam com suas particularidades:

Diferentemente dos inventários do século XX, os inventários do século XIX descrevem, pormenorizadamente, os bens de herança móveis (objetos, instalações profissionais, estoques, créditos e valores mobiliários), imóveis (propriedades rurais e urbanas) e semoventes (referentes a escravos e animais) de um indivíduo, dívidas ativas e passivas e os bens alheios encontrados no espólio do inventariado (DAUMARD et al, 1984, p. 176-179 apud VOGT e RADÜNZ, 2013, p. 28).

Como a maioria dos documentos, os inventários possuem um padrão de escrita, começando pela capa, que aponta a data e o nome do inventariado e inventariante, ou seja, o falecido e a pessoa responsável por descrever os bens deixados pelo defunto. Um exemplo de inventário – o de Manoel Ferreira Borges, um dos personagens dessa pesquisa – pode ser visto na imagem abaixo e na sua respectiva transcrição, que consta o início de como é redigido este documento durante o século XVIII.

Geralmente, a repartição dos bens era feita pelo juiz de órfãos, que era responsável pelo processo, para que a divisão acontecesse de forma considerada correta. Além do juiz, também se faziam presentes as testemunhas, geralmente duas, a depender da quantidade

³¹ Para fins dessa pesquisa, preferimos, por ora, deixar de lado os testamentos, nos atendo somente aos inventários, por aparecerem mais substancialmente nas famílias que são o foco dessa pesquisa, já que nenhuma delas deixou seus desejos de partilhas de bens ainda em vida.

de bens, que fariam as inspeções dos bens a serem inventariados. Não existe um tempo exato determinado para o desenvolvimento e conclusão de um inventário, visto que ele pode demorar bastante tempo, levando de meses a anos até a finalização do seu processo. Assim, era também comum o documento ser feito pouco ou muito após a data de falecimento do inventariado. Esse inventário de Manoel Ferreira Borges mostrado acima, por exemplo, foi iniciado no ano posterior a sua morte, em 1770, e só foi finalizado quase dois anos depois, em meados de 1772.

Assim, os inventários são ótimas fontes para avaliar o patrimônio da família e, no viés genealógico, para conhecer os descendentes do inventariado em questão. Para a nossa pesquisa, esses documentos foram imprescindíveis para compreender as condições financeiras e, por consequência, o status social das famílias que abordamos aqui: Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, assim como a descendência que cada casal deixava, sendo observada no rol de herdeiros.

Dentro do texto do inventário podem existir detalhes importantes sobre aspectos sociais, econômicos, religiosos e genealógicos. Na descrição dos bens do falecido, é possível ver itens do cotidiano doméstico, como os móveis, utensílios, indumentárias e jóias, podendo ser descritas com detalhes, dependendo do escrivão. Além dos objetos das casas, também podem conter ferramentas e materiais usados para o trabalho, como enxadas, pás, carroças, entre outros.

Para usarmos como exemplo, peguemos o inventário de Salvador de Sousa Castro (1809)³². Dentre os seus bens, de uso doméstico, estão: 5 colheres de prata e um tacho. Entre os objetos usados para trabalhar estão: 3 enxadas; 2 machados; 2 ferros de covas³³. Além disso, também estão presentes itens usados no transporte de carga animal: 1 sela “velha”; 1 freio “velho”; 3 cangalhas; 2 chocalhos e 1 mala coberta de sola com pregos. Todos avaliados e distribuídos entre os herdeiros do falecido.

Medeiros Filho (2016) aponta a importância dos inventários para entendermos como eram as moradias em determinados lugares, a divisão dos cômodos das casas, o número de janelas e portas, o tamanho, o tipo de construção, o estado de conservação do imóvel, entre outros detalhes que podem estar inseridos na descrição dos bens do inventariado.

Porém, nem todos os inventários trazem a descrição detalhada das propriedades, alguns apenas mencionam a propriedade, o local, o valor estabelecido pelos avaliadores, entre outras

³² Comarca de Currais Novos, Inventários post-mortem, Inventário de Salvador de Sousa Castro — 1809.

³³ Provavelmente algum instrumento para se fazer buracos no roçado.

coisas. No inventário de Isabel Januária da Conceição (1860)³⁴, casada que foi com Francisco de Sousa Castro, temos as seguintes descrições de seus bens de raiz (Comarca de Jardim do Seridó, 1860):

Hua parte de terras de criar e plantar no Sitio Caitatú de dois mil reis com caza de taipa, assude e mais ben feitorias que os Louvados axarao valer cento e setenta e oito mil reis.

Hua parte de terras no Sitio Boqueirão de seo valor de cincoenta quatro mil nove centos noventa e nove reis que os Louvados axarao valer os mesmos cincoenta e quatro mil nove centos noventa e nove reis.

As propriedades acima foram compartilhadas entre o viúvo, Francisco de Sousa Castro, e seus três filhos, Joana Felismina de Medeiros, Francisco e Francisca Felismina de Medeiros. Apenas as duas filhas chegaram à idade adulta, casando com primos do lado materno. Francisco de Sousa Castro casou uma segunda vez aos 15 de junho de 1865³⁵ em Jardim do Seridó, com sua prima Gertrudes Maria de Sousa, filha de Manoel Cordeiro Nunes e Vitória Ferreira do Carmo.

Na época que o inventário foi feito (1890)³⁶, Francisco de Sousa Castro deixara duas filhas do primeiro matrimônio, e cinco filhos do segundo. Sendo seus bens repartidos entre a viúva, filhos e netos. Dentre as propriedades deixadas, constava um sítio no Riacho do Cobiçado, na Serra das Queimadas, na época Município de Jardim do Seridó, no valor de 150\$000 mil reis, e um “sitiozinho de terras” no lugar Olho d’Água do Cajueiro, na já referida Serra das Queimadas.

Além dos imóveis, o rol de bens também trazia a presença dos escravos pertencentes ao defunto, que estiveram presentes durante o período colonial e durante o Império, na região do Seridó. O número de escravos variava de acordo com os interesses do proprietário e de suas condições econômicas, como aponta Medeiros Filho (2016, p. 31):

Através dos inventários consultados, podemos ter uma idéia acerca do escravo negro, no Seridó. A quantidade de escravos, para cada Amo ou Senhor, variava, de uma, a trinta e duas peças. Os fazendeiros, dedicados exclusivamente à criação, possuíam uma menor quantidade de escravos. Os que, além da pecuária, também exploravam atividades agrícolas, possuíam-nos em maior escala, em uma média de dezoito escravos, em suas terras.

³⁴ Comarca de Jardim do Seridó, Inventários post-mortem, Caixa nº 283, S/N, Inventário de Isabel Januária da Conceição – 1860.

³⁵ Livro de Casamentos da Matriz de Jardim do Seridó, 1857 – 1885, pág. 51v.

³⁶ Comarca de Caicó, Inventários post-mortem, Inventário de Francisco de Sousa Castro – 1890.

Além de da descrição do número de escravizados, os inventários especificavam “os sexos, as procedências, os graus de miscigenação, as idades, os ofícios ou habilidades, e o estado geral de saúde” (MEDEIROS FILHO, 2016, p. 31). Juntamente com a descrição, também era descrito o valor do escravizado, variando de 90\$000 em 1773 e 1:500\$00 em 1875³⁷, isso na região do Seridó.

Entre as famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, o número de escravizados pertencentes ao grupo não era tão grande em comparação a outras famílias da mesma região. Se pegarmos os números dos escravizados que constam nos inventários estudados por Medeiros Filho (2016), entre 1800 e 1860, temos uma média de 10 pessoas em condição de escravidão sob a posse de algumas famílias seridoenses, como é o caso do capitão Tomás de Araújo Pereira, inventariado em 1847, tendo entre seus bens, 13 escravos³⁸.

Até meados do século XIX, quem mais possuía escravos na família Tavares era José Tavares da Rocha, contudo, em seu inventário (1880)³⁹ já não consta nenhum escravo entre os seus bens, tendo, provavelmente, vendido antes de sua morte. Conseguimos identificar alguns escravizados sob posse de José Tavares da Rocha, como por exemplo o casal José e Mariana, casados aos 23 de julho de 1843⁴⁰ na Matriz de Acari, ambos “gentio de Angola”, como descrito no assento. Do casal José e Mariana, foi possível achar dois assentos de batismos de seus filhos, Filipe, nascido aos 16 de abril 1846 e Egídio, nascido aos 11 de janeiro 1852. Além do casal e seus filhos, também achamos o assento de batismo de uma criança chamada Angelo, “filho natural de Luiza, escrava de José Tavares da Rocha”⁴¹, nascido aos 02 de novembro de 1865.

O patriarca dos Tavares, faleceu em julho de 1875, de acordo com o seu inventário, que como já foi dito, não possuía mais nenhum escravo dentre seus bens, porém, deixou terras que foram repartidas entre seus herdeiros, filhos, genros e netos. O inventariante foi seu genro, Antonio de Azevedo Melo, casado aos 13 de junho de 1835⁴² com Isabel Maria da Anunciação. Tal processo só foi iniciado por queixas entre os herdeiros, como podemos ver no trecho a seguir (Comarca de Jardim do Seridó, 1880):

[...] sem que até hoje se tenha partido entre eles herdeiros, e elle supp^e porq. na referida terra J^e Tavares vendêra-lhe Boa braças, das quaes não apossou

³⁷ Valores retirados da tabela feita por Medeiros Filho (2016, p. 32).

³⁸ Comarca de Acari, Inventários post-mortem, nº 69, Inventário de Tomás de Araujo Pereira – 1847.

³⁹ Comarca de Jardim do Seridó, Inventários post-mortem, Caixa nº 286, S/N, Inventário de José Tavares da Rocha – 1880.

⁴⁰ Livro de Casamentos da Matriz de Acari, 1835 – 1853, pág. 109.

⁴¹ Livro de Batismos da Matriz de Jardim do Seridó, 1856 – 1866, pág. 188v.

⁴² Livro de Casamentos da Matriz de Acari, 1835 – 1853, pág. 3v.

sinão de uma casinha apesar de já decorrerem 10 annos, e só no anno passado tornando uma posse cercada ser n'ella perturbado por alguns dos herdr^{os}, e devendo firmar o seo direito fora da comunhão dos m^{mos}, os quaes tbem não conhecem limite algum, quer que sejam partilhadas as M^{mas} terras entre elles com exclusão das suas braças que em comunhão se achão na meia legoa, as quaes não podem ser divididas sem que prim^o se proceda inventario, e partilha entre os m^{mos}.

Como pôde ser lido, havia um incômodo entre o genro de José Tavares da Rocha e seus descendentes que também moravam nos arredores da propriedade, que só foi resolvido depois da partilha no inventário, repartido entre 33 herdeiros, filhos, netos e bisnetos de José. Para se fazer a divisão das propriedades, foi utilizada uma cópia de sesmaria e dois registros de compra e venda das terras deixadas pelo defunto, que estavam anexadas ao processo, e que explanaremos a seguir.

Nos registros havia três propriedades entre os bens de José Tavares da Rocha, sendo duas na fazenda de nome Tapera, no sítio Cidade, e a outra na Serra das Queimadas, compradas respectivamente aos 07 de junho de 1836, 18 de março de 1839 e 25 de dezembro de 1852. A primeira a princípio pertenceu a Plácido Madeira Barros, casado com a senhora Custódia Nunes de Bulhões, que deixou de herança para seu filho André de Barros Madeira, casado com a senhora Francisca da Costa Pimentel.

André e sua esposa venderam a propriedade aos 09 de novembro 1775 a Antonio José de Aguiar e Ana da Fonseca, moradores no lugar chamado Batalha, termo da Cidade da Parahyba. Em seguida, o sítio foi vendido a José Gonçalves Chaves e Maria Joaquina de Azevedo, moradores em Riachão, distrito da Vila de Pilar, aos 18 de março de 1800. Por fim, foi vendido a José Tavares da Rocha aos 07 de junho de 1836. Nos anos seguintes a compra, José Tavares da Rocha resolveu ampliar suas propriedades e adquiriu mais duas porções de terra, sendo a primeira uma porção de terra no sítio Cidade, no lugar denominado Tapera, em 1820 pertencia a Antonio Gonçalves Chaves e Florinda Maria da Conceição, que houve de herança por falecimento da mãe dele, Anna Lima do Sacramento, vendidos a José Alexandre Gonçalves Bastos, em 21 de novembro de 1820, e por último vendido a José Tavares da Rocha, aos 18 de março de 1839. A segunda, uma porção de terra na serra das Queimadas, que pertencia a Joaquim Domingos e Maria Joaquina de Jesus, que houve por herança de falecimento de Manoel Diniz da Penha, pai dela. A propriedade foi vendida a José Tavares da Rocha, aos 25 de dezembro 1852.

Outro aspecto, desta vez ligado ao âmbito espiritual, era os objetos religiosos que foram inventariados, como oratórios, imagens sacras, livros religiosos, entre outros. Além disso,

também havia entre despesas do inventário as esmolas deixadas para os mais pobres, os votos aos Santos e as dívidas para com as Irmandades. Outra coisa presente eram as despesas com o funeral e missas de encomendação do corpo do falecido.

A preocupação com a alma após a morte, inclusive, era uma questão bastante recorrente nos inventários e nos testamentos. Ao analisar alguns desses documentos datados da segunda metade do século XVIII na Paraíba, Monteiro (2017, p. 274) destaca que “os testamentos e inventários dos paraibanos setecentistas revelam que a preocupação maior desses homens e mulheres, mais do que os aspectos práticos da vida civil, era com a salvação de suas almas” Partindo disso, podemos ver outra fala da autora que corrobora tal afirmação:

Na Paraíba setecentista encontramos, nos inventários e testamentos, variados exemplos de instruções nesse sentido, tais como confecção de mortalha que cobriria o cadáver, os padres e irmandades que deveriam acompanhar os funerais, o local do sepultamento, o número de missas e ofícios a serem rezados. A súplica e a intercessão dos santos, a distribuição dos bens de forma caritativa e a doação para os religiosos [...] emergem na leitura de inventários reafirmam a existência do rito fúnebre como providência para morrer em paz. (MONTEIRO, 2017, p.272)

A exemplo dessas questões levantadas por Monteiro (2017), podemos citar o caso de Salvador de Sousa Castro, o primeiro do nome, que ao ser inventariado deixou a quantia de 20\$240 reis para pagar as despesas do funeral, assim como o montante de 11\$440 reis para a Irmandade das Almas. Ainda sobre as dívidas de cunho religioso, foi deixado para as almas do Purgatório o total de 8\$000 reis, e para Santo Antonio o valor de 3\$640 reis.

Sobre as devoções do povo seridoense, Medeiros Filho (2016, p. 97) aponta que “São Sebastião, São José, São João Batista e Santa Luza, tinham guarida nos oratórios seridoenses...”. Entre os Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, identificamos algumas devoções a partir dos inventários, com as imagens de São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição e o Divino Espírito Santo, figurando em maior quantidade, assim como crucifixos e oratórios de madeira.

Não foram encontrados muitos inventários das famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares, o que nos leva a pensar que boa parte das propriedades foram passadas para os descendentes ainda em vida, ou vendidos para terceiros. Também existe a possibilidade de não ter sido feito o inventário do falecido, como quase ocorreu com José Tavares da Rocha, que só foi inventariado 10 anos após sua morte, por motivos de descontentamento entre os seus herdeiros.

Mas com os que temos, já é possível vislumbrar as partilhas, o nome das propriedades, seus tamanhos e locais, assim como quem ficou com as partes após a divisão. O próprio inventário de José Tavares da Rocha, já citado, foi feito apenas para repartir as propriedades, não existindo qualquer outro objeto e pertences deixados pelo inventariado e sua falecida esposa.

3.2 OS HERDEIROS E OS BENS DE PARTILHA: UM CONTO DE RÉIS OU NEM ISSO

Analisando alguns inventários do Seridó, de períodos próximos, entre 1772 e 1797, podemos ter uma ideia de como estava concentrado as riquezas das famílias de acordo com os bens que possuíam. Dessa forma, apresentamos dois quadros para comparar os itens inventariados de dois chefes de família, sendo a primeira Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, grande proprietária do Seridó e Manoel Ferreira Borges, que mesmo não constando nenhuma propriedade no fim da vida, teve alguns bens a inventariar.

Tabela 2 – Relações de bens inventariados (1793)

Ano	Inventariado (a)	
1793	Adriana de Holanda e Vasconcelos	
Título de Dinheiro		
800\$000 (oitocentos mil réis)		
Título de Ouro		
Item	Quantidade	Valor
Fivela de pescoço de ouro	1	7\$500
Relicário de ouro	1	18\$000
Pares de Botões grandes	2	16\$100
Cordão de ouro	1	27\$280
Pentes candeia	2	\$900
Pentes tartaruga	2	\$200
Ouro de um pente do traço	1	1\$400
Tartaruga do encasto	1	\$200
Par de cadeados	4	8\$150
Colcha de brim e ouro	1	8\$500
Volta de gargantilha de ouro	1	3\$150
Gargantilha de ouro	2	7\$000
Vulto de um Espírito Santo	1	1\$750
Nosso Senhor encarnado	1	\$350
Pares de botões de ouro	2	3\$150
Pares de botões de lisa	2	1\$050
Total		104\$680
Título de Prata		
Item	Quantidade	Valor
Espadim de prata	1	7\$990

Castão de bengala	1	\$500
Par de fivelas maltesas	2	7\$600
Par de fivelas de prata	2	4\$000
Fivela de gravata	1	\$500
Par de fivela de cação	1	\$750
Par de esporas	2	8\$600
Colheres	8	4\$900
Garfos	2	2\$000
Diadema	1	\$200
Resplendor	1	\$950
Total		37\$990
Título de Latão		
Item	Quantidade	Valor
Candeeiro	1	1\$000
Total		1\$000
Título de Cobre		
Item	Quantidade	Valor
Tacho	3	9\$800
Cobre de roda	1	2\$000
Total		11\$800
Título de Estanho		
Item	Quantidade	Valor
Vaso e prato	1	1\$600
Prato	8	2\$160
Púcaro	1	\$240
Total		4\$000
Título de Ferro		
Item	Quantidade	Valor
Espingarda	2	7\$000
Faca Parnaíba	1	1\$000
Enxó de carapina	1	\$320
Compasso	1	\$160
Torquês	1	\$160
Facão	2	\$240
Serrote	1	\$240
Machado	3	\$720
Foices	9	1\$800
Enxadas	7	1\$120
Ferros de abrir cova	2	\$240
Martelo	1	\$200
Veio de ferro	1	1\$000
Total		14\$200
Título de Móveis e Alfaias		
Item	Quantidade	Valor
Vulto do Crucifixo	1	\$400
Imagem de Santa Ana	1	8\$000
Imagem do Crucifixo	1	\$320
Vulto da Senhora das Dores	1	5\$500
Mesa	2	2\$480
Banco de madeira	2	\$400
Jogo de malas de casa	1	3\$000
Sela	5	28\$560
Garrafão	3	2\$640

Cangalha	6	2\$400
Aprestos de onça	1	5\$000
Manto de seda negra	1	6\$400
Capotão de pano fino	1	8\$000
Vestido de sarja preto	1	3\$200
Casaca de pano fino roxo	1	8\$000
Toalha	4	2\$080
Par de meias de seda	1	\$800
Canastra	2	1\$280
Total		88\$460
Título de Sola		
Item	Quantidade	Valor
Sola de flor	96	48\$000
Sola de refugio	22	5\$280
Couro de matalotagem	6	2\$400
Couro de cabra	265	31\$800
Cera	5 arrobas	8\$400
Total		95\$880
Título de Escravos		
Nome	Idade	Valor
Luís	51	45\$000
Francisco	Não mencionado	100\$000
Manoel	21	100\$000
Agostinho	19	100\$000
José	40	100\$000
José	22	100\$000
Cipriano	20	80\$000
Joaquim	14	75\$000
Manoel Gomes	55	40\$000
José Gomes	50	40\$000
Inácia	50	20\$000
Ana Teresa, filha de Inácia	17	110\$000
Sebastiana, filha de Inácia	15	110\$000
Leonarda, filha de Inácia	10	70\$000
Florência, filha de Inácia	9	65\$000
Emerenciana, filha de Inácia	5	45\$000
Rosa, filha de Inácia	2	30\$000
Teresa	60	20\$000
Luisa, filha de Teresa	20	30\$000
Mônica, filha de Luisa	4	45\$000
Maria	35	65\$000
Rita, filha de Maria	14	100\$000
Rita, filha de Maria	20	20\$000
Miguel	30	85\$000
Total		1:595\$000
Título de Gados		
Animal	Quantidade	Valor
Boi	4	48\$000
Bezerro	1	1\$280
Vaca	3	22\$400
Total		71\$680
Título de Gado Cabrum		
Animal	Quantidade	Valor

Cabra	2	1\$440
Bode	1	\$480
Ovelha	10	8\$000
Total		9\$920
Título de Cavalar		
Animal	Quantidade	Valor
Cavalo	3	28\$000
Égua	6	48\$000
Total		76\$000
Título de Bens de Raiz		
Propriedade	Tamanho	Valor
Terras em Campina Grande	Não mencionado	25\$885
Terras em Goianinha	Não mencionado	40\$000
Terras na Ribeira do Seridó	$\frac{3}{4}$ de légua de comprimento e 1/2 légua de largura	250\$000
Terras na Ribeira do Seridó	3 léguas de comprimento e 1 légua de largura	600\$000
Terras na Ribeira do Seridó	3 léguas de comprimento e 1 légua de largura	600\$000
Total		1:515\$885
Título de Casas		
Tipo		Valor
Casa de morada		55\$000
Casa de fazer farinha		Não mencionado
Casa de morada		20\$000
Casa de morada		21\$000
Total		96\$000
Valores totais		4:522\$495

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir das informações contidas no livro de Medeiros Filho (2016).

Apesar de Adriana de Holanda e Vasconcelos não ser a pessoa mais rica de sua época, com veremos no texto abaixo, escolhemos o seu inventário por se tratar de uma importante matriarca do Seridó, tendo a quantia total de bens avaliados em 4:522\$495 (quatro contos, quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reis), valor considerável, porém menor quando comparados com outros do mesmo período.

Utilizando como exemplo outro grande proprietário contemporâneo de Adriana, temos o caso de Caetano Dantas Correia, falecido e inventariado no ano de 1797⁴³, cinco anos depois do dela. Todo o patrimônio de Caetano, incluindo terras, escravizados, bens móveis e animais, foi avaliado em 5:336\$565, fora 2:595\$290 destinados ao dote de suas filhas, somando um total de 7:911\$855, quase o dobro dos bens da matriarca dos Lopes Galvão.

Outro grande espólio foi o de Domingos Alves dos Santos, português, morador na fazenda das Lajes, localizada na ribeira do Quipauá, região do Seridó, onde deixou larga

⁴³ Fórum Municipal de Acari-RN, Caixa 1, nº11.

descendência. Seu falecimento ocorreu aos 17 dias do mês de março de 1793⁴⁴, sendo sepultado na matriz de Caicó, ainda no mesmo ano, há exatos 6 meses após sua passagem, foi iniciado o inventário de seus bens, que tirando os valores usados para quitar as dívidas deixadas pelo falecido, sobrou o montante de 9:050\$494 para serem distribuídos entre seus herdeiros.

Ainda durante o período, temos mais dois grandes proprietários seridoenses que foram inventariados, os senhores Felipe de Moura e Albuquerque, cuja fortuna foi avaliada em 7:730\$340 de bens deixados para seus filhos, genros, viúva e netos, e Gregório José Dantas Correia, mais um membro da família Dantas, com o espólio avaliado em 9:281\$547 deixados para partilhar entre os seus.

Com uma média de 8 contos de réis, podemos considerar que as pessoas acima se enquadram no que chamamos de grandes proprietários, não só pelo tamanho de suas terras, mas pelo poderio econômico e patrimonial que detinham, como foi demonstrado através dos valores somados de todos os seus espólios. Isso se tratando do final do século XVIII na região da ribeira do Seridó.

Se usarmos como comparação outros locais e realidades, teremos uma ideia melhor das riquezas patrimoniais que as famílias possuíam nesse contexto. Por exemplo, na freguesia de São João do Cariri, temos o espólio de Isabel Rodrigues de Oliveira, mulher que foi do capitão-mor Domingos de Faria Castro, sendo ela descendente direta dos Oliveira Ledo, família conhecida por desbravar os sertões paraibanos (MEDEIROS, 1989).

A fortuna de dona Isabel, que foi inventariada em 1742, era alçada em torno de 9 contos de réis, valores comparados com os dos grandes proprietários do Seridó, que foi dividido entre seus 11 herdeiros. Boa parte desses herdeiros faleceu no final do século XVIII, e possuíam fortunas avaliadas em 1 conto de réis em média. Ou seja, o grande montante que outrora esteve concentrado nas mãos do casal Isabel e Domingos, passou a ser fracionado pela vasta quantidade de herdeiros, contudo, mantendo todos com boa porção de terra, escravos e demais bens.

Voltando para o Rio Grande do Norte, porém em regiões diferentes, em Goianinha, mais próximo ao litoral, também podemos perceber as diferenças nos patrimônios herdados por outras famílias. O padrão utilizado por nós para diferenciar os pequenos, médios e grandes proprietários também aparecem lá. Hélio Galvão (2012) compilou diversos inventários de Goianinha e arredores, neles é possível observar o montante herdado por algumas famílias através dos inventários.

⁴⁴ Livro de óbitos da Paróquia de Santana, Caicó-RN, 1788 – 1812.

Usamos aqui como exemplo o inventário do Capitão-mor Félix Ferreira da Silva (1782), que deixou um patrimônio líquido avaliado em 6:860\$760, divididos entre terras, animais, bens móveis, escravizados e prataria, sendo este um dos maiores montantes inventariados na época em Goianinha. Percebemos que no Seridó, em período próximo, havia riquezas bem maiores, batendo os 9 contos de réis.

A grande maioria dos inventários apresentados por Galvão (2012), são de pequenos proprietários que em média possuíam uma quantidade de bens avaliada em 300 mil réis, bastante semelhante aos encontrados entre os pequenos proprietários do Seridó. A exemplo de João de Oliveira Freitas (1792), que deixou uma quantia líquida de 291\$835, e Inácia Rufina de Albuquerque (1794) cujo monte partível orçava em 269\$600.

Já no caso de Manoel Ferreira Borges, que vamos apresentar a seguir um quadro com seus bens inventariados, podemos perceber que os valores totais de seus bens eram bastante inferiores quando comparados com as fortunas que as outras famílias possuíam. Porém, existem outros grupos familiares que possuíam patrimônios equiparáveis ao de Manoel e família, então com isso podemos fazer uma média para definirmos o que são os pequenos, médios e grandes proprietários do Seridó, levando em consideração apenas os montantes deixados como heranças.

Essa interpretação é baseada, entre outras questões, nas informações contidas nos Inventários e partilhas realizados no Seridó norte-rio-grandense, a partir das três últimas décadas do século XVIII. No quadro abaixo, para melhor compreensão, fazemos uma comparação de pequeno, médio e grande proprietário no Seridó, partindo da análise das posses de Manoel Ferreira Borges em comparação às de Adriana de Holanda e Vasconcelos e Domingos Alves dos Santos.

Tabela 3 – Comparativo de posses de Manoel Ferreira Borges, Adriana de Holanda e Vasconcelos e Domingos Alves dos Santos, respectivamente.

PEQUENO PROPRIETÁRIO	MÉDIO PROPRIETÁRIO	GRANDE PROPRIETÁRIO
Valores Totais dos Bens Inventariados		
450\$260	4:522\$495	9:050\$494

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir das informações contidas no livro de Medeiros Filho (2016) e do Inventário de Manoel Ferreira Borges.

Alguns dos inventariados do período tiveram o patrimônio variando entre 300\$000 e 1:000\$000, que é o que consideramos os pequenos proprietários, depois bem as pessoas cujo patrimônio supera 1:000\$000 chegando até 5:000\$000, o que chamamos médios proprietários, e por fim os que superaram os 5:000\$000, sendo, portanto, os grandes proprietários. Existem, claro, diversos outros fatores que levam uma pessoa a ser considerada pequena, média ou grande, quando falamos de patrimônio, todavia utilizamos esse método quantitativo para podermos melhor analisar a realidade de cada família.

No Seridó, que é a região que focamos neste trabalho, as pessoas que detinham os maiores montantes em seus inventários, boa parte se dava ao fato de possuírem grandes extensões territoriais, muitos ainda com os tamanhos originais das sesmarias que receberam do Estado, ou até mesmo expandidas por compras e heranças, também o fato de possuírem muitas cabeças de gados, ou por terem sob sua posse uma quantidade significativa de escravizados, como é o caso de Felipe de Moura e Albuquerque, que possuíam 24 escravos, que somados chegam a 1:440\$000, somado as 1.066 cabeças de gado, dando o valor total de 2:254\$400, e por fim as 7 propriedades em seu nome que juntas davam 3:400\$000, isso fora os outros animais, móveis e itens de prata, ouro, ferro, latão e cobre.

Entre os possuidores de grandes cabedais, estão pessoas como Adriana de Holanda e Vasconcelos, já citada acima, que possui um patrimônio material considerável, o que rendeu um montante grande comparado aos que lhe precedem, e por último temos os pequenos proprietários, que em alguns casos não possuíam terras, vivendo assim de renda dos grandes e médios, ou como posseiros nas terras destes.

Tabela 4 - Relações de bens inventariados (1772)

Data	Inventariado (a)	
1772	Manoel Ferreira Borges	
Título de Ouro		
Item	Quantidade	Valor
Contas de Ouro	2	4\$970
Cruz de Ouro	1	4\$880
Laço de armação	1	2\$800
Rosidei	1	2\$760
Par de cadeados	1	2\$180
Coração de filigrana	1	\$350
Total		17\$940
Título de Cobre		
Item	Quantidade	Valor
Tacho	1	2\$880
Total		2\$880
Título de Móveis de Casa		

Item	Quantidade	Valor
Telhas	800	6\$000
Arção	1	\$800
Cela	3	9\$500
Freios	4	\$640
Capote de pano	1	4\$000
Calção de pano	1	1\$280
Espingarda	1	6\$000
Ferro de cavar	2	\$960
Roda de moer	1	6\$000
Fechadura	4	\$960
Portões	2	\$640
Tear	1	2\$000
Cangalhos	4	1\$280
Total		40\$060
Título dos Escravos		
Nome	Idade	Valor
Manuel	23	80\$000
Joaquim	4	35\$000
Vicente	2	25\$000
Izabel	46	40\$000
Josefa	30	60\$000
Francisca	24	85\$000
Total		325\$000
Título do Gado Cavalar		
Animal	Quantidade	Valor
Bestas	5	15\$400
Poldra	2	4\$500
Poldro	4	11\$500
Cavalo	6	23\$000
Ovelhas	27	6\$480
Cabras	25	3\$500
Total		64\$380
Valores Totais		450\$260

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir das informações contidas no livro do Inventário de Manoel Ferreira Borges.

Ao analisarmos o inventário de Manoel Ferreira Borges, podemos observar o valor total de seus bens que gira em torno de 450\$260, tirando as dívidas do casal, sendo este a quantia líquida da herança, que é um valor muito inferior se compararmos com os bens de Domingos Alves dos Santos, que tinha o patrimônio total avaliado em 9:050\$494, praticamente 20 vezes maior.

Os maiores bens do inventariado são os *gados cavalar*, ou seja, os cavalos e éguas, avaliados em 64\$380. Todavia, o maior montante, responsável por praticamente $\frac{3}{4}$ do patrimônio total, provém das pessoas em condição de escravidão que pertenciam a Manoel Ferreira Borges, e que foram repartidos para seus herdeiros, tendo alguns sido entregues como dote para seus genros e outros ficando com os demais filhos e a viúva, Juliana Vieira de Melo.

Dentre os escravizados mencionados nos bens de Manoel, uma delas só aparece durante a partilha, nos bens destinados como dote de Maria Borges, filha dele, casada com José da Costa Lopes, tutor dos filhos menores de Manoel e Juliana. A escrava se chamada Florência, curiboca, como explica MACEDO, 2008:

Na Freguesia de Santa Ana a primeira referência a escravos curibocas que encontramos está encartada no inventário procedido na Cidade do Natal em 1772 em relação aos bens do defunto Manuel Ferreira Borges. Este, que em vida fora casado com Juliana Vieira de Melo, morava com a família como arrendatário na propriedade de Antonio Garcia de Sá Barroso, como se depreende das dívidas do casal, onde constava a obrigação de 5\$760 pela "renda do sítio em que mora". No monte maior do casal, orçado em 470\$490, além de bens de ouro, cobre, cavalar, cabrum, ovelhum e móveis de casa figuravam sete cativos (três crioulos, uma crioula, uma mulata, uma cabra e uma preta do Gentio da Guiné). Entretanto, na relação dos dotes que o co-herdeiro José da Costa Lopes levava do defunto, na ocasião em que casou com Maria Borges (filha de Manuel Ferreira Borges), constava uma escrava curiboca chamada Florência. Escrava que certamente ajudava dona Maria na lida diária na Serra do Cuité, onde residia, pelo menos, até o ano de 1801, quando faleceu José da Costa. (pág. 458)

Entre os pequenos proprietários, a maioria das riquezas estava concentrada no número de escravizados ou na quantidade de animais que as famílias possuíam, já que não possuíam propriedades, ou quando existiam terras, não eram tão grandes, comparadas com outras famílias. Praticamente no mesmo período que Manoel Ferreira Borges foi inventariado, também temos o inventário de Manoel Pereira Bolcão, ou Bolcont, que foi casado com Marcelina do Espírito Santo, deixando um montante avaliado em 760\$220 líquidos.

Entre seus bens, o casal tinha apenas 3 escravos, no valor total de 230\$000, ficando todos eles de posse da viúva. Também possuíam um pequeno pedaço de terra avaliado em 50\$000, as demais quantias ficaram dividas entre os bens pessoais do falecido, como itens do dia a dia, os móveis da casa, e por último a porção maior que correspondia a 317 bovinos e 5 equinos.

Esse padrão de riqueza perdura no Seridó na primeira metade do século XIX, todavia os valores patrimoniais das famílias também aumentam. Grande parte dos grupos familiares que já eram ricos, como os Dantas Correia, Azevedo Maia, Lopes Galvão, continuam aumentando seu capital, como é o caso de Cipriano Lopes Galvão, o segundo do nome, filho de dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, na época de seu inventário em 1813, possuía uma fortuna avaliada em 14:634\$573, tendo ele 23 escravos, 631 bovinos, 121 cavalares, 82 caprinos, 120 ovinos e 9 propriedades (leia-se terras).

Se Manoel Ferreira Borges deixou 450 mil réis para seus descendentes, seu genro, o alferes Salvador de Sousa Castro (1808) deixaram a quantia líquida de 369\$280, tendo sido abatidos 29\$580 em dívidas de um montante total de 419\$160 em bens, sendo estes, 1 pequeno sítio avaliado em 25\$000, 2 casas, que somadas valiam 16\$000, alguns animais e 3 escravos que correspondiam ao montante maior no valor de 310\$000. Semelhante ao seu sogro, a maior parte das posses da família eram escravizados, já que em termos de propriedade os valores eram bastante inferiores.

Quando se trata dos netos de Manoel, a situação varia bastante, podemos usar como exemplo o inventário de sua neta Antonia Maria de Jesus (1834), casada com seu primo legítimo, Francisco Cardoso dos Santos, também neto de Manoel. O montante deixado pela falecida girava em torno de 152\$880, que correspondia apenas a alguns animais, como bois e cavalos, e alguns bens móveis.

Já outra neta de Manoel, Maria Angélica de São Félix, herdou do falecido marido, João Gomes da Silveira (1830), seu parente, um montante de 308\$040 divididos entre ela e a única filha viva do casal, de mesmo nome da mãe. Apenas os 2 escravos que a viúva herdou estavam avaliados em 250\$000, e um pedaço de terra por 10\$000, os valores restantes ficaram divididos entre alguns animais e bens móveis.

Essas partilhas demonstram bem, ou pelo menos em parte, o poderio econômico de cada família, assim como as relações sociais de cada grupo com seu núcleo familiar. Também demonstra uma predominância masculina na distribuição dos bens aos herdeiros, ficando evidenciado pelos genros que são os coerdeiros, ficando a frente da parte da herança de suas mulheres. Mas também vimos exceções à regra, como no inventário de Adriana de Holanda e Vasconcelos, proprietária e sesmeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho fez um estudo a respeito das relações familiares estabelecidas no Seridó potiguar durante o fim do século XVIII e início do século XIX, através dos inventários e partilhas de bens que os indivíduos deixavam para seus herdeiros, ou seja, as viúvas, ou viúvos, filhos, netos, genros, que recebiam suas partes de acordo com seus respectivos direitos, sendo quase sempre 50% para o (a) viúvo (a), e os demais para o restante dos herdeiros: filhos e netos.

Tudo isso só foi possível graças as fontes primárias que conseguimos ter acesso ao longo da pesquisa, tendo sido pacientemente analisadas, transcritas, interpretadas etc. Fontes essas que em sua grande maioria jaziam esquecidas nas prateleiras dos arquivos de fóruns e cartórios, lutando contra as amarras do tempo, encobridas pela poeira, resistindo a traças e ratos. Mas também contamos com a tecnologia empenhada por algumas instituições, que preservaram vários documentos dos quais sem eles não teríamos caminhado até aqui.

Buscamos compreender como era entendido o conceito de família nos séculos estudados, ou seja, entre o final do século XVIII e início do XIX, final do período colonial e início do imperial no Brasil. Esse recorte só foi delimitado a partir das fontes por nós estudadas, sendo estas os inventários, partilhas e registros paroquiais que nos foram de grande importância para chegarmos em nossos objetivos nesta pesquisa.

Esses documentos foram bem preservados pelas paróquias e cartórios da região do Seridó potiguar, damos destaque ao acervo paroquial da matriz de Santana, de Caicó e também ao vasto acervo cartorial que foi salvo, tratado e preservado pelo Labordoc, vinculado a UFRN, que sem eles muito provável que boa parte da documentação do século XVIII e XIX, alguns dos quais utilizados por nós, poderiam não mais existir.

Além dos conceitos e temporalidades, também buscamos entender as relações entre estas famílias, ou quais suas estratégias de manutenção de suas propriedades e demais bens que eram passados de geração a geração, fortificando ou diminuindo o poderio material desses grupos, seja ela através dos casamentos consanguíneos ou dos matrimônios realizados fora dos laços de parentesco.

Assim como qual o papel da genealogia na compreensão desses fenômenos, sendo ela uma ferramenta auxiliar da história, que pode passar despercebida por muitos, mas é de grande serventia para o estudo das famílias e da sociedade ao qual estão inseridas, nos ajudando a compreender o papel dos grupos familiares nas relações de poder no meio social.

Também discutimos o conceito de sertão, que enquanto espaço geográfico construído ao longo dos séculos é o cenário no qual as famílias que estudamos estão inseridas, mesmo que alguns grupos familiares se deslocassem e vivessem por outras regiões como o litoral e o brejo, acabavam mantendo fortes ligações com esse sertão, ou melhor, esses sertões, que como foi explicado não é homogêneo, mas sim plural.

Além dos sertões, em especial o sertão do Seridó, analisamos as relações que as famílias estabeleciam umas com as outras, através de vários aspectos, como o matrimônio, seja ele consanguíneo ou exogâmico, os compadrios e apadrinhamentos que garantiam benesses para ambas as partes, seja nas questões religiosas, sociais ou políticas.

No último capítulo analisamos as partilhas dos inventários, que nos ajudou a entender que tipo de família estávamos tratando, quais suas condições socioeconômicas, se eram pequenos, médios ou grandes proprietários de acordo com o montante deixado como herança para os seus, fazendo comparações entre outras regiões para demonstrar as semelhanças e particularidades que o Seridó empenhou nesse sentido durante o período estudado.

Dar um ponto final a um trabalho não é uma tarefa fácil, pois sempre fica o sentimento de que poderia ter escrito mais, que dava para desenvolver melhor algum capítulo. O ponto final pode vir de maneira trágica, como ocorreu com Marc Bloch, que foi fuzilado pelos nazistas antes de concluir suas ideias, que depois foram publicadas como o livro *Apologia da História*. Este ponto não foi tão traumático quanto o de Bloch, todavia foi difícil de chegar até ele, por todas as circunstâncias que vivemos nesse período de pandemia, que afetou a todos de maneiras diferentes.

No entanto, apesar de tudo, essa dissertação se encerra com o sentimento de dever cumprido, mas também com a certeza que outros questionamentos serão gerados através deste trabalho, que os pares venham a desenvolver pesquisas com novos olhares, novas leituras e perguntas sobre as famílias seridoenses e seus relacionamentos sociais, políticos, financeiros e pessoais.

O desejo de seguir com essa pesquisa, explorando outras temporalidades, outros documentos e objetos, nos faz pensar no futuro, talvez em seguir com um doutorado, onde possamos discutir outros pontos que possam ter ficado sem explicação, respondendo a outras perguntas que devem aparecer sobre o tema através da descoberta de novos documentos, ou dos já existentes, que podem não ter sido explorados em sua totalidade, talvez nunca serão.

REFERÊNCIAS

FONTES

- Paróquia de Santana de Caicó
- Livro de Batismos nº 1, 1803 – 1806.
- Livro de Batismos nº 2, 1814 – 1818.
- Livro de Batismos nº 3, 1818 – 1822.
- Livro de Batismos nº 4, 1825 – 1831.
- Livro de Batismos nº 5, 1830 – 1834.
- Livro de Casamentos nº 1, 1788 – 1809.
- Livro de Casamentos nº 2, 1809 – 1821.
- Livro de Casamentos nº 3, 1821 – 1834.
- Livro de Óbitos nº 1, 1788 – 1812.
- Livro de Óbitos nº2, 1812 – 1838.
- Comarca de Jardim do Seridó
- Inventários post-mortem, nº 1, Caixa 281, 1789 – 1842.
- Comarca de Acari
- Inventários post-mortem, Maço nº 1.
- Inventários post-mortem, Maço nº 2.
- Comarca de Currais Novos
- Inventários post-mortem, Maço s/n.
- Laboratório de Documentação História – LABORDOC.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU. José H. Capistrano. **Capítulos de história colonial**. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional. 1907.
- ANTONIO FILHO, F. D.. **Sobre a palavra Sertão**: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da Ciência Geográfica). *Ciência Geográfica*, v. XV, p. 84-87, 2011.
- ARAÚJO, Douglas. **A Morte do Sertão Antonio No Seridó**: O desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.
- AZEVEDO. José Nilton de. **Um passo a mais na história de Jardim do Seridó**. Jardim do Seridó, 1988.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.. **A Invenção do Nordeste e outras artes** (5a edição). 5a. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2.000. 376p.
- BASTOS, Sebastião de Azevedo. **No roteiro dos Azevedo e outras famílias do Nordeste**. João Pessoa: Gráfica comercial, 1954.

CANUTO, Ellen Cristine Alves Silva. **Lei de terras de 1850: Um estudo sobre propriedade de terra no município de Patos**. Ellen Cristine Alves Silva: Campina Grande, 2014.

CANUTO, Ellen Cristine Alves Silva. **Senhoras e possuidoras de terras: As mulheres proprietárias no sertão paraibano (Vila de Patos 1855-1875)**. Ellen Cristine Alves Silva: João Pessoa, 2018.

CASCUDO, L. da C. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro, Departamento da Imprensa Nacional, 1955.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850 – 1880)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Departamento de História, 2010.

DANTAS, José Adelino. **Homens e Fatos do Seridó Antigo**. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

DIAS FILHOS, Jones de Araújo. **Fronteira Despedaçada da Parahyba: O caso do Seridó**. Jones de Araújo Dias Filhos: Campina Grande, 2018.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte**. São Paulo: USP, 2013.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **One Sertão among many others**. 1. ed. São Paulo: Versal editores, 2015. 336p;

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

FLORES, M. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996;

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global 2003.

FURTADO, Maria Regina. **Vila do Príncipe, 1850 – 1890: Sertão do Seridó – Um Estudo de Caso da Pobreza**. Natal: Jovens Escribas, 2015.

GALVÃO, Hélio. **Velhas Heranças**. Natal: Sebo Vermelho, 2012.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LAMARTINE, Pery. **Coronéis do Seridó**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACEDO, Helder Alexandre de Medeiros. **Outras famílias do Seridó: Genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII – XIX)**. Helder A. M. de Macedo: Recife, 2013.

MACEDO, Helder Alexandre de Medeiros. **Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte**. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v28, nº56, pág. 449-462, 2008.

MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Flor de Sal, 2015.

MACEDO, M. K.. **História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX**. Mneme (Caicó. Online), CERES, v. 01, n.01, p. 01-50, 2000.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem**: Família, Política e Relações de Poder na Paraíba (1817 – 1824). João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Natal: Sebo Vermelho, 2016.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1980.

MEDEIROS, Eliton S. **Pelos Caminhos da Família Macedo, do sertão do Paó ao Seridó**. Vol 1. São José do Rio Preto, SP: Serifa Editora e Comunicação, 2021.

MEDEIROS, Tarcísio Dinoá de. **Ramificações genealógicas do cariri paraibano**. Brasília: CEGRAF, 1989.

MELQUÍADES, José. **Francisco de Brito Guerra: um senador do Império**. Natal, RN: Fundação José Augusto, 1987.

NOVINSKY, Anita. **Os judeus que construíram o Brasil**. São Paulo: Planeta Brasil, 2015.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição**: A casa da Torre de Garcia d'Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

QUIRINO, Gisele Dias. **Família e compadrio: um estudo das relações sociais na Vila de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX)**. Rio de Janeiro, 2010.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços da autonomia e negociação**: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875). Myraí Araújo Segal: João Pessoa, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da S. **'Nas Solidões Vastas e Assustadoras'**- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife, UFPE: 2003. (Tese de Doutorado em História).

SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Família, compadrio e relações de poder no Marajó**. PUC, SP: 2010.

TERUYA, Marisa Tayra. **Família e Poder na Paraíba**: Os Maias de Catolé do Rocha/PB – um estudo de caso sobre práticas endogâmicas. Maria Tayra Teruya: João Pessoa, 1995.

THOMPSON. E. P. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

VALADARES, Paulo. **A presença oculta**: genealogia, identidade e cultura cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX. São Paulo: Fortaleza, 2004.

VOGOT, Olegário Paulo; RADUNZ, Roberto. Do presente ao passado: inventários post-mortem e o ensino de história. **Revista Latino-Americana de História**, Vol. 2, nº. 6, p. 25 – 39, ago. 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/174/0>. Acesso em: 15/11/2020.

ANEXOS

Genealogia dos Ferreira Borges

Abreviações:

F = Filho

N= Neto

BN= Bisneto

Manoel Ferreira Borges, natural de Igarassu, patriarca dos Ferreira Borges, Ferreira de Melo e Vieira de Melo do Seridó e sertão paraibano, sua descendência se espalhou por Jardim do Seridó, Caicó, Acari, Parelhas, Catolé do Rocha, Pombal, Cuité, Pedra Lavrada, Esperança, entre outras cidades da Paraíba e Rio Grande do Norte. Falecido aos 11/12/1769 em Acari, freguesia de Caicó, sendo sepultado provavelmente na capela local. Foi casado com **Juliana Vieira de Melo**, nascida em Igarassu, certamente filha de **Cristóvão Vieira de Melo** e **Úrsula Leitão**, deixando 12 filhos deste matrimônio. Tiveram:

F1. Maria Borges, nascida em meados do século XVIII, foi casada com **José da Costa Lopes**, n. 1733 e falecido em Cuité aos 22/03/1801.

F2. Antonia Maria da Cunha, nascida em meados do século XVIII, foi a primeira esposa do alferes **Salvador de Sousa Castro**, nascido por volta de 1725 na freguesia de São Salvador, bispado de Braga, Portugal. Tiveram:

N1. Manoel José, n. 1762.

N2. Salvador de Sousa Castro, n. 1763, ainda solteiro em 1808, durante o inventário do pai.

N3. Ana Maria de Sousa, n. 1764, foi casada com **João José de Acioli e Melo**. Tiveram:

BN1. José Joaquim de Sousa, nascido na freguesia de Pombal, casou na Matriz de Caicó aos 14/08/1814 com **Maria de Sá Barroso**, natural de Caicó, filha de **José Garcia de Sá Barroso** e **Ana Gomes de Oliveira**, neta paterna de **Antonio Garcia de Sá Barroso** e **Maria Dorneles Bitencourt**.

BN2. Rita Maria da Conceição, nascida na freguesia de Pombal, casada na capela de Brejo do Cruz aos 21/10/1817 com **Manoel José dos Santos**, natural da Cidade da Paraíba, filho de **Antonio João da Anunciação** e **Joaquina Francisca**.

BN3. Quitéria Maria de Sousa, nascida na freguesia de Pombal, casou na capela de Brejo do Cruz aos 30/10/1819 com **Antonio José Ferreira**, natural de Caicó, filho de **Manoel João Alves** e **Maria Pereira do Carmo**, esses casados na fazenda Conceição, freguesia de

Caicó aos 03/07/1790, ele filho de **Domingos Alves de Castro e Rita Pereira**, e ela filha de **Domingos Dias Ferreira e Teresa de Jesus Maria**.

BN4. Maria Manoela José de Santana, nascida na freguesia de Pombal, casou na capela de Brejo do Cruz, freguesia de Pombal, aos 28/11/1819, com seu parente **João José do Rego**, nascido na freguesia de Caicó, filho de **Miguel José do Rego e Vitoria Ferreira do Carmo**.

N4. Brigida Maria de Sousa, n. 1765, foi casada com **Antonio Cordeiro Nunes**. Tiveram:

BN1. Salvador de Sousa Castro, homônimo do avô lusitano, foi casado com **Isabel Maria da Encarnação**, aos 13/06/1816 na matriz de Caicó. **Isabel** era filha de **Joaquim Lourenço Rosa**, n. 1756 no sertão do Seridó e **Maria Madalena do Sacramento** n.1765 e falecida na freguesia de Acari aos 08/12/1850, sendo sepultada na capela de Jardim do Seridó, era neta pelo lado paterno do português **João Gualberto Rosa**, natural de Lisboa e sua esposa **Isabel Maria de Jesus**, e neta materna de **Bento Francisco de Oliveira**, n. 1736 e falecido aos 06/02/1817 na freguesia de Caicó, sendo sepultado na capela de Conceição, e **Francisca Dias de Carvalho**.

BN2. Maria Cordeiro de Sousa, também **Maria Cordeiro da Luz**, casada aos 13/06/1816 na matriz de Caicó, com **Valentim Lourenço Rosa**, também **Valentim Alvares de Oliveira**, neto paterno de **João Gualberto Rosa**, sendo filho de **Joaquim Lourenço Rosa**, n. 1756 e **Maria Madalena do Sacramento**.

BN3. Ana Maria da Conceição, casada que foi com **José Gomes de Melo**, no dia 17/09/1819, na fazenda Barra, freguesia de Caicó. Ele, natural da freguesia de Pombal, filho de **Manoel Gomes de Melo e Ana Maria Cecília**.

BN4. Francisca Maria Cordeiro, casou aos 19/11/1820 na capela de Conceição, com **Nicolau Alvares dos Santos**, também filho de **Joaquim Lourenço Rosa e Maria Madalena do Sacramento**.

BN5. José Cordeiro Nunes, casou na fazenda Malha da Areia, freguesia de Caicó, aos 04/03/1821, com **Francisca Maria da Conceição**, filha de **Joaquim Soares de Oliveira e Francisca Maria da Conceição**.

BN6. Manoel Cordeiro Nunes, serviu a Guarda Nacional no distrito de Jardim, onde era eleitor e morador, foi casado com **Vitoria Ferreira do Carmo**, filha de **José Tavares da Rocha e Gertrudes Ferreira do Carmo**. Casaram na capela de Jardim do Seridó aos 08/05/1822.

BN7. Helena Maria da Conceição, nascida na freguesia de Caicó no ano de 1804, sendo batizada aos 24/06/1804.

BN8. Maria Madalena da Conceição, nascida na freguesia de Caicó aos 12/04/1806 e batizada aos 05/05/1806. Casou provavelmente na freguesia de São João do Cariri onde era moradora e casada com **Manoel da Luz Alves**.

BN9. Leonel Cordeiro Nunes, casado na Serra das Queimadas, freguesia de Acari aos 16/02/1841, com **Florinda Maria de Jesus**, filha de **Manoel Moreira de Souza** e **Josefa Maria de Santana**.

BN10. Antonio Cordeiro Nunes, também conhecido por **Antonio Cordeiro Junior**, aparece várias vezes como padrinho de seus sobrinhos, assim como é procurador do seu pai em um dos batismos. Foi casado provavelmente na freguesia de São João do Cariri onde vivia, com **Joaquina Rosa das Virgens**.

N5. Isabel, n. 1768.

N6. Antonio de Sousa Castro, n. 1771, casou na freguesia de Caicó aos 16/11/1794 com **Ana Bezerra**, filha de **José Bezerra de Moraes** e **Maria Borges da Conceição**. Tiveram:

BN1. Lazaro, nascido aos 17/12/1802 na freguesia de Caicó, sendo batizado aos 06/03/1803 na capela de Acari.

BN2. João, nascido aos 06/02/1804 na freguesia de Caicó, sendo batizado aos 11/02/1804 na capela de Acari.

N7. Francisca Maria de Sousa, ou **Francisca Maria de Sales**, n. 1773, casada aos 28/04/1807 na fazenda Santana, freguesia de Caicó, com **José Garcia de Vasconcelos**, n. 1785 no Seridó, filho de **Manoel Nunes de Sousa** e **Ana Maria de Jesus**. Tiveram:

BN1. Severina Maria da Conceição, casada na fazenda Quintos, da freguesia de Caicó aos 07/11/1831 com **Alexandre José de Souza Lima Pimenteira**, n. 1789 e falecido em Jardim do Seridó aos 30/10/1861, viúvo de **Maria da Conceição do Rosário**.

BN2. Antonia Francisca de Jesus, n. 1813 na freguesia de Caicó e falecida aos 05/08/1903 em Soledade, no sítio Alagamar. Foi casada na capela de Pedra Lavrada aos 10/02/1839 com **Manoel Barbosa da Silva**, também **Manoel Barbosa Pessoa**, filho de **Francisco Barbosa Pessoa** e **Maria Egipcíaca de Oliveira**.

N8. Luiza, n. 1778.

N9. Manoela Pereira de Sousa, n. 1779, casada com **Cipriano José de Barros**.

F3. Luciano, n. 1748.

F4. Hilária Ferreira da Conceição, n. 1750, provavelmente no sertão do Seridó, e falecida em Caicó aos 03/09/1818, sendo sepultada na Capela de Conceição, na atual cidade de

Jardim do Seridó. Foi casada entre 1770 e 1772 com **Manoel José Tavares**, patriarca dos Tavares da Tapera, já constava como falecido no casamento de um de seus filhos em 1802. Tiveram:

N1. José Tavares da Rocha, nascido no sertão do Seridó, por volta da segunda metade do século XVIII, tendo falecido em julho de 1875, segundo consta no seu inventário, casou na Matriz de Caicó no dia 02/10/1802 com **Gertrudes Ferreira do Carmo**, nascida no sertão do Seridó, filha de **Miguel José do Rego** e **Vitoria Ferreira do Carmo**. Tiveram:

BN1. Vitória Ferreira do Carmo, primogénita da família, batizada com o prenome da avó materna, nasceu aos 10/08/1803, sendo batizada aos 29/09/1803 na capela de Nossa Senhora da Guia do Acari, freguesia de Caicó. Casou com seu parente **Manoel Cordeiro Nunes**, aos 08/05/1822, na capela de Conceição, atual Matriz de Jardim do Seridó, ele filho de **Antonio Cordeiro Nunes** e **Brígida Maria de Sousa**.

BN2. Theodora, nascida em janeiro de 1805, foi batizada na Fazenda da Barra, freguesia de Caicó, aos 18/02/1805, tendo por padrinhos seu tio paterno e sua avó paterna. Provavelmente faleceu ainda criança.

BN3. Germana Maria da Conceição, nascida aos 30/01/1806, na freguesia de Caicó, sendo batizada aos 09/02/1806 no mesmo lugar. Curiosamente o nome do seu pai aparece com o sobrenome Fernandes da Rocha, ao invés de Tavares da Rocha. Casou na freguesia de Caicó aos 05/08/1828, com o viúvo **José de Andrade Bezerra**, nascido em 1769 no sertão do Seridó, filho de **Francisco Xavier Gomes** e **Ana de Oliveira dos Prazeres**, falecida por volta de 1790, ano que foi processado seu inventário. **José de Andrade Bezerra** era viúvo de **Thereza de Jesus Bittencourt**, com quem casou aos 12/07/1797, filha de **João Vieira de Oliveira** e **Josefa dos Santos**.

BN4. Maria Joaquina da Anunciação, nascida na freguesia de Caicó, foi casada por duas vezes, sendo a primeira aos 17/06/1832, na capela de Conceição, freguesia de Caicó, com **Alexandre Freire de Araujo**, natural da freguesia de Cuité, filho de **Antonio Freire do Amorim** e **Inácia Francisca da Costa**. Após ficar viúva de **Alexandre Freire de Araújo**, **Maria Joaquina** casou novamente, dessa vez com **Manoel Coelho de Almeida**, filho de **Miguel dos Anjos** e **Tereza Maria de Jesus**, ocorrido no sítio Boqueirão aos 27/07/1841.

BN5. Luiza Maria da Conceição, a quinta filha na ordem do inventário de seu pai **José Tavares da Rocha**, já era falecida em 1866. Casou com **Pedro Barbosa da Silva**, viveram no Brejo Paraibano.

BN6. Antonio, nascido na freguesia de Caicó aos 27/04/1815, sendo batizado na capela de Nossa Senhora da Conceição aos 28/05/1815.

BN7. Thomaz Tavares da Rocha, único dos filhos a adotar o Tavares da Rocha, nascido na freguesia de Caicó aos 29/12/1817, sendo batizado na capela de Conceição aos 24/02/1818.

BN8. Isabel Maria da Anunciação, nascida na freguesia de Caicó aos 08/10/1816, sendo batizada aos 25/12/1816 na capela de Jardim do Seridó. Falecida de constipação no sítio Joazeiro, Jardim do Seridó aos 02/07/1889, casou na fazenda Tapera, freguesia do Acari aos 12/06/1835 com **Antonio de Azevedo Mello**, também chamado de **Antonio da Silva Melo**, que pela idade que consta nas listas de eleitores da freguesia de Jardim do Seridó teria nascido por volta de 1810, natural da freguesia de Caicó, falecido no sítio Joazeiro, Jardim do Seridó aos 08/04/1902, como consta em seu inventário, era filho de **Francisco da Silva Melo** e **Maria Albana da Conceição**.

BN9. Francisca, nascida na freguesia de Caicó por volta de 1819 e falecida na Freguesia de Acari, aos 25/01/1841 em decorrência de uma picada de cobra, sendo sepultada na Capela de Jardim do Seridó.

BN10. José Tavares de Miranda, nascido na freguesia de Caicó por volta de maio de 1820, sendo batizado aos 13/09/1820 na fazenda Barra, da mesma freguesia. Foi casado aos 20/11/1843 com **Ubalдина Leopoldina de Santana**, filha de **Lourenço Ramos Barreto** e **Vitorina Maria de Jesus**, neta paterna de **João Gomes Barreto** e **Josefa Maria de Santana**, bisneto paterno de **Lourenço Ramos Barreto** e **Antonia de Deus Bezerra**.

BN11. Joaquina Galdina da Conceição, nascida na freguesia de Caicó aos 06/10/1821, sendo batizada aos 18/11/1821 na capela de Pedra Lavrada. Foi casada na fazenda Tapera, freguesia de Acari, aos 10/10/1837 com **José Bento Casado**, natural da freguesia de Caicó, n. 1801, filho de **Bento Gomes Casado** e **Maria José de Bittencourt**, neto paterno de **Manoel Gomes Casado** e **Joana Maria**. No acervo da paróquia de Jardim do Seridó, encontramos a menção a **José Bento Casado** como membro da Guarda Nacional, do destacamento de Jardim no ano de 1853, nesse período, ele já contava 52 anos, era descrito como criador de gados na região. **José Bento Casado** já aparece como falecido no assento de casamento de seu filho **Honorato**, no ano de 1880, supomos que ele tenha morrido por volta de 1879, muito provável que na fazenda Tapera onde residia juntamente com sua família. Tiveram:

TN3. Manoel Bento de Oliveira, nasceu por volta de 1846 na freguesia de Acari, em algum momento se mudou para o brejo paraibano, onde conheceu **Maria Francisca da Conceição**, nascida por volta de 1853 na freguesia de Areia, filha de **Francisco Gomes Freire** e **Francelina Leocádia de Lima**, sendo neta materna de **Vitorino Barbosa da Silva** e **Josefa Maria da Silva**. **Vitorino** era filho do capitão **Veríssimo Freire dos Reis** e **Ângela Vieira da**

Silva, e neto paterno do alferes **Luís Barbosa da Silva Freire** e **Victorina Rodrigues Monteiro**. Migravam entre o Brejo e o Seridó com algum intervalo de tempo, batizando os filhos nas capelas de Parelhas e Remígio, por volta de 1904 vendeu sua parte de terras no sítio Tapera, se estabeleceram no sítio Logrador em Esperança, após comprar uma vasta propriedade, e nesse mesmo ano **Manoel** veio a óbito, e sua esposa faleceu alguns anos depois, no dia 05/07/1922, sendo sepultada no cemitério da povoação de Esperança. Do casamento, provavelmente realizado em Areia por volta de 1869, tiveram:

4N6. Antonio Bento de Lima, nasceu na freguesia de Areia aos 10/05/1880, sendo batizado na capela de Remígio aos 27/06/1880. Era agricultor, residente no sítio Lagedão, na cidade de Esperança. Casou-se duas vezes, uma delas aos 67 anos de idade. Perdeu a visão de um dos olhos por conta de um tiro, dado acidentalmente por ele mesmo enquanto limpava sua "bate bucha", tipo de espingarda. Faleceu provavelmente de um AVC, no mesmo dia em que se mudou para a cidade de Esperança, passou mal assim que terminou a mudança. As pessoas o retratavam como um bom cristão, ia as missas todos os domingos, lia a bíblia, sabia escrever, amava sua roça, e morreu de desgosto por ter deixado seu sítio. O primeiro casamento dele foi com **Rosa da Silva Lima**, nascida aos 29/12/1875, natural de São Sebastião do Umbuzeiro, na época freguesia de Monteiro, filha do capitão **João José da Silva Lima** e **Maria Francisca da Conceição**, sendo neta materna de **Raimundo Ferreira Brito**, português que se estabeleceu onde hoje fica o município de Sertânia/PE, e de **Severina Perpétua de Jesus**. Contraíram matrimônio na Capela do povoado de Esperança no dia 17/09/1904, e civilmente no dia 15/09/1928. **Rosa** faleceu no dia 02.11.1946, após o seu falecimento, **Antonio** casou com **Romana Gertrudes da Conceição**, nascida em Pocinhos no dia 01/05/1915, moradora no sítio Maniçoba em Esperança, faleceu na cidade de Esperança aos 29/03/1977, sendo filha de **Francisco Fideonilo de Sales** e **Maria Gertrudes da Conceição**. Do primeiro casamento, tiveram:

5N7. Antonio Bento Filho, nascido em Esperança aos 20/05/1922, onde foi batizado aos 25/02/1922, faleceu em sua terra natal aos 26/11/2000, sendo sepultado no cemitério local. Era agricultor, trabalhou muitos anos em terras de terceiros no sítio Logrador, lavrando roçados para trazer comida para casa. Foi casado em Esperança aos 24/09/1950 com **Carma Francelina Bento**, também chamada **Maria do Carmo Balbino**, ou carinhosamente, dona Carminha. Nascida em Esperança no dia 10/01/1935, trabalhou como copeira no Banco do Brasil do mesmo município por muitos anos, faleceu em Campina Grande, aos 09/12/2019, após 19 anos de viuvez. Era filha de **José Balbino da Cunha**, nascido em Alagoa Nova aos 19/05/1906, morava no sítio Riacho Amarelo, município de Esperança, antes de se mudar de vez para a

cidade, onde prestava serviço para terceiros. Casou na capela de Areial, que na época pertencia a Esperança, no dia 08/03/1929 com **Francelina Maria da Conceição**, nascida em Alagoa Nova aos 08/02/1902 e falecida na cidade do Rio de Janeiro aos 22/11/1994. Ele filho de **Balbino da Cunha** e **Anna Felinta de Gouveia**, neto materno de **Salvador Correia de Barros** e **Felinta Freire Pessoa**, sendo esta última filha de **João de Sousa Gouveia** e **Silvana Maria Freire Mariz**. Já **Francelina** era filha de **Manoel do Nascimento**, falecido em Alagoa Nova em 1922 e **Maria Madalena do Espírito Santo**, falecida em Campina Grande, ele filho de **Manuel Félix do Nascimento** e **Rosalina da Silva**, e ela de **Clementino dos Santos** e **Felícia do Espírito Santo**. Tiveram:

6N11. Fernando Bento, pintor, nascido em Esperança aos 08/08/1970 conhecido popularmente como Fernando Pintor, casou civilmente com **Anailza Galdino da Silva**, nascida em Esperança aos 25/10/1977, no dia 01/03/1995, em Esperança, ela filha de **Paulo Honorato da Silva**, nascido em Alagoa Nova aos 17/12/1940 e **Maria Galdino da Silva**, nascida em Alagoa Nova aos 16/11/1944 e falecida de parto aos 03/07/1981, em Esperança, perdeu a mãe ainda muito cedo e foi criada pelos padrinhos, **Gerasmique Freire de Andrade**, nascido no sítio Manguape, na época município de Lagoa Seca/PB, aos 31/12/1930 e falecido em Esperança aos 19/10/2016, e **Terezinha Dias de Andrade**, nascida no sítio Riacho Fundo, município de Esperança aos 28/12/1935 e falecida em Campina Grande aos 19/11/2008, sendo ambos sepultados em São Sebastião de Lagoa de Roça. Tiveram:

7N1. Ismaell Filipe da Silva Bento, historiador e genealogista, autor desta dissertação, nascido em Esperança aos 18/12/1995, formado em História pela Universidade Estadual da Paraíba no ano de 2018.

BN12. Antonio Tavares de Miranda, nascido na freguesia de Caicó aos 09/06/1827, sendo batizado aos 23/06/1827 na fazenda Caiçara. Foi casado aos 20/05/1852 com **Thereza Maria de Jesus**, filha de **Inácio Gomes Barreto** e **Maria da Purificação**.

N2. Miguel Pacheco Tavares, nascido no sertão do Seridó, por volta da segunda metade no setecentos, foi casado aos 24/06/1803 na Serra das Queimadas, da mesma freguesia, com **Quitéria Saturnina de Albuquerque**, natural do Pau dos Ferros, filha de **Leandro Bezerra Lins de Albuquerque** e **Rita Teodora de Albuquerque**.

N3. Domingos Tavares da Conceição, nascido no sertão do Seridó, por volta da segunda metade no setecentos, foi casado aos 11/09/1803 na Matriz de Caicó com **Maria do Cárcere de São Pedro**, natural de Pau dos Ferros, filha de **Leandro Bezerra Lins de Albuquerque** e **Rita Teodora de Albuquerque**. Tiveram:

BN1. Leandro, nascido na freguesia de Caicó aos 14/04/1806, sendo batizado na Capela de Pedra Lavrada aos 27/05/1806.

N4. Duarte Pacheco Tavares, nascido no sertão do Seridó, por volta de 1778 e falecido aos 02/04/1813 na freguesia de Caicó, sendo sepultado na Capela de Jardim do Seridó. Foi casado aos 06/07/1805 na fazenda Cidade, da mesma freguesia, com **Maria da Luz**, filha de **André da Conceição e Bonifácia Maria**.

F5. Vitória Ferreira do Carmo, nascida provavelmente no sertão do Seridó por volta de 1751, casada entre 1769 e 1772⁴⁵, na freguesia do Seridó, com **Miguel José do Rego**, nascido por volta de 1750, filho do tenente-mor **Domingos Alvares de Figueiredo e Gertrudes Maria de Santa Rita**, naturais de Igarassu, neto paterno do capitão **Manoel de Figueiredo Falcão e Cosma Damiana de Oliveira**, da mesma freguesia de Igarassu, e neto materno de **João Ribeiro de Melo e Inês Guedes**, ele natural de Tracunhaém e ela de Ipojuca. **Miguel e Vitória** são os pais de:

N1. Gertrudes Ferreira do Carmo, nascida no sertão do Seridó, cc. seu primo **José Tavares da Rocha**, aos 02/10/1802, já constava como falecida no inventário de seu esposo, por volta de 1880.

N2. João José do Rego, também chamado de **João José das Virtudes**, nascido na freguesia de Caicó no ano de 1794 e falecido na do Acari aos 13/10/1846, sendo sepultado na capela de Jardim do Seridó. Foi casado com sua parente **Maria Manoela José de Santana**, na capela de Brejo do Cruz, freguesia de Pombal aos 28/11/1819, ela filha de **João José de Acioli e Melo e Ana Maria de Sousa**.

N3. Isabel Francisca do Carmo, natural da freguesia de Caicó, em 1851 já constava como falecida no casamento de um de seus filhos. Casou com seu primo **Luis José Acioli**, filho de **Luis José Acioli e Juliana Vieira de Melo**.

N4. Antonia Francisca dos Santos, natural da freguesia de Caicó, falecida na de Mamanguape, sendo sepultada na capela de Mataraca, foi a primeira esposa do seu primo **Francisco Cardoso dos Santos**, filho de **José Ferreira Borges e Joana Maria de Castro**.

N5. Maria Joaquina da Conceição, natural da freguesia de Caicó, foi casada com seu primo **Francisco José Acioli**, filho de **Luis José Acioli e Juliana Vieira de Melo**.

N6. Vitória Maria do Carmo, natural da freguesia de Caicó, foi casada com seu primo **Thomaz José de Melo**, filho de **Luis José Acioli e Juliana Vieira de Melo**.

⁴⁵ Na folha dos herdeiros do inventário de seu pai, Vitória aparece solteira, porém na partilha dos bens, a mesma já aparece casada, então o casamento ocorreu nos anos entre o início e o fim do inventário.

N7. Miguel José do Rego, também chamado **Miguel José das Virtudes**, nascido na freguesia de Caicó, foi casado aos 20/04/1831 com sua parente **Josefa Maria dos Anjos**, com que teve um relacionamento antes do matrimônio que resultou numa filha natural, sendo **Josefa** filha de **José Gomes da Silveira** e **Maria José**. Tiveram:

BN1. Josefa, nascida na freguesia de Caicó aos 08/12/1828, sendo batizada aos 04/01/1829 na Matriz de Caicó.

BN2. Manoel, nascido na freguesia de Caicó aos 30/05/1831, sendo batizado aos 24/08/1831 na Matriz de Caicó.

BN3. José Paulino Bezerra, nascido na freguesia de Caicó aos 30/06/1832, sendo batizado aos 16/11/1832 na Matriz da mesma freguesia. Foi casado na freguesia de Jardim do Seridó no dia 01/08/1859 com sua parente **Maria Joaquina da Conceição**, nascida na freguesia de Acari aos 24/11/1838, filha de **Manoel José de Lima** e **Maria Rosalina do Espirito Santo**, ele natural de Cuité e ela de Caicó, casados na freguesia de Acari aos 20/06/1835, filhos legítimos, ele de **Leonardo José Ferreira** e **Antonia Maria da Conceição** falecida aos 20/01/1857, e ela de **Francisco Alves dos Santos** e **Josefa Helena de Jesus**, casados na freguesia de Caicó aos 11/05/1818. **Francisco** e **Josefa Helena** são filhos, ele do capitão **Antonio Garcia de Sá** e **Maria Dorneles Bittencourt**, e ela filha de **Valentim Dias de Melo** e **Ana Maria de Macedo**.

BN4. Honorato José das Virtudes, nascido na freguesia de Caicó aos 20/12/1833, sendo batizado aos 06/06/1834. Faleceu no distrito de Florânia aos 25/09/1925, em decorrência de uma queda já em idade avançada, sendo sepultado no cemitério local.

BN5. João, nasceu na freguesia de Acari aos 28/10/1835, sendo batizado aos 21/12/1835 no sitio Flores da mesma freguesia.

BN6. Pedro Miguel dos Anjos, nascido na freguesia de Acari aos 07/05/1837, sendo batizado no sítio Olho d'Água da mesma freguesia aos 29/06/1837. Casou na freguesia de Jardim do Seridó aos 12/11/1865 com sua parente **Josefa Maria da Conceição**, filha de **Manoel José de Lima** e **Maria Rosalina do Espirito Santo**.

BN7. Maria, nascida na freguesia de Acari aos 13/05/1840, sendo batizada na fazenda Livramento, da mesma freguesia aos 19/09/1840.

BN8. Miguel, nascido na freguesia de Acari no dia 01/07/1843, sendo batizado aos 11/09/1843 no sítio Olho d'Água.

BN9. Francisco Rufino das Virtudes, nascido na freguesia de Acari aos 30/07/1845, sendo batizado no dia 01/01/1846 no sítio Passagem, da mesma freguesia. Faleceu no sítio Olho d'Água, município de Florânia aos 20/05/1939. Foi casado com **Antonia Maria da Conceição**,

provavelmente na freguesia de Acari, ela nascida aos 28/02/1862 em Acari, filha de **Antonio Rodrigues de Medeiros e Maria Joaquina da Apresentação**.

BN10. Ana, nascida na freguesia de Acari aos 10/07/1848, sendo batizada aos 05/11/1848 no sítio Caiçara da mesma freguesia.

BN11. Joaquim, nascido na freguesia de Acari aos 17/11/1852, sendo batizado no sítio Passagem, da mesma freguesia aos 25/12/1852.

N8. Domingos José do Rego, nascido em Caicó. Casou na fazenda da Madeira, em Sobral/CE, aos 16/06/1807 com **Ana Luiza Marques**, nascida em Sobral, filha de **Joaquim Marques da Costa e Josefa Maria de Souza**. Tiveram:

BN1. Joaquina, nascida em Sobral aos 05/06/1808, sendo batizada aos 24/06/1808 na Matriz de Sobral.

BN2. Manoel, n. 1809 em Sobral, sendo batizado aos 18/07/1809, em perigo de morte.

F6. Silvestre Ferreira Borges, n. 1752 no sertão do Seridó, migrou para Icó/CE, onde casou por volta de 1775 com **Antonia Barbosa do Carmo**, nascida em Icó, filha de **Joaquim Vieira Barbosa**, natural da Paraíba e **Francisca Xavier de Brito**. Tiveram:

N1. Manoel, mesmo prenome do avô paterno, nascido em Icó no mês de setembro de 1776, sendo batizado aos 14/02/1777.

N2. Ana, nascida em Icó aos 26/08/1779, batizada aos 27/09/1779.

N3. Joaquim, mesmo prenome do avô materno, nascido em Icó aos 19/06/1781 e batizado no sítio Tocaia aos 21/06/1781.

F7. Manoel, n. 1753.

F8. Juliana Vieira de Melo, mesmo nome que a mãe, n. 1754 no sertão do Seridó, casada entre 1772 e 1788 com **Luis José Acioli**. Tiveram:

N1. Maria José de Santana, nascida no sertão do Seridó por volta de 1789, falecida na freguesia de Caicó aos 05/11/1819, sendo sepultada na capela de Acari. Casada na capela de Acari aos 23/11/1814 com **Paulo Prudente da Cruz**, ele filho de **Manoel Alberto de Melo e Ana Cipriana**. Tiveram:

BN1. Maria, nascida na freguesia de Caicó aos 11/01/1816, sendo batizada aos 14/03/1816 na capela de Acari.

BN2. João, nascido na freguesia de Caicó aos 24/07/1817 e batizado aos 15/08/1817 na capela de Acari.

BN3. Inácia, n. 1818 em Caicó.

BN4. Romualdo, nascido na freguesia de Caicó aos 02/11/1819, sendo batizado aos 07/11/1819 na fazenda Bico da Arara.

N2. Francisco José Acioli, casado na capela de Acari aos 07/01/1815 com sua prima **Maria Joaquina da Conceição**, filha de **Miguel José do Rego** e **Vitória Ferreira do Carmo**. Tiveram:

BN1. Ana, nascida aos 20/02/1816 na freguesia de Caicó, batizada na capela de Acari aos 17/03/1816.

BN2. Francisca, nascida na freguesia de Caicó aos 14/05/1817, sendo batizada aos 08/06/1817 na capela de Acari.

BN3. Maria, nascida na freguesia de Caicó aos 25/11/1818, sendo batizada aos 26/12/1818 na capela de Acari.

BN4. Manoel José Acioli, nascido na freguesia de Caicó aos 02/08/1820, sendo batizado na capela de Acari aos 24/08/1820.

BN5. Maria, nascida em Pombal aos 20/11/1828, sendo batizada aos 25/12/1828. Padrinhos: **João Batista da Costa Coelho** e **Maria Manoela**.

BN6. Guilhermina, n. 1831 em Pombal, sendo batizada aos 08/11/1831. Padrinhos: **Antonio de Albuquerque** e **Joana de Albuquerque**.

BN7. Margarida Francisca do Carmo, nascida em Pombal aos 23/12/1831, batizada a 09/05/1832. Foram Padrinhos: **Pedro da Silva Pereira** e **Teodora Maria de Jesus**. Casada com seu primo **Antonio Luis Acioli** na matriz de Acari aos 25/11/1851, filho de **Luis José Acioli** e **Isabel Francisca do Carmo**.

BN8. José Francisco de Vasconcelos, casado com sua prima **Tereza Francisca do Amor Divino**, na freguesia de Catolé do Rocha no dia 01/10/1843, ela filha de **Luis José Acioli** e **Isabel Francisca do Carmo**.

BN9. Senhorinha Francisca de Sales, casada com seu primo **Joaquim Florentino de Vasconcelos**, na freguesia de Catolé do Rocha no dia 01/10/1843, ele filho de **Luis José Acioli** e **Isabel Francisca do Carmo**.

N3. Luis José Acioli, homônimo ao pai, casado na capela de Nossa Senhora da Guia do Acari aos 17/02/1817 com sua prima **Isabel Francisca do Carmo**, filha de **Miguel José do Rego** e **Vitória Ferreira do Carmo**. Tiveram:

BN1. Francisca Delfina do Nascimento, nascida na freguesia de Pombal, foi casada na freguesia de Catolé do Rocha aos 21/05/1839 com seu parente **Francisco Xavier de Lima**, filho de **Alexandre Félix de Lima** e **Manoela Bernarda**.

BN2. Manoel Batista de Melo, nascido na freguesia de Pombal, casou na freguesia de Catolé do Rocha aos 04/08/1840 com sua prima **Rosa Maria de Lima**, filha de **Manoel Ferreira Borges** e **Ana Tereza**.

BN3. Tereza Francisca do Amor Divino, nascida na freguesia de Pombal, casada na de Catolé do Rocha no dia 01/10/1843 com seu primo **José Francisco de Vasconcelos**, filho de **Francisco José Acioli** e **Maria Joaquina da Conceição**.

BN4. Joaquim Florentino de Vasconcelos, também chamado **Joaquim Luis de Acioli**, nascido na freguesia de Pombal, casado na de Catolé do Rocha no dia 01/10/1843 com sua prima **Senhorinha Francisca de Sales**, filha de **Francisco José Acioli** e **Maria Joaquina da Conceição**.

BN5. Antonio Luis Acioli, nascido na freguesia do Acari, casado na mesma aos 25/11/1851 com sua prima **Margarida Francisca do Carmo**, filha de **Francisco José Acioli** e **Maria Joaquina da Conceição**.

BN6. Isabel Maria do Carmo, nascida na freguesia de Acari, casada na mesma aos 06/08/1853 com seu parente **João Gonçalves de Matos**, filho de **José Gonçalves de Matos** e **Luzia Maria de Albuquerque**.

N4. Maria de Santana, casada na capela de Acari aos 17/11/1817 com **Francisco José de Aguiar**, natural da Vila Flor, Rio Grande do Norte, filho de **Domingos de Aguiar Cordeiro** e **Tereza Maria de Jesus**.

N5. Thomaz José de Melo, casado aos 30/09/1820 na Matriz de Caicó com sua prima **Vitoria Maria do Carmo**, filha de **Miguel José do Rego** e **Vitoria Ferreira do Carmo**. Tiveram:

BN1. Maria Madalena da Anunciação, nascida na freguesia de Caicó aos 25/06/1821, sendo batizada aos 30/06/1821 na fazenda Bico da Arara.

N6. Manoel Ferreira Borges, recebeu o mesmo nome do avô materno, viveu na freguesia de Catolé do Rocha. Foi casado por duas vezes, sendo a primeira com **Ana Tereza**. Tiveram:

BN1. Maria Francisca da Conceição, nascida na freguesia de Pombal, casada na de Catolé do Rocha aos 15/10/1838 com **Joaquim José da Costa**, filho de **Miguel Correia Barbosa** e **Bonifácia da Rocha**.

BN2. Rosa Maria de Lima, nascida na freguesia de Pombal, casada na de Catolé do Rocha aos 04/08/1840 com seu primo **Manoel Batista de Melo**, filho de **Luis José de Melo** e **Isabel Francisca do Carmo**.

Após enviudar da primeira esposa, casou novamente aos 23/11/1828 na Matriz de Pombal, com **Galdina Maria da Conceição**. Tiveram:

BN1. Manoel, nascido na freguesia de Pombal, aos 12/02/1830, sendo batizado no dia 01/08/1830.

BN2. Januário, nascido na freguesia de Pombal, em julho de 1831, sendo batizado aos 08/09/1831.

BN3. Antonio, nascido na freguesia de Catolé do Rocha aos 09/08/1836.

F9. José Ferreira Borges, também chamado **José Ferreira de Melo**, ou ainda **José Ferreira de Padilha**, n. 1755 no sertão do Seridó. Assentou praça em 1789, nas observações do assento consta que ele deixou o regimento por estar ausente na freguesia, provavelmente por estar no brejo ou sertão paraibano. Foi casado com **Joana Maria de Castro**, nascida por volta de 1767 no sertão do Seridó e falecida em Acari aos 16/10/1847, sendo sepultada na Matriz de Acari. Era filha de **Francisco Cardoso dos Santos**, falecido aos 02/03/1766 no sertão do Seridó, e **Teresa Lins de Vasconcelos**, falecida aos 22/05/1793 em Caicó, esta última filha do capitão **Alexandre Rodrigues da Cruz** e **Vicência Lins de Vasconcelos**. Tiveram:

N1. Francisco Cardoso dos Santos, homônimo ao avô, foi casado em primeiras núpcias na capela de Acari aos 07/01/1815 com sua prima **Antonia Francisca dos Santos**, filha de **Miguel José do Rego** e **Vitoria Ferreira do Carmo**. **Antonia** faleceu na freguesia de Mamanguape, sendo sepultada na capela de Mataraca. Tiveram:

BN1. Maria, nascida na freguesia de Caicó aos 07/03/1818, sendo batizada aos 12/04/1818, na capela de Acari. **Maria** faleceu aos 14 anos, no dia 15/08/1831, sepultada na capela de Acari.

BN2. Mariana, nascida aos 10/09/1819 na freguesia de Caicó, sendo batizada aos 03/10/1819, na capela de Acari, tendo como padrinhos o avô paterno e a avó materna. Falecida aos 11 anos de idade no dia 30/04/1832, sepultada na capela de Acari.

BN3. José Cardoso dos Santos, n. 1820 na freguesia de Caicó.

BN4. Manoel Felipe dos Santos, nascido no dia 01/06/1821 na freguesia de Caicó, sendo batizado aos 11/06/1821.

BN5. Gregório Nasiaseno Cardoso de Maria, n. 1823 na freguesia de Caicó. Foi casado três vezes, sendo a primeira aos 22/08/1857, na freguesia de Acari com **Carlota Joaquina do Sacramento**, filha de **Sebastião Lopes Galvão** e **Maria Francisca de Moura**. Antes do casamento com **Gregório**, **Carlota Joaquina** teve um relacionamento amoroso com o padre **Gil Braz de Figueiredo**, tendo dois filhos com ele, **Benjamin da Silveira Galvão** e **Filadelfo Galvão de Figueiredo**, nascido respectivamente aos 06/04/1851 e 06/04/1852, na freguesia de Acari. Dona **Carlota** faleceu por volta de 1891 em Currais Novos. Após enviuar, **Gregório** casou a segunda vez aos 11/03/1894 na Matriz de Currais Novos com **Maria Madalena da Conceição**, natural de Caicó, n.1870, filha de **Félix Tomaz de Araujo** e **Maria Madalena da Conceição**. Enviuvando mais uma vez, se casou uma terceira aos 05/04/1896 na

Matriz de Currais Novos com **Francisca Maria de Jesus**, n.1881, filha de **Manoel Francisco dos Santos e Catarina Máxima de Lima**.

Após enviuvar, **Francisco** casou uma segunda vez, aos 29/10/1830 na fazenda Trapuá, Freguesia de Caicó, com **Maria Francisca de Lima**, n. 1809, falecida em Acari aos 14/07/1893, filha de **Crispiniano Ferreira de Lima e Rita Caetana da Apresentação**. Tiveram:

BN5. Crispiniano Ferreira Lima, nascido aos 20/12/1831 na freguesia de Caicó, sendo batizado na capela de Currais Novos aos 22/01/1832. Foi casado aos 15/09/1857 na capela de Currais Novos com **Laurinda Amélia de Jesus**, nascida aos 05/10/1843, filha de **Justino Lopes de Bulhões e Ana Maria do Amor Divino**.

BN6. Rita Marcolina Maria de Jesus, nascida aos 02/12/1832 na freguesia de Caicó, sendo batizada aos 17/12/1832 na fazenda Trapuá. Foi casada com **Alexandre Maria Ferreira Lima**, nascido na freguesia de Acari aos 16/04/1829 e falecido também em Acari aos 02/05/1891, sendo filho de **Antonio Ferreira Lima e Inez Maria de Barros**, casados na fazenda Trapuá, freguesia de Caicó aos 18/09/1828, ele filho de **Crispiniano Ferreira Lima e Rita Caetana da Apresentação**, e ela, natural de Goianinha, viúva de **Manoel Luiz de Bulhões**, e filha de **João Pedro de Santiago e Antonia Barbosa de Lima**.

BN7. Francisco Cardoso dos Santos Junior, nascido aos 12/06/1834 na freguesia de Caicó, sendo batizado aos 10/08/1834 na capela de Acari. Foi casado aos 15/01/1857, no sítio Aba da Serra, freguesia de Acari, com sua prima **Rita Caetana de Lima**, nascida aos 27/10/1842 na freguesia de Acari, sendo batizada aos 27/12/1842 na capela de Currais Novos, filha de **Miguel Ferreira Lima e Maria da Encarnação da Silva**.

BN8. Antonio Cardoso de Lima, nascido aos 12/08/1835 na freguesia de Acari, sendo batizado aos 20/09/1835 na Matriz de Acari. Foi casado no sítio Marcação, freguesia de Acari aos 15/01/1860, com **Claudina Bezerra de Menezes**, natural da freguesia de Acari, filha de **Nicolau de Sousa Castro e Maria Delfina de Jesus**.

BN9. Maria Francelina de Lima, nascida aos 11/10/1836 na freguesia de Acari, sendo batizada aos 08/12/1836 na Matriz de Acari. Casou na fazenda Marcação, freguesia de Acari aos 28/11/1856 com **João Pinheiro de Lima**, nascido aos 27/03/1836 na mesma freguesia, filho de **Manoel Pinheiro de Lima e Isabel Maria da Conceição**.

BN10. Manoel Rodrigues da Cruz, nascido aos 25/12/1837 na freguesia de Acari, sendo batizado aos 15/04/1838 na Matriz de Acari. Foi casado aos 04/03/1867 no sítio Aba da Serra, freguesia de Acari, com sua prima **Isabel Balbina da Encarnação**, filha de **Miguel Ferreira Lima e Maria da Encarnação da Silva**.

BN11. Felismina Maria da Conceição, nascida aos 21/11/1840 na freguesia de Acari, sendo batizada aos 26/12/1840 na Capela de Currais Novos. Casou aos 12/07/1861 na fazenda Marcação, freguesia de Acari, com **Candido Pinheiro de Lima**, nascido na freguesia de Acari aos 11/03/1838, filho de **Inácio Pinheiro de Lima** e **Ana Rita da Apresentação**.

BN12. Senhorinha Maria de Jesus, nascida aos 22/04/1843 na freguesia de Acari, sendo batizada aos 21/05/1843 na fazenda Bico da Arara da mesma freguesia. Casou aos 16/11/1860 na fazenda Marcação, freguesia de Acari com **Manoel Fernandes de Lima**.

BN13. Isabel Maria da Conceição, nascida na freguesia de Acari aos 16/01/1846, sendo batizada aos 30/01/1846 na fazenda Trapuá. Casou aos 10/04/1866 na capela de Currais Novos com **Ludgero Lopes Galvão**, filho de **Justino Lopes de Bulhões** e **Ana Maria da Conceição**.

BN14. Ana Francelina de Jesus, nasceu na freguesia de Acari aos 10/08/1849, sendo batizada na fazenda Trapuá aos 30/08/1849. Casou aos 20/11/1865, em oratório privado, no sítio Providência, freguesia de Acari com **João Evangelista de Santana**, nascido na freguesia de Acari aos 21/07/1844, filho de **João Florêncio de Lima** e **Maria José de Santana**.

BN15. Joaquim Cardoso de Maria, nascido na freguesia de Acari aos 13/11/1849, batizado na capela de Currais Novos aos 31/12/1849. Foi casado com **Romana Maria da Conceição**.

BN16. Francisca Maria de Jesus, nascida na freguesia de Acari aos 13/01/1851, batizada na sítio Sobradinho, freguesia de Acari no dia 01/04/1851. Casou na fazenda Aba da Serra aos 04/03/1867 com **Miguel Pinheiro de Lima**, nascido na freguesia de Acari aos 20/08/1845, filho de **Miguel Ferreira Lima** e **Maria da Encarnação da Silva**.

BN17. Bernardino, nascido na freguesia de Acari aos 20/06/1852, sendo batizado aos 09/11/1852 no sítio Bulhões, freguesia de Acari.

BN18. José Venâncio, nascido na freguesia de Acari aos 20/09/1853, batizado no sítio Boa Esperança aos 09/11/1853.

BN19. Sensata Maria da Conceição, nascida na freguesia de Acari aos 30/10/1854, sendo batizada aos 08/12/1854 na capela de Currais Novos.

BN20. João Evangelista.

BN21. Joana.

N2. Vicência Lins de Vasconcelos, homônima a bisavó materna, foi casada aos 21/08/1815 na capela de Acari, com **José Albino da Costa**, também chamado **José Carlos da Costa**, filho de **Antonio Luis da Costa**, n. 1761 e falecido aos 27/04/1803 na freguesia de

Caicó, sendo sepultado na capela de Acari, e **Ana Lins de Vasconcelos**, esta última filha do coronel **Antonio Garcia de Sá Barroso** e **Ana Lins de Vasconcelos**. Tiveram:

BN1. Maria, nascida aos 30/08/1816 na freguesia de Caicó, sendo batizada na capela de Acari aos 21/09/1816.

BN2. Joana, nascida aos 20/10/1817 na freguesia de Caicó, sendo batizada aos 15/11/1817 na capela de Acari.

BN3. Thereza, nascida aos 25/08/1821 na freguesia de Caicó, sendo batizada aos 29/09/1821 na capela de Acari.

N3. Maria Angélica de São Félix, foi casada aos 22/01/1821 na matriz de Caicó com **João Gomes da Silveira**, filho de **José Gomes da Silveira** e **Maria José**. Tiveram:

BN1. Maria Angélica de São Félix, nascida aos 23/10/1821 na freguesia de Caicó, sendo batizada aos 27/12/1821 na capela de Acari.

Após ficar viúva, tendo feito o inventário do seu esposo em 1830, **Maria Angélica** casou uma segunda vez, no sítio Bico da Arara, freguesia de Caicó a 01/06/1829 com **Faustino José de Melo**, falecido aos 09/07/1856 em Acari, filho de **José Domingos de Arruda** e **Feliciano da Fonseca**. Tiveram:

BN2. Manoel Ferreira da Cruz, nascido aos 30/06/1830 na freguesia de Caicó, sendo batizado aos 25/07/1830 na capela de Acari. Foram padrinhos: **Pedro Nolasco de Melo** e **Paula Maria de São Pedro**.

BN3. José Faustino da Trindade, n. 1837 na freguesia de Acari.

BN4. Faustina Maria da Conceição, cc. **Manoel Rodrigues da Cruz**.

N4. Rita Maria da Conceição, foi a terceira esposa de **Simplicio Francisco Dantas**, filho de **Caetano Dantas Correia** e **Josefa de Araujo Pereira**, casados aos 11/02/1827 na capela de Acari.

N5. Joana Francisca de São José, casada na capela de Acari aos 19/09/1829 com **Raimundo Rodrigues da Cruz**, filho de **Ana Vicência**. Tiveram:

BN1. Maria, nascida na freguesia de Caicó aos 27/09/1831, sendo batizada aos 10/10/1831 na capela de Acari.

N6. Paula Maria de São Pedro, n. 1788 na freguesia de Caicó, tendo casado na freguesia de Acari aos 23/05/1842, com seu primo **Inácio Francisco de Melo**, n. 1778 no Seridó, filho de **Manoel Alberto da Fonseca Melo** e **Ana Lins de Vasconcelos**, esta última filha de **Francisco Cardoso dos Santos** e **Teresa Lins de Vasconcelos**.

F10. Ana, n.1756.

F11. Alexandre, n. 1757.

F12. Pedro, n. 1758.